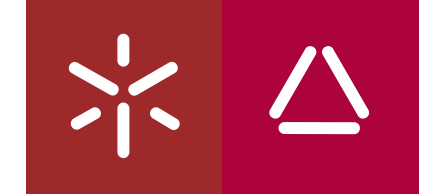


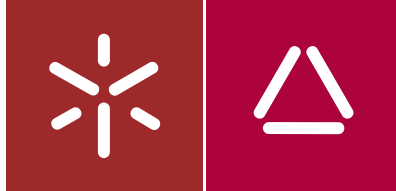


Sílvia Daniela Faria Pinto

A dimensão patrimonial e cultural da Sociedade Martins Sarmento (Guimarães) analisada a partir da imprensa local vimaranense.

Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais





Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

Sílvia Daniela Faria Pinto

A dimensão patrimonial e cultural da
Sociedade Martins Sarmiento (Guimarães)
analisada a partir da imprensa local
vimaranense.

Dissertação de Mestrado
Mestrado Património e Turismo Cultural

Trabalho efetuado sob a orientação de
Professora Doutora Maria do Carmo Ribeiro

Agradecimentos

A elaboração desta dissertação contou com a colaboração de pessoas e instituições às quais devo expressar os meus agradecimentos:

À Doutora Maria do Carmo Ribeiro, orientadora deste trabalho, pelos constantes incentivos, conselhos e pela forma paciente como se expressava nas correções e sugestões ao longo deste período;

À Sociedade Martins Sarmento, em Guimarães, pela disponibilidade de materiais e coadjuvação expressas pela Direção e colaboradores da mesma;

À minha família, pais, Israel Alberto e Ritinha (irmão e cunhada), pelos incentivos e preocupação ao longo deste processo e pelo interesse prestado relativo à temática;

Aos meus amigos, pelas constantes ajudas, sempre que solicitado, e pelo ânimo dado nos momentos de maior dificuldade; principalmente à Ana Vanessa pelas inúmeras trocas de impressões e comentários sobre o trabalho, e pelo acompanhamento em primeira fila neste percurso.

Resumo

A presente dissertação, inserida no Mestrado de Turismo e Património Cultural da Universidade do Minho, tem por objetivo analisar o património documental, designadamente os periódicos locais existentes na biblioteca da Sociedade Martins Sarmento (Guimarães), de forma a evidenciar o valor patrimonial e cultural de ambos.

A ausência de estudos sobre a imprensa local vimaranense, uma das primeiras cidades portuguesas a possuir jornais periódicos, nomeadamente da que se encontra na biblioteca da Sociedade, justificam a sua análise, não só pela importância da imprensa como fonte para o estudo do passado, mas também pelo conhecido contributo da Sociedade para o fomento da educação escolar dos vimaranenses e da atividade cultural da cidade, que foi sendo acompanhado pela imprensa local.

Os periódicos vimaranenses seguiram o percurso histórico e as características do periodismo nacional, sendo que nos séculos XIX e XX a sua existência, traduzida pelo aumento ou decréscimo do número de publicações, constituiu uma das consequências diretas dos regimes políticos de cada período histórico, possível de ser analisada graficamente.

Devido ao elevado número de periódicos existentes em Guimarães, cerca de 122, inventariados em anexo, destacaram-se três, entre eles, o *Religião e Pátria* (1862-1894), *Comércio de Guimarães* (1884- atualidade) e *Notícias de Guimarães* (1932-2012), para a temática em análise neste trabalho. O período de publicação de cada jornal acompanha na totalidade o percurso da SMS, assunto por várias vezes destacado através das diversas temáticas a ela associadas, evidenciado pelas homenagens e reconhecimento feitos por parte da cidade e dos vimaranenses.

Abstract

The present dissertation, inserted in University of Minho's Tourism and Cultural Patrimony Master Degree, aims to analyze the documental collection, specifically the local periodic newspapers, held in Martins Sarmiento Society's library (Guimarães), in order to clarify its patrimonial and cultural value.

The lack of studies about the local vimaranense press, one of the first portuguese cities to publish newspapers, specifically the one held in Society's library, justifies its analyses, not only because of the importance of the press as a source of information about the past, but also because of Society's known contribute on the academic education of vimaranenses and the cultural dynamics of the city, which was accompanied by the local press.

The vimaranense's newspapers followed the historical path and characteristics of the national journalism, being that in the XIX and XX centuries, its existence, translated by the increase or decrease of the number of publications, constituted on of the direct consequences of the political regimes of each historical period, capable of being graphically analysed.

Due to the high number of newspapers existing in Guimarães, about 122, attached in the inventory, three are highlighted, among them, the *Religião e Pátria* (1862-1894), *Comércio de Guimarães* (1884- actuality) and *Notícias de Guimarães* (1932-2012), to be analyzed following the theme of this paper. The time of publication of each newspaper accompanies the totality of the SMS's journey, topic often brought to light by the several subjects associate with it, demonstrated by the tributes and recognition shown by the city and its habitants.

Índice

Agradecimentos	v
Resumo	vii
Abstract	ix
Siglas e Abreviaturas	xvi
Introdução	1
Justificativo e objetivos.....	3
Metodologia.....	4
1. Património cultural e documental	9
1.1 História do conceito.....	9
1.2 Organismos de defesa e instrumentos legais.....	16
2. A imprensa periódica portuguesa.....	21
2.1 Enquadramento histórico da imprensa periódica portuguesa	21
2.2 Documentação e Arquivo.....	25
3. A Sociedade Martins Sarmento	29
3.1 Constituição da instituição	29
3.2 A figura de Francisco Martins Sarmento	31
3.2.1 Martins Sarmento e a imprensa vimaranense	33
3.3 As instalações e o edifício atual.....	35
3.4 O museu e as coleções.....	40
4. Biblioteca e o arquivo documental da Sociedade Martins Sarmento	45
4.1 História da sua constituição.....	45
4.2 Edifício	48
4.3 Organização da Biblioteca.....	50
5. Imprensa Vimaranense	53
5.1 Aparecimento dos periódicos vimaranenses (Século XIX)	57
5.2 As consequências políticas do século XX na imprensa vimaranense	61
5.3 A consistência da frequência dos periódicos no século XXI	64
6. A visão da Sociedade Martins Sarmento na imprensa vimaranense	67
6.1 Percurso evolutivo da Sociedade Martins Sarmento.....	68
6.2 Francisco Martins Sarmento	75
6.3 Edifício da Sociedade: mudanças de instalações e construção do atual	82

6.4 Património museológico e documental	85
6.5 Oferta educativa e cultural da instituição	87
6.5.1 A festa do 9 de Março e a Revista de Guimarães	91
Conclusão	95
Bibliografia	99
Anexos:	103
Anexo1:	104
Anexo2:	106
Apêndice	119
Apêndice 1	121
Apêndice 2:	2

Índice de figuras

Figura 1 - Francisco Martins Sarmento no último quartel do século XIX (Sampaio, 1999, p. 3).	31
Figura 2 - Alçado da frente da Sociedade Martins Sarmento (Sarmiento et al., 2007, p.27).....	38
Figura 3 - Sala de Leitura em 1982. (S. a. (1982, p.12)	50
Figura 4 - Biblioteca Geral da SMS em 1982 (S. a., 1982, p. 11)	51
Figura 5 - Cabeçalho do Azemel Vimaranes, referente ao número 12 de de Abril de 1823 (Braga, 1940, p 34).....	53
Figura 6 - Cabeçalho do número 2 da 4ª Série do Religião e Pátria de 5 de Outubro de 1864..	58
Figura 7- Capa do vol. 120/121 da Revista de Guimarães, ano 2010/2011 (Foto do autor, tirada a 30/1/2017)	60
Figura 8- Capa do Ano1, nº9 do Notícias de Guimarães, 7 de março de 1932 (foto do autor, autorizada pela Direção da SMS)	63
Figura 9- Capa do nº 43 da revista Mais Guimarães, de 5 de janeiro de 2017.	65
Figura 10 - Capa do 1º Caderno Cinquentenário, inserido no nº2620, do Notícias de Guimarães, de 19 de março de 1982 (foto do autor autorizada pela SMS).	70
Figura 11 - Notícia de celebração dos 115 anos da SMS, pelo nº3388 do Notícias de Guimarães, de 29 de novembro de 1996 (Foto do autor, autorizada pela SMS).....	74
Figura 12 - Notícia sobre o centenário da morte de Sarmento, do nº 3481 do Notícias de Guimarães de 11 de Setembro de 1998. (Foto do autor, autorizada pela SMS).....	81
Figura 13- Notícia sobre a mudança de edifício da SMS do nº9 do Religião e Pátria referente a 18 de julho de 1885. (Foto do autor, autorizada pela SMS).	83
Figura 14- Notícia relativa à instrução incentivada pela SMS, do nº93 do <i>Notícias de Guimarães</i> de 5 de novembro de 1933 (Foto do autor, autorizada pela SMS).....	88
Figura 15- Notícia do cinquentenário da festa do 9 de Março referente ao nº 4548 do Comércio De Guimarães de 8 de março de 1932. (foto do autor, autorizada pela SMS).	92

Índice de gráficos

Gráfico 1 - Número de periódicos da imprensa vimaranense, relativos ao século XIX, existentes nas principais instituições que são detentoras de arquivos dos mesmos, em Guimarães.....	54
Gráfico 2 - Número de periódicos da imprensa vimaranense, relativos ao século XX, existentes nas principais instituições que são detentoras de arquivos dos mesmos, em Guimarães.....	55
Gráfico 3 - Número de periódicos da imprensa vimaranense, relativos ao século XX, existentes nas principais instituições que são detentoras de arquivos dos mesmos, em Guimarães.....	56
Gráfico 4 - Número de periódicos reunidos na Biblioteca Municipal Raul Brandão, desde a sua abertura até a atualidade.	121
Gráfico 5 - Número de periódicos reunidos no Arquivo Municipal Alfredo Pimenta, até a atualidade.	123
Gráfico 6 –Número de periódicos existentes em Guimarães durante o século XIX.	125
Gráfico 7 - Continuação do número de periódicos existentes em Guimarães durante o século XIX.	127
Gráfico 8- Número de periódicos existentes em Guimarães no século XX.	129
Gráfico 9 - Continuação do número de periódicos existente em Guimarães durante o século XX.	131
Gráfico 10 - Número de periódicos existentes em Guimarães durante o século XXI.	133

Siglas e Abreviaturas

SMS – Sociedade Martins Sarmento

R.G – Reunião Geral

C.M.G - Câmara Municipal de Guimarães

C.G - Comércio de Guimarães

N.G - Notícias de Guimarães

R.P- Religião e Pátria

Introdução

Guimarães surge como um exemplo de destaque no panorama das cidades que mais têm procurado valorizar o seu património, bem como desenvolvido uma consistente ação cultural junto dos seus habitantes. Esta ação é levada a cabo não só pela Câmara Municipal, mas também por instituições como museus, bibliotecas e centros culturais caraterísticos de tempos mais atuais.

A Sociedade Martins Sarmento (SMS) é uma das entidades que reflete precisamente o percurso associado ao desenvolvimento educacional e cultural da cidade, não só por ser a mais antiga instituição neste domínio, mas também por albergar no mesmo edifício, um museu, uma biblioteca e um arquivo documental.

Formada oficialmente em 1882, em homenagem a Francisco Martins Sarmento, arqueólogo vimaranense, o seu objetivo inicial era a formação educativa dos trabalhadores vimaranenses para que a indústria da cidade pudesse evoluir. No entanto, ao longo dos anos seguintes a Sociedade começa a alargar o seu campo de ação, necessitando de um edifício próprio, nomeadamente para acomodar todo o seu espólio num só local. Neste sentido, em 1885 é instalado no antigo edifício do Convento de S. Domingos, onde foi depositado, numa primeira fase o material arqueológico, no claustro quatrocentista do mesmo. Começava assim a constituir-se o museu arqueológico, devedor em grande parte das doações feitas por pessoas e instituições que reconheciam o valor cultural da Sociedade. Mais tarde forma-se a biblioteca, que funcionou em tempos em conjunto com a biblioteca municipal.

O desenvolvimento da instituição, do seu edifício bem como da sua atividade cultural foi marcante ao longo dos tempos, passando a incluir espaços específicos para conferências e exposições, entre outros. Este dinamismo foi possível graças ao trabalho e persistência das diversas Direções que ao longo dos tempos a geriram, apesar das várias dificuldades, nomeadamente económicas. Importa, igualmente, destacar neste processo o ideário vimaranense que desde o início valorizou a importância educacional e cultural da Sociedade.

Na realidade, o século XIX foi fundamental para todo o processo que envolve o património cultural. Desde a sua designação - resultante de uma evolução (à luz da visão política e cultural da época), passando a abranger o património material mas também o imaterial - até ao processo de valorização e conservação do mesmo. Uma das características marcantes do século XIX foi

precisamente a doação de elementos de valor patrimonial e histórico às instituições, para que pudessem ser preservados e mantidos em melhores condições.

O património começa assim a ser visto como um elemento fundamental da memória e identidade de uma determinada sociedade. Simultaneamente as instituições culturais começaram a ser reconhecidas como a melhor opção para o depósito de espólio com valor patrimonial. Assiste-se, deste modo, à tomada de consciência da relevância que contêm os elementos de valor patrimonial, não só a nível da sociedade mas também a nível institucional. Todavia, foi essencialmente durante o século XX que surgem organismos, tanto a nível nacional como a nível internacional, cuja principal finalidade é a de proteção e conservação dos vários tipos de património, regendo-se por legislação, sustentada por Cartas e Convenções internacionais e pelas próprias Constituições de cada país.

Este trabalho pretende salientar, de todas as categorias associadas ao património, o património documental, mais precisamente da imprensa periódica local. Na realidade, a importância dada à obtenção de conhecimento ocorrida no século XIX irá valorizar a documentação escrita, considerada uma das fontes fundamentais para a aquisição e reconstituição de memórias e elementos identitários de uma determinada sociedade. A imprensa periódica, nomeadamente os jornais são um dos exemplos que constituem o património documental, refletindo o quotidiano de uma região e da população por ela abrangida, sendo mesmo considerado uma das fontes mais credíveis no que toca ao conhecimento relativo ao passado, segundo alguns autores.

Guimarães possui imprensa periódica desde 1822, processo iniciado através publicação do *Azeme! Vimaransense*, tornando-se a quarta cidade do país com acesso à imprensa. O maior número dos periódicos, que refletem o património jornalístico da cidade, encontram-se depositados na biblioteca da Sociedade Martins Sarmento, justificado por ser a instituição mais antiga de Guimarães, apesar da Biblioteca e Arquivo Municipais também possuírem alguns desses exemplares. Pelo peso histórico que a imprensa reflete na cidade, e por a SMS ser a instituição que contém o maior número de exemplares de periódicos, o que mostra o cuidado em relação à conservação do mesmo, encontram-se reunidas condições para a existência de um estudo em relação a este tipo de património, em articulação com o próprio valor histórico da instituição.

Deste modo, o objeto de estudo deste trabalho centra-se numa abordagem sobre o património documental, referente à imprensa local existente na Sociedade Martins Sarmento,

tendo por base três dos jornais que foram publicados durante maior período de tempo, designadamente o *Religião e Pátria* (1862-1865; 1867-1895), o *Comércio de Guimarães* (1884-atualmente ainda publicado) e o *Notícias de Guimarães* (1932-2012). Entre as principais questões destacam-se: *Qual a importância patrimonial e cultural da Sociedade Martins Sarmento que pode ser aferida através do seu acervo jornalístico, tendo em conta nomeadamente o facto de ser a instituição que maior número de periódicos possui? Quais os períodos de maior e menor relevância de produção de números e periódicos? Quais as razões que podem justificar tais oscilações, e como se articulam com a conjuntura local? Quais os assuntos e questões levantadas em relação ao valor patrimonial da instituição na cidade de Guimarães?*

Pretende-se, deste modo, contribuir para a valorização da Sociedade enquanto instituição detentora de um elevado património, não só a nível material como imaterial, através da análise de uma tipologia de património documental, os jornais.

Referir, por fim que o interesse sobre o estudo da instituição e do seu espólio documental nasceu aquando da realização de um estágio profissional efetuado na instituição, que tornou possível dimensionar o património documental que ainda se encontra por estudar, nomeadamente os jornais locais depositados na biblioteca e no arquivo da Instituição. Trata-se, na realidade de um acervo que integra um vasto número de elementos que merecem ser alvo de estudo e divulgação.

Justificativo e objetivos

Os jornais constituem uma tipologia de património documental cada vez mais utilizada na aquisição de conhecimento histórico, justificando uma análise pormenorizada da sua relevância ao longo dos tempos, mas também acerca do papel que determinadas instituições tiveram para a sua conservação.

Através deste estudo pretende-se contextualizar e valorizar o património documental, pela análise da evolução e importância da imprensa para a aquisição de informação relativa a história, memória e identidade de uma determinada sociedade. Utiliza-se assim, como base de estudo o espólio jornalístico de Guimarães para salientar valores históricos, culturais e patrimoniais da Sociedade Martins Sarmento.

Neste sentido, foi realizado o inventário da coleção de periódicos que constitui a hemeroteca da Sociedade, e que se apresenta em anexo, neste trabalho, de modo a, por um lado, avaliar a sua dimensão enquanto fundo documental, no contexto do património de

Guimarães, mas também na sua relevância para o estudo da própria instituição, assim como para o estudo da cidade.

Ao dar relevância ao percurso da Sociedade, um dos objetivos passa também por mostrar que instituições como arquivos, bibliotecas e bibliotecas de museus contêm um papel fundamental no que toca ao depósito, conservação e divulgação do património cultural e documental. Normalmente os documentos de valor cultural para determinada cidade encontram-se depositados no Arquivo ou Biblioteca Municipais, no entanto, em Guimarães, a maior parte do espólio jornalístico encontra-se na biblioteca da Sociedade, facto justificado desde logo pela sua longevidade. Neste sentido, importa igualmente dar a conhecer a história da instituição, do seu patrono e particularmente da sua biblioteca. Assim será possível perceber a justificação da sua formação e a evolução, as suas instalações, bem como o espólio que é detentora. Pretende-se evidenciar, desta forma, a dimensão cultural da Sociedade, confirmada pela sua antiga antiguidade, mas também através do seu papel na sociedade vimaranense, que em larga medida foi acompanhado pela imprensa periódica, a qual faz parte integrante do seu espólio.

Sendo a imprensa periódica vimaranense a base deste estudo, procedemos à contextualização histórica desde o seu surgimento, enquadrando-a com a evolução a nível nacional. Desta forma, é possível analisar a influência imprensa nacional, essencialmente tendo em conta o contexto político da época.

A partir da análise dos periódicos selecionados (*Religião e Pátria*, *Comércio de Guimarães* e o *Notícias de Guimarães*) foi possível destacar várias categorias de assuntos divulgados, que se relacionam, nomeadamente, com a evolução histórica da instituição e do edifício que a alberga, o património museológico e documental, a atividade educativa e cultural praticada, e as homenagens feitas ao patrono da instituição Francisco Martins Sarmento. Deste modo, é possível avaliar a dimensão patrimonial e cultural da Sociedade através da análise da imprensa periódica local e simultaneamente valorizar o património documental, nomeadamente a imprensa periódica, enquanto elemento de conservação de memória de determinada sociedade ou entidade local.

Metodologia

O primeiro passo consistiu na inventariação, ou seja, no levantamento de todos os títulos de periódicos existentes em Guimarães, desde a década de 20 do século XIX. Nesta fase, os resultados foram obtidos através da consulta de bibliografia e confirmados através da consulta

do livro de Registos da Sociedade, no caso daqueles que se encontram depositados na biblioteca da instituição. Após isto, os dados foram informatizados em Excel, de forma a ser possível a criação de gráficos.

Seguidamente, foi feita uma pesquisa sobre as instituições que continham periódicos vimaranenses, através da consulta de material bibliográfico e da ida às próprias instituições de forma a obter informações retiradas do material de registos de cada uma.

Chegou-se à conclusão que as três principais seriam a Sociedade Martins Sarmento, o Arquivo Municipal Alfredo Pimenta e a Biblioteca Municipal Raul Brandão, e após a análise dos materiais onde estariam registados os periódicos vimaranenses, os dados foram mais uma vez tratados graficamente em Excel. Para o caso da Sociedade, uma vez que é a possuidora de maior número de periódicos, foi elaborado um inventário com as principais informações, tais como o período de publicação, nome de administradores e redatores, locais das redações, principal característica de cada um, muitas vezes traduzida pelos ideais políticos.

Como forma de comparar toda a informação foram elaborados gráficos apenas com o número de periódicos de cada instituição nos séculos, XIX, XX e XXI.

Devido à quantidade de periódicos existentes em Guimarães, foi necessária uma seleção, de três, nomeadamente os jornais *Religião e Pátria* (1862-1865; 1867-1895), *o Comércio de Guimarães* (1884-2016) e *o Notícias de Guimarães* (1932-2012), de modo a permitir a análise do percurso da Sociedade. O critério utilizado foi o período de publicação, que teria que se cruzar com o período de existência da Sociedade e a longevidade da periodicidade.

Após feita a seleção dos periódicos foi elaborado o levantamento de todas as notícias associadas à Sociedade e depois de organizadas em tabelas, foram agrupadas em temas que envolvem o próprio desenvolvimento da instituição, o seu património e a oferta educativa e cultural.

Através da análise comparativa da informação da bibliográfica e a constante nos artigos jornalísticos selecionados foi possível evidenciar e justificar a importância cultural e patrimonial da instituição na cidade de Guimarães.

Para a parte teórica deste trabalho, foi realizada numa primeira fase a análise de bibliografia respeitante à temática do património, mais precisamente do património documental, de forma a elaborar a contextualização histórica. Esta análise foi realizada dentro da visão de vários autores em artigos e estudos relativos à temática em questão, que permitirão mostrar as diferentes opiniões sobre o início, o percurso e as influências, essencialmente políticas, exercidas

ao longo dos tempos. A problemática da conservação do património exercida por instituições como bibliotecas, bibliotecas de museus e arquivos foi também abordada.

Deste modo, a presente dissertação encontra-se organizada em 6 capítulos, contendo ainda um grupo de anexos e apêndices. Relativamente aos capítulos; o primeiro intitula-se Património cultural e documental, explicitando a evolução do conceito e os organismo legislativos, tal como referem os subtítulos 1.1 História do conceito e 1.2 Organismos de defesa e instrumentos legais; o segundo refere-se à Imprensa periódica portuguesa, no qual é feito o enquadramento histórico e salientadas as instituições que procedem ao arquivamento ou depósito e conservação do espólio documental, pormenorizados nos subtítulos 2.1 referente ao Enquadramento histórico da imprensa periódica vimaranense e o 2.2 relativo à Documentação e arquivo; o terceiro capítulo é referente à Sociedade Martins Sarmiento, no qual é salientada a Constituição da instituição no ponto 3.1, a Figura de Martins Sarmiento (3.2) em específico a marca que deixou na imprensa vimaranense no ponto 3.2.1; é ainda exposta a evolução das instalações da SMS através do subtítulo 3.3 intitulado As instalações e o edifício atual; por fim é salientado o acervo museológico no ponto 3.4 O museu e as coleções. Seguidamente são dados a conhecer a Biblioteca e o arquivo documental da Sociedade Martins Sarmiento (4), através da História da sua constituição referente ao ponto 4.1, o Edifício explícito no ponto 4.2 e a Organização da biblioteca no ponto 4.3. A imprensa vimaranense constitui outros dos pontos desenvolvidos neste trabalho onde é mostrada a evolução da mesma durante os séculos XIX, XX e XXI através dos pontos 5.1 referente ao Aparecimento dos periódicos vimaranenses (XIX), 5.2 no qual são salientadas As consequências políticas do século XX na imprensa vimaranense e 5.3 referente à Consistência da frequência dos periódicos no século XXI. Por fim o capítulo 6 alusivo A visão da Sociedade Martins Sarmiento na imprensa vimaranense, no qual se salienta O percurso evolutivo da Sociedade Martins Sarmiento (6.1), a figura de Francisco Martins Sarmiento (6.2), o Edifício da Sociedade: mudança de instalações e construção do atual (6.3), o Património museológico e documental (6.4), a Oferta e cultural da instituição (6.5), em específico A festa do 9 de Março e a Revista de Guimarães (6.5.1).

Em anexo apresentam-se ainda alguns documentos referentes ao contrato existente entre a Sociedade Martins Sarmiento e a Câmara Municipal de Guimarães para a criação da Biblioteca Municipal, assinado a 1 de junho de 1882 (anexo 1) e o Regulamento da Biblioteca Municipal referente a 11 de outubro de 1882 (anexo 2).

Em Apêndice são apresentados os gráficos que realçam os periódicos existentes na diferentes instituições vimaranenses como a Biblioteca Municipal Raul Brandão e o Arquivo Municipal Alfredo Pimenta ao longo do diferentes períodos históricos, desde o seu aparecimento, separados pelos século XIX, XX e XXI (Apêndice 1) e o inventário que assinala os periódicos existentes na Sociedade Martins Sarmento, organizados segundo os parâmetros: Título; Definição/Caraterização; Periodização; Periodicidade; Administradores e Redatores; Local administração e redação; Tipografia e local impressão; Existência na SMS e Notas (Apêndice 2).

1. Património cultural e documental

1.1 História do conceito

Atualmente, a noção de património é universal, podendo ser entendida de modo individual, coletivo, nacional ou universal, na certeza, porém, de que todas as sociedades possuem bens herdados singulares, símbolos de uma memória passada, aos quais se atribui valor e significado através da patrimonialização.

De facto, as questões relacionadas com a preservação e valorização do património são cada vez mais frequentes nos dias de hoje. A título de exemplo refira-se a própria evolução que o conceito de património cultural teve ao longo dos tempos, mas também as diferentes categorizações que conhece atualmente ou as inúmeras cartas, convenções e recomendações internacionais para a sua proteção.

A normalidade com que o património é atualmente encarado, como meio de conhecimento do passado, levou ao longo dos tempos ao surgimento de categorias a ele associadas, sujeitas a várias modificações durante todo o percurso da consolidação do próprio conceito de património. A preencher estas categorias encontram-se os objetos, monumentos, documentos, valores e tradições que se constituem, simultaneamente, como testemunho, mas também como um meio para estudar o passado e o divulgar.

A salvaguarda atual do património, ligada à preservação da memória do passado, assenta também na sua relevância, permitindo a reflexão do presente e a projeção do futuro de uma determinada sociedade. Desta forma, através dos bens patrimonializados, materiais e imateriais, é possível observar como determinada sociedade cria e recria a sua memória cultural. É visto também como um elemento de coesão entre membros de um determinado grupo social, que possibilita a formação e existência de uma identidade coletiva ao longo do tempo, independentemente das mudanças temporais. Desta forma, o património é visto como elemento que certifica ao pormenor a fisionomia moral e cultural de um determinado grupo, distinguindo o dos demais (Mendes, 2012, p.17).

Todavia, e segundo Maria Lage (2002, p.12), a noção de património cultural contém um certo número de camadas sobrepostas, que são importantes de distinguir, uma vez que surgiram ao longo da História, com uma sensibilidade diferente em relação ao passado. Quando a autora menciona a existência de várias camadas refere-se às diferentes etapas da evolução e do desenvolvimento do património, muitas vezes ligadas às ideologias históricas.

Uma das mais antigas menções referentes ao património encontra-se na época romana, através da palavra *patrimonium*, que designava naquele período o conjunto de bens pertencentes ao pai, transmitido aos sucessores pela forma de herança. Na época o conceito era então associado ao privado, designando os objetos herdados de geração em geração.

Passaram alguns séculos sem que o património constituísse um assunto relevante, até à época do Renascimento e do Humanismo. É sobretudo nos finais do século XV que o conceito de património, como bem comum a um determinado grupo social, se começa a formar, justificado pelo surgimento da necessidade de um tipo de cultura que acompanhasse as mudanças vividas na sociedade da época, associadas, por um lado, ao rompimento da ideologia ligada ao divino e ao sobrenatural, características da Idade Média e, por outro, ao renascer do humano e do natural.

Todavia, os finais do século XVIII constituí um período de destaque na conceção de património, bem como na definição de políticas para a salvaguarda de bens patrimoniais. Na realidade, foi graças à Revolução Francesa, que se promoveu a destruição dos elementos associados às sociedades de Antigo Regime e, paradoxalmente, desenvolveu uma maior sensibilização relativamente aos monumentos do passado, que o património passa a ser identificado como um testemunho da identidade e da memória das sociedades passadas. Paulatinamente, esta conceção de património alarga-se para outros países (Crivelli e Bizello, 2012, p. 173).

Segundo alguns autores, a nível nacional, as preocupações com o património ganham alguma consistência no século XVI, muito embora já no século XIII, no reinado de D. Dinis, tenha sido publicada legislação sobre o restauro de burgos e, também, relativa à proteção de estruturas de riqueza nacional (Lage, 2012, p.19).

Todavia, será sobretudo no século XVI, devido à ação de D. Manuel, que é dada uma atenção particular à defesa do património, testemunhada na publicação relativa à revisão da legislação de Portugal, conhecida por *Leitura Nova*¹. Esta publicação, segundo defende Maria Lage, além de constituir uma medida única de organização e preservação arquivística notável para a época (Lage, 2002, p. 40), aborda o património como cultura material. Desta forma e ainda seguindo o raciocínio da autora, a publicação dá atenção *às formas visíveis dos produtos*

¹ Publicação de revisão da legislação do país, onde foi também abrangida legislação referente à defesa do património material. Coleção de 61 códices de pergaminho, constituída por milhares de cópias de importantes documentos antigos de diversa tipologia, organizados por comarcas e assuntos dotados de índices para mais fácil acesso. (Lage, 2012: 39).

humanos, à maneira como se interligam, à forma como são usados, enquadrando-os no tempo (regime político e social) e no espaço (caraterísticas do meio ambiente) (Lage, 2002, 13). Neste contexto, foi dada particular atenção ao património documental, enquanto registo da memória, do lugar e do tempo, que permitia entender comportamentos e a formação de uma identidade. Deste modo, as bibliotecas e arquivos começaram a ter um papel de grande relevo, enquanto instituições de recolha, preservação deste tipo de património.

D. Manuel I fica, assim, conhecido pela sua metódica ação para o desenvolvimento do património, essencialmente o património arquivístico, através da restauração e embelezamento de documentos, códices e escrituras, dos mais antigos existentes em Portugal e, também, das obras de reestruturação da Torre do Tombo², uma das instituições mais antigas de Portugal que prestou serviço como Arquivo do rei.

Avançando um pouco, é no século XVIII que, tal como referido anteriormente, de acordo com Renato Crivelli e Maria Bizello (2012, p. 178) a valorização patrimonial conhece um novo destaque com a criação do conceito de nação, à qual começa a ser associado um povo, unido entre si através do sentimento e conexão histórica.

A nível nacional, sob a égide dos ideais nacionalistas, as preocupações relativas ao património ficam expressas nas ações levadas a cabo por alguns monarcas, nomeadamente os reis D. João V e D. João VI. Por exemplo, em 8 de dezembro, de 1720, é criada a Academia Real de História, por D. João V, que deu origem à organização de estudos relativos à história e outras ciências (Arqueologia, Geografia, entre outras) que contribuíram para o conhecimento e promoção do património cultural do país. Destaque-se, igualmente, a inventariação dos monumentos nacionais, promovida por esta Academia, ao abrigo do alvará assinado por D. João V, em 20 de agosto, de 1721. Este alvará continha também medidas de sanção relacionadas com destruição dos bens patrimoniais. A ação do monarca, desenvolvida por influência do pré-iluminismo, apenas se solidificou nos finais do século XVIII e inícios do século XIX (Lage, 2012, p.19-20).

Jean-Yves Durand fundamenta o que foi anteriormente referido, afirmando que grande parte do que atualmente é considerado património começou a ser identificado, protegido e valorizado

² Atualmente, o Arquivo Nacional da Torre do Tombo é um serviço dependente da Direcção-Geral do Livro, Arquivos e Bibliotecas, serviço central da administração direta do Estado - integrado na Secretaria de Estado da Cultura - e é um dos arquivos de âmbito nacional da rede portuguesa de arquivos (Arquivo Nacional Torre do Tombo- Missão e Objetivos (2014), Arquivo Nacional Torre do Tombo web site, acedido Janeiro 17, 2017, em <http://antt.dglab.gov.pt/inicio/identificacao-institucional/missao-e-objectivos/>).

durante o século XIX, devido à necessidade de esclarecimento sobre as origens dos povos e da essência cultural associada aos românticos da época. Exatamente por causa do crescimento do interesse cultural, o século XIX é visto como o século dos nacionalismos e dos museus, a nível europeu (Durand, 2005, p. 2).

Em Portugal, com a extinção das ordens religiosas decretada em 1834, alguns dos complexos monásticos-conventuais foram secularizados e grande parte dos seus bens incorporados na Fazenda Nacional. Cerca de 500 conventos passam para a posse do Estado. Estas instituições passaram a ter uma nova função, transformando-se em escolas e hospitais, etc, dependendo das necessidades sociais associadas ao liberalismo, característico da época em questão. Tal como afirma Maria Lage o espólio documental arquivado nestes espaços foi recolhido e o acervo artístico como pinturas e esculturas foram reunidas no Convento de S. Francisco, em Lisboa (2012, 20).

Paralelamente à grande quantidade de estudos produzidos no século XIX, reveladores da importância dos bens históricos e dos bens culturais, denunciando a destruição e o abandono dos mesmos, assiste-se, à criação de instituições de defesa e promoção do património nacional, como por exemplo as Associações e Sociedades nas áreas da Arqueologia e Arquitetura. A título de exemplo refiram-se a Sociedade Arqueológica Lusitana (1849), inaugurada em Setúbal, a Associação dos Arquitetos Cívicos Portugueses (1863), que a partir de 1872 passa a ser conhecida por Associação de Arquitetos e Arqueólogos (Lage, 2012, 21-22) e, também, a Sociedade Martins Sarmento (1882), em Guimarães.

Como consequência da apresentação de um plano para a criação de um museu e da Reforma do Ensino das Belas Artes, foi publicado um Decreto, de 10 de novembro de 1875 através do qual se nomeia uma comissão que propôs ao Governo que fossem tomadas medidas em relação à conservação e recuperação dos bens históricos e arqueológicos existentes, na época, no reino (Lage, 2012, p.22-23).

Segundo indica Maria Lage (2012, p.22), na segunda metade do século XIX, as novas associações, tiveram um papel importantíssimo no levantamento e estudo de bens patrimoniais. Por exemplo, foi graças à Associação de Arquitetos e Arqueólogos Portugueses que surge a primeira proposta de classificação dos Monumentos Nacionais, em 1880. Ainda durante este período regista-se um aumento do número de museus, surgidos em vários pontos do país, e uma ampliação e desenvolvimento da atividade cultural, com o incremento de exposições para a divulgação do património.

Paralelamente, no final do século XIX, registam-se alterações no conceito de património, que passa a abranger novas categorias. Uma das mais destacadas foi por exemplo, o património etnológico, colocando em evidência a sua parte imaterial, como os usos e costumes ou as tradições (Lage, 2012, p.10). Na realidade, até então, a definição de património abrangia apenas os bens materiais, nomeadamente os vestígios arqueológicos, monumentos arquitetónicos, documentos, pinturas e esculturas.

Também o património documental adquiriu um papel de relevo dentro das novas categorias. O uso do documento como fonte de aquisição de conhecimento começa a ser evidente durante o século XIX, motivado pela formação do conhecimento racional- defendido por Jordana Cunha (2009. p.1) - como o mais verdadeiro, que necessita de provas e justificações, adquiridas grande parte das vezes pelo processo de estudo iniciado nesta época, baseado na pesquisa documental. Este processo foi se tornando cada vez mais frequente ao longo dos tempos.

Apesar dos antecedentes já mencionados, no século XIX o processo fundamental de conservação de documentos vai ganhando mais expressão, com a sua reunião e depósito em bibliotecas, arquivos e, até mesmo, em museus, situação que resultou no aumento e desenvolvimento da pesquisa histórica. Na realidade, o processo de aquisição de conhecimento histórico, sobre política, cultura, ou até de determinada sociedade ou grupo social ficou assim cada vez mais facilitado.

Paulatinamente, o processo de pesquisa para aquisição de conhecimento através dos documentos é alargado a áreas transversais ligadas à história, associadas ao domínio da atividade humana ou até às mudanças verificados nos últimos tempos; originando uma mobilização de recursos documentais cada vez mais diversificada. O século XX é visto por Maria Lage como o século do triunfo do documento, marcado pela revolução documental e consequente alargamento do conteúdo do documento e dilatação da memória histórica (2012, p.26).

Todavia, a tomada de consciência do estado de conservação do património documental, bem como da precaridade do seu acesso em diferentes regiões do mundo, originou a criação pela UNESCO, em 1992, do programa *Memória do Mundo*³. Desde então, este programa passou

³ <http://www.unesco.org/new/en/communication-and-information/memory-of-the-world/about-the-programme/> acedido a 24 de dezembro de 2016.

a constituir um quadro de referência internacional no que se refere à preservação do património documental.

Segundo a UNESCO, um documento é aquilo que “documenta” ou “regista” algo com um propósito intelectual deliberado, sendo algo comum à maioria das sociedades, em maior ou menor quantidade. Um documento é composto por dois componentes: o conteúdo informativo e o suporte em que se encontra. Sendo que ambos podem apresentar uma grande variedade e ser igualmente importantes como parte da memória. Neste sentido, incluiu-se, por exemplo, itens textuais tais como manuscritos, livros, jornais, cartazes, etc. O conteúdo textual pode ter sido inscrito a tinta, lápis, pintura ou outro meio. O suporte pode ser de papel, plástico, papiro, pergaminho, folhas de palmeira, cortiça, pano, pedra, entre outros (Edmondson, 2002, p. 11).

Deste modo, incluem-se no património as fontes documentais que identificam elementos particularmente significativos de uma determinada cultura e sociedade, que garantam a preservação da memória coletiva e individual de um povo e a divulgação da sua identidade, através do testemunho escrito em manuscritos, livros, jornais e outros bens impressos.

Assim, os exemplares do património documental são aqueles que contêm elementos referentes à memória e à identidade de determinada sociedade, comunidade ou grupo, podendo completar os dados já existentes sobre estes ou mesmo fornecer dados de grupos desconhecidos. Através do reconhecimento do carácter patrimonial, um determinado documento deixa de ser associado a uma coleção de biblioteca ou um fundo de arquivo sendo-lhe atribuído, pelo valor que contém, um lugar, um papel, e uma importância particulares (Lage, 2012, p.32).

O património documental encontra-se intimamente ligado a duas categorias fundamentais que contribuem para a sua melhor organização. Classificadas como categorias clássicas temos o património bibliográfico e o património arquivístico. No caso da primeira, inclui todas as obras referente ao saber e á intelectualidade relativa a qualquer modalidade, que se encontra em fundos de bibliotecas, sendo fundamental para a investigação, para o ensino e consequente aquisição de conhecimento. No caso da segunda, o património arquivístico, encontra-se associada ao conhecimento e às fontes documentais de instituições coletivas ou privadas que pode constituir fundos, núcleos e até agrupamentos arquivísticos. Todavia, em termos de património documental, não podem ser tratadas como classes únicas, sem qualquer tipo de interligação, uma vez que ambos os exemplos podem ser cruciais para o alargamento dos dados da memória e identidade de uma sociedade.

No caso do jornal impresso, principal fonte de investigação desta dissertação, nomeadamente os periódicos locais, importa destacar que, paralelamente ao desenvolvimento ocorrido durante os séculos XVIII e XX na aquisição de conhecimento, os periódicos locais se enquadravam nos objetos pesquisáveis que facilitavam a compreensão do passado. Passaram, assim, a constituir uma das fontes mais fidedignas no que toca as pesquisas em questão, pois analisavam o quotidiano de uma determinada cidade (por exemplo) quase ao pormenor, tornando assim públicas, as festas, a vida política, a economia dos diferentes estratos sociais e até mesmo escândalos do mais variado tipo. Os periódicos locais representam, deste modo, uma das tipologias do património documental mais relevantes no que toca à ligação ao passado de uma sociedade em questão.

O século XX é marcado pela continuidade do desenvolvimento do património, iniciado durante o século anterior, verificando-se um alargamento da área e da abrangência da noção. Assiste-se, deste modo, a uma intensificação nas questões de defesa e perceção social do enquadramento legal relativo ao património cultural e ao património natural, não só a nível nacional, mas também a nível local (Lage, 2012: p.18).

Na realidade, a noção de património foi adquirindo ao longo dos séculos um significado cada vez mais abrangente e coletivo. Apesar de na sua origem romana a palavra “patrimonium” remeter para a questão jurídico-social da transmissão individual da propriedade, atualmente a noção de “património da humanidade” remete precisamente num sentido maior (Durand, 2005: 6).

Atualmente, o património é visto como coletivo e como algo que pode ser utilizado para benefício das populações locais. Esta ideia tem impulsionado as questões ligadas à proteção do património, tendo em conta, nomeadamente, os benefícios económicos que advém da valorização do património (Lacoste, 2003). Importa, a este propósito, destacar o papel das autarquias locais, na promoção, divulgação e defesa do património, envolvendo de maneira direta a população.

Todavia, para além de ser já uma noção interiorizada pela sociedade é, ainda, um conceito suscetível de mudança, continuando a adquirir características resultantes dos ideais partilhados em determinada época. Desta forma, pode-se concluir que o património tem como função principal contribuir para a formação do conceito de nação, através da ação direta da sociedade salientando elementos como a memória e identidade coletivas, que distinguem e determinam a representação do grupo social em questão.

1.2 Organismos de defesa e instrumentos legais

A evolução da noção de património, tal como referido anteriormente, foi sendo acompanhada pela criação de organismos de defesa e instrumentos legais, nomeadamente cartas, convenções, recomendações e leis que visavam a sua conservação e proteção.

No panorama nacional, a produção de legislação que inclui a proteção do património remonta ao reinado de D. Dinis, no século XIII, muito embora seja sobretudo durante os séculos XVI e XVIII a XX que se torna mais evidente.

Durante o período da República foram criados os Conselhos de Arte e Arqueologia, pelo Decreto nº1 de 26 de maio de 1911 que possibilitaram a divisão do país três repartições territoriais artísticas, proporcionando o desenvolvimento cultural noutras áreas, descentralizando-se desta forma a cultura. Também devido à política republicana são produzidas condições para que entidades coletivas ou individuais tivessem um papel ativo no que toca a conservação do património cultural, como bens históricos, artísticos e arqueológicos (Lage, 2012, p.22). Esta medida fez com que uma parte da sociedade comesse a encarar a defesa dos bens patrimoniais como uma tarefa cada vez mais comum.

Já na época do Estado Novo, os Conselhos criados anteriormente foram extintos, passando para o Governo as decisões relativas ao património. Para que a maior parte dos assuntos referentes ao património fossem acompanhados foi criada a Direção Geral dos Monumentos Nacionais, em 1929, que decidia relativamente à classificação de monumentos de relevância histórica enquanto património nacional (Neto, 1999).

A nível internacional esta preocupação começou a ser mais intensificada após a II Guerra Mundial, levando à formação de organismos internacionais, que promovem cartas, convenções e recomendações sobre legislação que deve ser respeitada pelos Estados aderentes, com a ajuda de outros organismos formados a nível nacional.

A primeira a ser destacada é a Carta de Atenas, assinada em 1931, cujo principal objetivo se baseava na restauração dos monumentos históricos. No entanto, como se centrava apenas nos grandes monumentos, trinta anos mais tarde é emanada a Carta de Veneza (1964) que alargava o âmbito de proteção para a restauração dos monumentos e sítios. Em resultado desta carta, surgiu o *Conselho Internacional de Monumentos e Sítios* (International Council of Monuments and Sites) (ICOMOS), em 1965, como uma organização não-governamental associada à UNESCO, responsável por propor os bens que recebem o título de Património Cultural da Humanidade.

Importa, referir, que a constituição, em Paris, da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), no ano de 1945, tinha como propósito promover a colaboração entre nações através da educação, da ciência e da cultura. As atividades culturais deveriam promover a salvaguarda do património e ser um incentivo relativamente à criação e preservação de entidades culturais, através da implantação de meios legais, como as Convenções e Cartas internacionais.

Portugal aderiu à UNESCO, em 1965, todavia em 1972 retira-se, entrando novamente em setembro de 1974.

De forma geral, ao longo dos tempos, a UNESCO procurou atuar em todas as tipologias do património, e de forma mais particular no património arquitetónico, arqueológico, natural, entre outros. Em 1972 surge a Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural, através da qual são esclarecidas as definições de património cultural e natural e as responsabilidades de cada Estado em “reconhecer a obrigação de assegurar a identificação, proteção, valorização e transmissão às gerações futuras (...)” (art. 4º) .

No trigésimo aniversário da convenção sobre o Património Mundial, é assinada a Declaração de Budapeste, em 2002, demonstrando tratar-se de um instrumento impar de cooperação internacional do património cultural e natural de valor universal excecional⁴.

Oito anos mais tarde, são emanadas as Orientações Técnicas para Aplicação da Convenção do Património Mundial, que, para além de diretrizes técnicas, contém um conjunto de definições relativas aos vários tipos de património, bem como refere os organismos que trabalham em conjunto com o Comité do Património Mundial e que contribuem para a proteção do património, nas suas diferentes tipologias.

Como resultado destes acordos internacionais, bem como dos incentivos para uma maior sensibilização para a conservação do património enquanto bem comum, surgem a nível nacional mecanismos que começaram a pôr em prática as suas recomendações.

Os organismos do Estado português tiveram ao longo dos tempos várias modificações associadas ao tipo de património que pretendiam abarcar.

Um dos aspetos a considerar é a própria Constituição Portuguesa, que apenas a partir da sexta, em 1976, começa a constar menções associadas ao património cultural.

⁴ Declaração de Budapeste sobre o Património Mundial, p.1. (<http://www.patrimoniocultural.pt/media/uploads/cc/declaracaoBudapestesobrepatrimoniomundial2002.pdf>, acedido a 5 Agosto de 2016)

Nas anteriores constituições portuguesas não existia nenhuma referência aos bens culturais, nem mesmo nas associadas ao liberalismo monárquico. Apesar disto, a Constituição de 1933, em vigor até 1974, ano da deposição do Estado Novo, possuindo algumas das características da ditadura, como o nacionalismo, o estatismo e a antidemocracia, também não acolheu o património como um bem comum, mas sim como um bem do Estado. A Constituição da República, aprovada a 2 de abril de 1976, marca a diferença pela abundante legislação sobre património, chegando mesmo a serem classificados monumentos. Atualmente, ainda em vigor a Constituição da República de 1976, mas com várias revisões constitucionais, as tarefas de “proteger e valorizar o património cultural do povo português” são entendidas como uma das “tarefas fundamentais do Estado” (art.9º).

Ao longo dos tempos foram criados organismos para que não existissem falhas na salvaguarda do património, ainda que este processo tenha sido marcado pelas constantes modificações nas designações e alvos de atuação de cada organismo.

O primeiro instituto público português criado com estes fins foi o Instituto Português do Património Cultural (IPPC), pelo decreto de lei nº59/80, de 3 de Abril, em 1980, surgindo integrado na Secretaria de Estado da Cultura, na sequência de uma das suas múltiplas reestruturações.

Ao IPPC foram atribuídas as funções de gestão de museus, palácios, bibliotecas e arquivos, tendo este colocado para segundo plano as tarefas ligadas à promoção da salvaguarda e valorização dos bens culturais. Como consequência disto, é criado o Instituto Português do Património Arquitetónico e Arqueológico (IPPAR), em 1992, que durante 25 anos regulou a classificação do património histórico português bem como a sua proteção.

No âmbito deste trabalho, importa igualmente referir a criação, em 1988, do Instituto Português de Arquivos, pelo Decreto-Lei n.º 152/88, de 29 de abril, com objetivo de planear e estabelecer um sistema nacional de arquivos que visava a coordenação e execução de uma política arquivística integrada, mas que abordaremos de forma mais detalhada no capítulo 2.

Em 1997, surge o Instituto Português da Arqueologia (IPA) com o objetivo de definir a política de gestão do património arqueológico e promover a atividade arqueológica em Portugal.

Também ainda na década de 90 foram publicados novos decretos que abrangeram, por exemplo, o património arquivístico, com o estabelecimento do Regime Geral de Arquivos e Património Arquivístico, publicado no Diário da República, nº 19, Série I. A, de 23 de janeiro, de

1993. O seu principal objetivo é disciplinar normativamente a valorização, inventariação e preservação dos bens arquivísticos considerados parte integrante da cultura portuguesa.

De igual modo, a Lei de Bases do Património Cultural (Lei nº 107/2001, de 8 de Setembro), que apesar de ser aprovada em 1995 só em 2001 é publicada, veio estabelecer “as bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural”, esclarecendo também quais as tipologias que preenchem o património cultural, nomeadamente o património imaterial⁵.

Todavia, a principal dificuldade na resolução dos problemas patrimoniais, nomeadamente os relativos à sua conservação e o restauro, passavam maioritariamente pela falta de meios financeiros. Para colmatar esta situação, e em resposta aos objetivos da Lei de Bases, foi criado, pelo decreto-lei nº107/2001, o Fundo de Salvaguarda do Património. Desta forma, foi possível a criação de um conjunto variado de fundos financeiros públicos adequados, permitindo garantir a salvaguarda da herança nacional. Este decreto-lei estabelece também o regime jurídico relativo ao património cultural imaterial.

Desta forma, e também no sentido de reduzir custos, em 2006, no âmbito da nova lei orgânica do Ministério da Cultura, grande parte dos organismos que funcionavam de forma autónoma, como o IPPAR e o IPA são fundidos num novo instituto, o Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico (IGESPAR). Tem como principal função a gestão, salvaguarda e conservação de bens que integram o património arquitetónico e arqueológico classificado do país.

Mais recentemente, em 2012, foi criada a Direção Geral do Património Cultural (DGPC), em resultado da junção do Instituto dos Museus de Conservação (IMC), da Direção Regional da Cultura de Lisboa e Vale do Tejo (DGCLVT), do IGESPAR, bem como da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN), fundada em 1929.

Atualmente, a DGPC é o único organismo responsável pela gestão de todo o património cultural, designadamente do património edificado urbano, arquitetónico e arqueológico, do património móvel, do património imaterial e dos museus e monumentos. As suas atividades incluem o estudo, a investigação e a divulgação, mas também a gestão do património edificado, obras de conservação, gestão dos Museus Nacionais e dos monumentos classificados, entre outros.

⁵ No artigo 91º são esclarecidas as componentes que constituem o património imaterial, designando assim “realidades que, tendo ou não suporte em coisas móveis ou imóveis, representem testemunhos etnográficos ou antropológicos com valor de civilização ou de cultura com significado para a identidade e memória colectivas”.

No caso do património arquivístico, este encontra-se desde 2012 na dependência Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas, que resultou da fusão da Direção-Geral do Livro e das Bibliotecas, criada em 2007, com a Direção-Geral dos Arquivos (antigo Arquivo Nacional, e originalmente Arquivo da Torre do Tombo). Constitui um serviço central da administração direta do Estado, na dependência da Presidência de Conselho de Ministros/Secretário de Estado da Cultura. Tem por missão assegurar a coordenação do sistema nacional de arquivos e a execução de uma política integrada do livro não escolar, das bibliotecas e da leitura. A área de Arquivo pretende através da sua atuação contribuir para a proteção, valorização e disseminação do património arquivístico. Por exemplo, em 2007, ainda pela Direção -Geral dos Arquivos, foi criada a Rede Portuguesa de Arquivos, um processo comum de gestão e acessibilidade aos documentos dos diferentes arquivos que a integram⁶.

⁶ <http://arquivos.dglab.gov.pt/>; acedido a 5 agosto de 2016.

2. A imprensa periódica portuguesa

2.1 Enquadramento histórico da imprensa periódica portuguesa

O início da imprensa periódica marca presença em Portugal durante o século XVII, tal como noutros países da Europa.

De facto, a nível Europeu, o crescimento da burguesia, em consequência da estabilização económica e do desenvolvimento da indústria, criou bases para o incentivo à educação. Tornara-se cada vez mais frequente a circulação de livros e jornais que davam às pessoas motivos acrescidos para se alfabetizarem (Sousa *et al.*, 2010, p.7).

Para a realidade portuguesa, existem diferentes visões relativamente à primeira publicação periódica. Segundo alguns autores (Sousa *et al.*, 2010, p.9) o primeiro prenúncio foi a publicação ocasional das *Relações* de Manuel Severim de Faria, relativas a 1626 e 1628. No entanto, a publicação carece de periodicidade e continuidade e/ou encadeamento, não devendo marcar o início do periodismo português (Tengarrinha, 1989, p.35).

Desta forma, segundo José Tengarrinha, a primeira publicação jornalística é a *Gazeta* da Restauração⁷, publicada em 1641 até 1647, em virtude da necessidade de propagandear a Restauração da Independência. No entanto, foram implantados um conjunto de constrangimentos, como um sistema de censura e de licenças de impressão, que estagnaram o desenvolvimento do jornalismo português.

O período entre 1647 e 1663 foi marcado pela ausência da publicação de periódicos em Portugal, sendo apenas publicadas folhas volantes que divulgavam notícias sobre a guerra entre Portugal e Espanha, para que o estado de independência fosse mantido. É com este objetivo que surge a segunda publicação periódica estável designada de *Mercúrio Português*, publicado entre 1663 e 1667.

Durante o período final do século XVII e inícios do século XVIII não surgiram novas publicações periódicas estáveis em Portugal, em virtude da atuação do Absolutismo régio e da Igreja católica que cerceavam a sociedade. Portugal começava desta forma a atrasar-se do desenvolvimento científico e cultural, bem como no plano jornalístico dos restantes países da Europa (Sousa *et al.*, 2010, p.13).

⁷ Publicação inspirada na *La Gazette* francesa de 1631, cuja publicação era bastante irregular (podendo ser mensal, ou quinzenal). Em outubro de 1642 passa a incluir a menção de *Novas Foras do Reino*, devido à proibição de notícias nacionais (Sousa *et al.*, 2010, p.10).

No entanto, em 1715, o surgimento da *Gazeta de Lisboa*⁸ restabelece o periodismo português. Além deste tipo de formato de publicações, o século XVIII ficou caracterizado ainda pelo aparecimento de mercúrios, que se definem como livros noticiosos que reúnem extensas listas de notícias soltas, podendo ou não possuir a característica do periodismo (Sousa *et al.*, 2010, p.14).

Desta forma, José Tengarrinha afirma que no final do século XVIII e inícios do século seguinte, a imprensa periódica portuguesa era já bastante diversificada, pois incluía jornais noticiosos, jornais de divulgação de cultura, de entretenimento, literários, históricos, científicos, entre outros (1989, p. 46 e 52).

Todavia, importa referir que no século XVIII o controlo sobre a imprensa era mais acentuado, baseado essencialmente na censura, nas licenças prévias e nas leis repressivas contra os críticos, possuindo um agravamento com a formação da Real Mesa Censória (1768), já durante o período pombalino (Sousa *et al.*, 2010, p.15).

O início do século XIX, marcado pelas características, a nível social, político e cultural do Absolutismo é também assinalado pelas Invasões Francesas. Apesar de até à data a imprensa periódica ser bastante diversificada, a de caráter noticioso e político existia ainda em baixo número. No entanto, a partir de 1808, o jornalismo português entrou numa fase na qual a política seria dos principais temas noticiados (Tengarrinha, 1989, p. 60). Durante as Invasões foram publicados vários periódicos, essencialmente em Lisboa, Coimbra e Porto cujo objetivo fundamental seria a defesa das posições nacionais. Predominavam, assim, os periódicos estritamente noticiosos, anteriormente mencionados, que descreviam a situação da guerra peninsular, que publicavam comentários contra os invasores. É ainda afirmado que muitos destes periódicos possuíam também cariz satírico, pois assumiam que ao apontar o ridículo dos franceses poderia constituir uma das armas mais eficazes contra eles (Tengarrinha, 1989, p. 63).

A expulsão definitiva dos franceses de Portugal, com auxílio de Inglaterra, e o apaziguamento da Europa não foram motivos suficientes para a introdução dos ideais liberais em Portugal. Desta maneira, foram reforçados os dispositivos de censura e por causa disto entre 1810 e 1820 o número de periódicos surgidos é relativamente baixo, sendo que os que

⁸ Periódico oficial, que publicava notícias sobre o governo, o país e o estrangeiro. A partir de meados de 1760, a *Gazeta de Lisboa* passou a seguir uma orientação mais administrativa, formando a base do diário oficial português, atualmente designado como *Diário da República* (Sousa *et al.*, 2010, p.14).

surgiram seguiam as características do jornalismo erudito, salientando as artes e letras, podendo variar com o jornalismo noticioso.

A crise económica, provocada pela perda do monopólio do comércio do Brasil e a reação contra a administração inglesa do país, levou à Revolução Liberal de 1820.

Sobre o período anteriormente mencionado (1641-1820), José Tengarrinha afirma que as técnicas jornalísticas eram pouco desenvolvidas, uma vez que os autores publicavam artigos baseados em boatos e rumores, sem confirmar se as informações em questão eram fidedignas (1989, p. 117).

O governo Constitucional, formado após a Revolução de 1820, exigiram o regresso do Rei D. João VI, a Portugal, o que aconteceu em 1821. No mesmo ano foi aprovado o primeiro meio legislativo defensor liberdade de imprensa. Com o triunfo liberal estavam então criadas as bases para o aparecimento de um grande número de jornais, em grande parte de características político-partidárias (Sousa *et al.*, 2010, p. 14).

O período em questão é caracterizado pela grande instabilidade política vivida no país por causa da defesa de ideais políticos opostos, baseados, por um lado, no Liberalismo e, por outro, no Absolutismo. Em 1823, através do golpe absolutista dirigido por D. Miguel, através da Vilafrancada, foi restabelecida a censura e o regime de licenças para a formação de jornais. Até 1826, apenas foram publicados periódicos miguelistas, apesar da introdução de jornais clandestinos, por parte de liberais exilados, que tinham por objetivo a relembrar os ideais da causa liberal.

Com a morte de D. João VI, D. Pedro foi promulgado rei e outorgou uma nova constituição para Portugal, acabando com o governo absolutista de D. Miguel, seu irmão. A Carta Constitucional de 1826 assegurava teoricamente a liberdade de imprensa, no entanto, na prática, a censura não chegou a ser extinta. No mesmo ano surge uma nova tipologia de jornalismo, o jornalismo popular, com o seu primeiro periódico de sucesso designado de *Periódico dos Pobres*⁹, deixando de parte a ideia que os jornais eram um meio restrito à burguesia.

Passados dois anos, com o regresso de D. Miguel a Portugal e após ter traído o seu irmão, é promulgado novamente rei, defendendo o absolutismo e o antiliberalismo. Devido às constantes perseguições feitas aos liberais, bem como ao período de instabilidade criado, iniciou-

⁹ Jornal essencialmente noticioso, escrito em linguagem simples, que apesar de mostrar uma certa neutralidade política, mostrava alguns sinais de defesa da Carta Constitucional. (Sousa *et al.*, 2010, p.27).

se uma Guerra Civil que durou de 1828 a 1834, aquando da derrota definitiva dos absolutistas. No que respeita à imprensa, em 1834 é promulgada a Lei da Imprensa que criou condições para o surgimento de jornais políticos apoiantes de diferentes ideais, e também de jornais críticos para com todas as posições (Sousa *et al.*, 2010, p. 28). Em 1836 dá-se a Revolução de Setembro e, com isto, restabeleceu-se a Constituição de 1822, que serve de base ao surgimento de novos periódicos, de uma maneira geral.

A vitória dos liberais não significou o fim da instabilidade política e militar no país. Em 1842 estabeleceu-se o Carbalismo e, com isto, aumentou a perseguição aos jornalistas e aos jornais.

Desta maneira, até 1847 viveu-se um período de grande instabilidade marcado por conflitos e golpes constantes que resultaram noutra guerra civil, conhecida como Guerra da Patuleia (1846-1847). Em 1851, na sequência de um novo golpe militar, é estabelecido um novo período de acalmia, caracterizado pelo rotativismo na governação designado como Regeneração. São criadas novas condições para o desenvolvimento da imprensa. Nesta época, apesar da importância da imprensa opinativa e combativa, a imprensa neutral e de baixo custo constituía uma fonte fulcral de negócio. Desta forma, começaram a existir investimentos de origem privada que tiveram como consequência o reaparecimento dos jornais populares noticiosos, que possuíam linguagem acessível, não seguindo qualquer ideal político, nem público-alvo específico.

O século XIX é ainda marcado por publicações especializadas como jornais médicos, científicos, culturais, feministas e desportivos entre outros. Assiste-se, ainda, ao surgimento da publicação de um grande número de jornais regionais e locais de características políticas e noticiosos (Sousa *et al.*, 2010, p. 35). Apesar da variedade de publicações existentes, a partir da fase final do século XIX até à queda da Monarquia, a liberdade de imprensa sofreu novas restrições.

A instauração da República permitiu a recuperação da liberdade de imprensa portuguesa e, apesar da instabilidade política e militar, existiu um aumento de periódicos. As primeiras décadas do século XX ficaram marcadas pela I Guerra Mundial e, apesar da ausência de um envolvimento direto de Portugal, grande parte da atenção da imprensa portuguesa foi dedicada a este acontecimento (Sousa *et al.*, 2010, p. 42).

A década de 20, caracteriza-se pelo final da Ditadura de Sidónio Pais (iniciada em 1917) e pelo início da ditadura Militar (1926) que levou ao surgimento do Estado Novo, em 1933. A Constituição adotada assegurava em teoria a liberdade de imprensa e de expressão que seria

regulada por leis específicas. Desta forma é possível afirmar que a censura de imprensa continuou tal como em regimes políticos anteriores.

Em 1945 a restrição da liberdade de imprensa foi agravada pelo julgamento em tribunal dos crimes de abuso da mesma. Além disto, o regime ditatorial da época apenas inseria publicidade em jornais que o apoiavam, como forma de se propagandear, o que dificultava a existência de jornais de oposição, que acabaram mesmo por se extinguir. Apesar da censura ter amenizado com a Primavera Marcelista, de uma maneira geral, o jornalismo durante o Estado Novo foi dificultado, não só pelas leis repressivas relativas à censura, mas também pela suspensão de publicações por determinado tempo, a apreensão de exemplares e até a prisão de jornalistas.

O fim do Estado Novo, com a Revolução de 25 de Abril de 1974, definiu uma nova fase da imprensa portuguesa. A principal característica foca-se na liberdade de expressão, que resultou na alteração dos conteúdos noticiosos. Devido à abundância de acontecimentos, essencialmente políticos, noticiáveis gerou um ritmo inédito da informação (Lima, 2014, p. 1).

O acesso à liberdade transformou-se na radicalização das lutas sociais, laborais e políticas. Gera-se, assim, um clima de conflitualidade, agravado com a formação de organizações partidárias extremistas, essencialmente de esquerda. Nesta época, o jornalismo era visto pelas organizações militares, laborais e partidárias como um meio de marketing dos seus ideais.

A partir de 1976, com a formação do primeiro governo baseado na Constituição (formada pela Assembleia Constituinte criada em 1975, através das primeiras eleições livres) o ambiente político e social amenizou-se, refletindo-se na imprensa periódica portuguesa que, do objeto de propaganda e marketing de ideais políticos, passou a reportar os acontecimentos mais relevantes do quotidiano, fazendo assim regressar o periodismo de carácter noticioso (Lima, 2014).

2.2 Documentação e Arquivo

O património documental necessita de medidas de defesa que devem incluir a sua própria promoção, o incentivo da sua pesquisa e análise, classificação e inventariação, mas também o desenvolvimento da formação para o seu manuseamento e conservação.

Para que este processo seja levado a cabo da forma mais correta, instituições como as bibliotecas, arquivos, sociedades e museus, possuidores de serviços de documentação, tiveram e têm um papel fundamental.

A biblioteca é vista como um organismo ou parte de uma organização cujo objetivo principal é organizar coleções atualizá-las e facilitar, através de pessoal especializado, o acesso a documentos, que respondem às necessidades de informação, educação e lazer (citado por Marques, 2010, p.31). As suas principais funções passam pela obtenção de publicações impressas, periódicos e até manuscritos, e gestão relativa ao acesso deste espólio através de técnicas específicas, como por exemplo a elaboração de índices e catálogos. Hoje em dia, a biblioteca é já vista como uma importante ponte de ligação entre o leitor e o conhecimento, devido ao aumento e à complexidade das fontes de informação disponíveis ao longo dos anos.

Atualmente, a diferença entre as funções exercidas pelas bibliotecas e os museus relativamente ao tratamento, divulgação e acesso da informação é bastante ténue. Assim é fácil perceber que a ligação entre ambos se tenha criado desde a formação dos primeiros museus públicos, no século XVIII. A criação das bibliotecas de museus ficou a dever-se à necessidade de pesquisa sobre o espólio museológico que era adquirido e, daí, a necessidade de adquirir documentos que sustentassem a investigação. Desta forma, as bibliotecas de museu foram desenvolvendo um tipo de atividade diretamente ligado aos bens culturais e ao acervo museológico, auxiliando com a documentação ligada ao mesmo. É exemplo deste processo, a Biblioteca da Sociedade Martins Sarmento que se começou a construir desde a formação do museu e, desde, logo a receber um conjunto de doações de material bibliográfico que em parte teria ligação com áreas museológicas como a arqueologia e história. Com ligações tão próximas pode-se afirmar que as bibliotecas se tornam extensão do espólio museológico ao qual têm ligação, sendo uma das suas principais funções as relativas ao apoio da investigação seja ela interna ou externa (Marques, 2010, p.35).

Todavia, conforme a definição adotada pelo Instituto Português dos Museus em 2004, um museu é uma instituição de carácter permanente, com ou sem personalidade jurídica, sem fins lucrativos, dotada de uma estrutura organizacional que lhe permite: a) garantir um destino unitário a um conjunto de bens culturais valoriza-los através da investigação; b) facultar o acesso regular ao público e fomentar a democratização da cultura, a promoção da pessoa e o desenvolvimento da sociedade. O espólio que compõe um museu é constituído por objetos físicos, bi/tridimensionais de valor patrimonial (que se encontram registados, inventariados e catalogados), sendo que os documentos escritos ou registados estão ou em bibliotecas ou em arquivos. Sendo o museu um elemento cultural e artístico, a sua principal função passa pelo

aumento do conhecimento sobre o espólio exposto de uma forma mais descontraída, tendo este também um caráter de entretenimento (Marques, 2010, p.30).

Na opinião de Helena Marques um arquivo é um sistema de informação que conserva os registos produzidos em contextos institucionais sob o princípio da manutenção da integridade do corpo de registos como originalmente foi criado pelo indivíduo ou instituição que os produziu (2010, p.37). O princípio descrito designa os métodos de organização dos documentos em determinados fundos, que por sua vez se dispõem pela funcionalidade e características da entidade que os gerou. As principais funções desta entidade passam pela reunião de um conjunto de documentos impressos, manuscritos e até audiovisuais que têm como fim provar e testemunhar algo jurídico, administrativo e legal.

Nas três instituições anteriormente descritas, regista-se do levantamento exaustivo dos acervos que possuem, através de métodos de catalogação e inventariação que implicam a aplicação de princípios de classificação e descrição distintos. São organizados em coleções com o objetivo da sua melhor gestão através da perspetiva de preservação e conservação, fundamentais para que a história associada a cada objeto, seja ele pertencente a um museu, biblioteca ou mesmo a um arquivo, possa ser conhecida de geração em geração (Marques, 2010, 28-29).

A conservação e preservação são palavras que começam a ser fundamentais, ainda que não fossem exercidas com as melhores condições, desde os inícios de formação de entidades como as anteriormente exemplificadas.

Este cuidado começou a ter ênfase com a criação da Inspeção Geral das Bibliotecas e Arquivos Públicos, pelo Decreto de 29 de dezembro de 1887. Desde o período da sua formação até a implantação da República a Inspeção teve um papel particularmente importante na formação de legislação associada a organismos e ações ligadas à conservação e salvaguarda de documentação histórica. Durante este período este processo foi executado de forma bastante eficaz. Com a Implantação da República, e com a política de incentivo e desenvolvimento do ensino, o quadro legal onde se localizava este diploma foi alvo de algumas alterações, sendo mesmo promulgado um decreto, a 18 de março de 1911, referente à reorganização dos serviços das bibliotecas e arquivos nacionais associados ao ensino secundário, superior e especial. Assim, o período Republicano foi marcado por um sistema organizado, caracterizado pela imensa legislação referente ao desenvolvimento da cultura e incremento da instrução.

No entanto, a nova mudança de Regime, em 1933, provocou novas alterações nas políticas relacionadas ao ensino e cultura, envolvendo também as bibliotecas e arquivos. Estas alterações basearam-se na racionalização de atividades e meios ligados a estas áreas, sendo justificadas pela necessidade de racionalização financeira. Além da existência das restrições, nomeadamente relativas às bibliotecas populares, as características da Inspeção mantiveram-se quase inalteradas até algum tempo depois do 25 de Abril de 1974, mais precisamente até aos anos 80.

Apesar da inúmera legislação existente durante o regime Republicano e dos cuidados existentes durante o Estado Novo, muito embora algumas restrições, os processos de conservação, registos/catalogação e inventariação, na opinião de Maria Lage, do ponto de vista da elaboração técnica encontram-se bastante incompletos e inacabados, salvo honrosas exceções (2012, p. 13). A falta de rigor existente durante estes períodos, implica que atualmente o espólio documental tenha de ser alvo de cuidados atentos de preservação e conservação, efetuados por profissionais com formação na área e em locais com condições para o efeito.

Atualmente, o desenvolvimento de políticas de proteção do património, nomeadamente da legislação sobre os arquivos portugueses, encontra-se dispersa por vários diplomas, nomeadamente a Lei orgânica da Direção Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas, de 16 de maio de 2012, que define as competências do organismo coordenador da política arquivística nacional e dos vários serviços dependentes, regulamentada pela Portaria n.º 192/2012, em que são definidas as unidades orgânicas nucleares, ou o Regime jurídico dos Arquivos Distritais e das Bibliotecas Públicas¹⁰.

Com o desenvolvimento de políticas de proteção do património, hoje em dia, de uma maneira geral, estes processos são efetuados com o máximo de cuidado, sendo que a principal preocupação passa pela conservação do mesmo, a seguinte relaciona-se com o facto de divulgar o espólio em questão para que este seja conhecido e estudado pela população abrangente da instituição na qual está depositado. Por isso, instituições como as bibliotecas, públicas ou de museus privados e os arquivos têm um papel fundamental para que este tipo de material possa ser alvo de exposição e estudo.

¹⁰ <http://arquivos.dglab.gov.pt/area-arquivos/legislacao/>. Acedido a 30 de janeiro de 2016.

3. A Sociedade Martins Sarmento

3.1 Constituição da instituição

A Sociedade Martins Sarmento (SMS) é uma instituição cultural de utilidade pública sem fins lucrativos, fundada em Guimarães, no ano de 1881, em homenagem ao arqueólogo e etnólogo vimaranense Francisco Martins Sarmento. A iniciativa partiu do grupo de amigos de Martins Sarmento que queriam, por um lado, divulgar o trabalho feito pelo arqueólogo e, por outro, dar continuidade aos seus esforços em desenvolver os meios de ensino e em divulgar o património cultural na cidade. Inicialmente, a ideia da criação da instituição não obteve pareceres favoráveis, e mesmo o *próprio Martins Sarmento, mostrou-se, de início, relutante em dar nome à Sociedade* (Martins, 2000, p. 24). Por esta razão, a ideia foi tratada durante muito tempo com secretismo, sendo as reuniões, realizadas na casa de um dos impulsionadores, Avelino da Silva Guimarães, situada no Toural (Neves, 1998, p. 8).

A instituição acabaria por ser fundada oficialmente a 9 de março de 1882, após a aprovação dos estatutos *que ainda hoje regem a Sociedade* (Abreu, 1996, p. 9).

Nos anos que se seguiram à sua fundação, a instituição empenhou-se no desenvolvimento do ensino, tanto a nível infantil como sénior, sendo o principal objetivo, do último referido, qualificar os trabalhadores vimaranenses para que assim a indústria se pudesse desenvolver.

Paulatinamente, a instituição foi ganhando crescente importância, devido, não só à sua vertente educacional, mas também, graças à acumulação do numeroso espólio arqueológico, nomeadamente o encontrado por Martins Sarmento nas escavações realizadas na Citânia de Briteiros e no Castro Sabroso.

No entanto, a Sociedade mantinha-se sem casa própria, situação que preocupava cada vez mais os elementos da direção. Segundo Maria Helena Abreu (1996, p. 9), o mérito de consolidação da instituição ficou a dever-se às direções que ocuparam a SMS até aos finais da década de 80 do século XIX. Embora ajudados pela Câmara Municipal, foi nesta altura que conseguiram a cedência das dependências devolutas dos claustros do antigo convento de S. Domingos, localizado perto do Largo do Toural.

Desta forma, o museu arqueológico da instituição pôde ser instalado naquele claustro quatrocentista, em 1885, onde permanece até aos dias de hoje, constituindo um dos mais antigos e importantes museus de Portugal. Atualmente, o museu possui, para além do espólio

dos dois sítios arqueológicos anteriormente referidos, o espólio de outras escavações nas quais Francisco Martins Sarmiento participou, bem como doações feitas à instituição.

A criação do museu foi, deste modo, o primeiro passo para a configuração das novas instalações da Sociedade, bem como do edifício que atualmente a alberga. Após obtenção da licença camarária para ocupação do claustro, prosseguiu-se a construção do restante edifício, nomeadamente da fachada, virada para a Rua Paio Galvão, e mais tarde, do corpo de ligação entre a fachada e o referido claustro.

A primeira fase refere-se à construção da fachada do atual edifício, da autoria do arquiteto José Marques da Silva¹¹, iniciou-se em 1900, e foi inaugurada no dia 9 de março, de 1907. Foi, no entanto, necessário esperar cerca de sessenta anos, para que se construísse um novo corpo de raiz, que substituiu o anterior, e permite ligar a fachada ao claustro (Simões, 1999, p. 555). Este corpo, da autoria de Maria José Marques da Silva e de José Moreira da Silva¹², filha e genro do arquiteto português, acabaria por ser inaugurado em 1967.

A partir de então começa-se a estruturar a instituição que hoje existe. Aos poucos, e com muito esforço começou a prestar serviços educativos à sociedade vimaranense, indo assim de encontro aos objetivos que o próprio Martins Sarmiento havia traçado. No edifício foi também acrescentada a coleção de etnografia, que atualmente se encontra em reserva e secção de arte contemporânea, que contém obras de notáveis artistas portugueses. Criada em 1937, esteve inicialmente instalada no Salão Nobre, até à construção das galerias (localizadas no rés-do-chão do edifício) depois do início da segunda fase de obras.

A biblioteca é outro das vertentes que foi conhecendo desenvolvimentos, devido às constantes doações. Atualmente dispõe de mais de 100.000 exemplares, destacando-se a Sala de Leitura que permite a consulta do espólio bibliográfico. De salientar são ainda o Fundo Local, que congrega praticamente todas as obras que têm sido publicadas em Guimarães, sobre a cidade ou por autores vimaranenses; a hemeroteca cujos periódicos constituem a principal fonte de pesquisa e os fundos especializados sobre várias áreas, como por exemplo história, arqueologia, medicina, direito, entre outros.

¹¹ Arquiteto português, nascido a 18 de outubro de 1869, e falecido aos 79 anos, a 6 de junho de 1947. A sua obra é um marco na arquitetura da primeira metade do século XX, versando sobre a arquitetura urbana, religiosa, de edifícios culturais, entre outras. Deixou a sua marca em diversos edifícios vimaranenses, para além do edifício da SMS, designadamente a Igreja da Penha ou o Paço dos Duques (Abreu, 1996, p.16).

¹² Vinte anos após a morte do arquiteto Marques da Silva, as obras na Sociedade Martins Sarmiento continuaram a processar-se.

Deste modo compreende-se que SMS é uma importante instituição, que ocupa um espaço histórico no centro urbano vimaranense e que desde os seus inícios desempenhou um importante papel social e cultural, que contribuíram para a dimensão patrimonial da cidade de Guimarães. Também por isso, a Sociedade dispõe atualmente de vários espaços abertos ao público designadamente o Museu Arqueológico e a Biblioteca, cedendo igualmente alguns das suas áreas para conferências e exposições, frequentemente organizadas no Salão Nobre da instituição, permitindo as visitas de terça-feira a domingo, com a exceção dos feriados.

3.2 A figura de Francisco Martins Sarmiento

Nascido a 9 de março de 1833, no seio de uma família abastada, Francisco Martins de Gouveia Morais Sarmiento (Figura 1) parecia ter o futuro traçado de um tradicional morgado de província, despreocupado com o conhecimento e desenvolvimento cultural.



Figura 1 - Francisco Martins Sarmiento no último quartel do século XIX (Sampaio, 1999, p. 3)

Opondo-se a este destino desde pequeno é incentivado pela família na aprendizagem, e torna-se numa figura de destaque não só no contexto vimaranense, mas também a nível nacional.

Filho de Francisco Joaquim Gouveia de Moraes Sarmiento e Joaquina Rosa d'Araújo Martins, foi o único filho homem de cinco nascidos no seio deste casamento. Apesar dos seus pais terem raízes em S. Salvador de Briteiros, Martins Sarmiento nasceu em Guimarães, numa casa localizada entre o Largo da República do Brasil e a Rua José Sampaio.

Aos oito anos de idade inicia o seu percurso de aprendizagem na escola primária, em Guimarães, e já em Coimbra, conclui aos quinze anos o ensino preparatório. Seguidamente, matricula-se na universidade, tendo terminado aos vinte anos o curso de Direito. Apesar da invulgar rapidez a concluir o curso, era conhecido o seu pouco interesse pelos livros de leis, acabando por nunca exercer na área.

Regressado a Guimarães e, após o falecimento dos seus pais, dos quais herda uma grande fortuna, fixa a sua residência no antigo Largo do Carmo, que após a sua morte, em 1899, passa a ser apelidado com o seu nome. Aí vive até aos 43 anos, apenas acompanhado da sua irmã Joana Carolina, idade com que se casa, a 5 de fevereiro de 1876, com D. Maria de Freitas. Foi exatamente nesta casa que desenvolveu o seu conhecimento, fortaleceu a sua inteligência e produziu grande parte das obras que lhe deram reputação (Sampaio, *et al*, 1999, p. 8).

O seu interesse pela literatura romântica, ao gosto dos jovens da época, levou-o a publicar um livro intitulado *Poesias*, em 1855. Todavia, e após duras críticas, acabaria por retirar o livro de circulação e dedicar-se a outras áreas.

O seu gosto pela leitura e pela aquisição de conhecimento diverso, que o levavam a passar os dias na sua biblioteca, encontram-se bem testemunhados. Aos poucos foi adquirindo uma cultura fora do normal para a época, dominando várias línguas (alemão, francês, italiano, espanhol, latim e grego) mas também participando ativamente na defesa de várias causas relacionadas com Guimarães, muitas vezes com distinção na imprensa da cidade.

No entanto, foi nas áreas de História e Arqueologia que mais se destacou. O seu interesse começou pelos historiadores que salientavam assuntos relacionados com a história de Portugal. Aliando a sua imaginação, talvez surgida do seu lado de poeta, aos conhecimentos da história, surge a vontade de explorar e descobrir monumentos enquadrados nas épocas mais antigas da história (Idade do Ferro e Idade do Bronze) de Entre Douro e Minho. Este gosto pela arqueologia é também incentivado pela curiosidade surgida quando ainda era criança relativamente ao

Monte de S. Romão, localizado em frente a sua casa de Ponte¹³, e às histórias associadas às ruínas existentes de uma cidade morta (Sampaio *et al*, 1999, p. 17) - conhecida por Citânia de Briteiros. A este campo de exploração juntou também o Castro Sabroso, localizado na mesma freguesia, como os seus principais alvos de estudo. Daqui e dos outros locais que explorou (de Entre Douro e Minho) surgiram vários apontamentos dos materiais recolhidos e das informações que recebia. Apesar dos locais de exploração serem imensos, o objetivo final seria sempre o mesmo: descobrir as origens etnológicas do povo português.

Os estudos feitos nestas áreas fizeram com que se tornasse o primeiro arqueólogo português com adquirido renome científico e internacional.

No entanto, o seu interesse e curiosidade incidiam noutras áreas como foi o caso da etnografia, pois estaria convencido de que muitas das tradições populares que assistia poderiam estar ligadas aos homens que em tempos ocuparam as citânias e os castros. Também na fotografia marcou a diferença, sendo o vanguardista da fotografia de carácter científico, deixando inúmeros negativos associados à arqueologia e aos materiais por ele encontrados.

A obra de Francisco Martins Sarmiento foi reconhecida pelos vimaranenses ainda enquanto era vivo. Todo o desenvolvimento do saber nas áreas anteriormente indicadas e a importância que adquiriu deixou um sentimento de orgulho visível em Guimarães, sendo uma das maiores homenagens a criação da Sociedade Martins Sarmiento.

Faleceu a 9 de agosto, de 1899, na casa onde vivia, deixando grande parte da sua obra inacabada.

3.2.1 Martins Sarmiento e a imprensa vimaranense

A vida e, sobretudo, a obra de Martins Sarmiento pode ser acompanhada através da imprensa vimaranense, constituindo uma área em que participou ativamente, mas também, através da qual outros autores deixaram testemunhos sobre ele, nomeadamente em sua homenagem.

Neste ponto, apenas abordaremos a participação e o contributo de Martins Sarmiento para a imprensa periódica de Guimarães. As notícias publicadas sobre ele, por outros, serão analisadas no capítulo 6, de acordo com o inventário realizado e os periódicos selecionados.

¹³ Solar onde vivera com seus pais e suas irmãs, localizado em Briteiros, antes de ir para Coimbra. Recebeu o como herança, após a morte de seus pais e lá passava grande parte do seu tempo de estudos relacionados com a Citânia de Briteiros.

Numa primeira fase, a presença de Martins Sarmiento na imprensa local verificou-se nos folhetins dos jornais, como foi o caso, em 1856, dos folhetins do jornal *Vimaranense*, intitulados *Três dias em Guimarães*. Estes, apesar de não conterem a sua assinatura, sabe-se que foram da sua autoria. Neles, ao contar a história de um viajante que estaria em Guimarães, revelava o seu espírito crítico, evidenciando os *ridículos da terra, o estado dos seus monumentos e o seu espírito público* (Sampaio, 1999 *et al*, p.11).

O regresso do *Vimaranense*, em 1859, teve também a marca e ajuda do arqueólogo vimaranense. Para além de ter emprestado á empresa o prelo e materiais de oficina, que eram seus, e para auxiliar a redação do periódico escreveu uma série de folhetins.

Refira-se, igualmente, a sua participação em alguns folhetins de teatro, como foi o caso do *Zigues-Zagues* e do *Um punhado de verdades*. Neles mostrava o seu desagrado relativamente às pessoas daquela época que não gostavam de teatro, por ser a casa do diabo. Outro tema presente nos folhetins da sua autoria foram as mulheres. Nestes idealiza a mulher perfeita e mostra o romantismo originário da sua veia de poeta (Sampaio *et al*, 1999, p.12).

No ano de 1863, o *Vimaranense* publicou inúmeros artigos de polémica da autoria de Sarmiento, como foi o caso dos artigos de discussão contra os ideais dos periódicos *Religião e Pátria* e *Sentinela*, mas também acerca da discussão com o cabido de Guimarães sobre a remoção da Oliveira, ou ainda sobre os frades da cidade e até sobre os cemitérios. Apesar das divergências, anos mais tarde publica nos periódicos *Religião e Pátria*. Eram artigos de cariz diferente dos que o jornal publicava anteriormente, salientando os interesses da cidade, como analisaremos no capítulo 6 deste trabalho.

Em 1872, a sua presença volta a ser bastante ativa na imprensa local, não só pela redação de artigos jornalísticos, mas sobretudo pela criação de um jornal, o *Justiça de Guimarães*, do qual passou a ser o principal colaborador durante cerca de quatro meses. Através deste mostrou o seu desagrado face à desordem da administração da justiça do então juiz Sousa Seco. Durante o período que esteve no cargo, Sousa Seco criara leis por mero capricho, não respeitando as decisões dos tribunais superiores, insultando e suspendendo advogados sem causa aparente, entre outras decisões que iriam contra uma boa administração de Guimarães. Face a tais denúncias e em sua defesa, o juiz decidiu responder às acusações através de um folheto. Como corolário da situação, Martins Sarmiento, com a ajuda dos redatores do jornal, publicam o livro intitulado de *Os redatores da Justiça de Guimarães e o juiz de direito F.H de S.S.*, conseguindo

com isto por fim às injustiças e desorganização na administração da justiça de Guimarães, originada pelo juiz em questão.

Deste modo, e paralelamente à sua atividade de investigador, Martins Sarmento deixa também um cunho distintivo na imprensa vimaranense, através dos vários artigos que publica, mas também da criação de um jornal que tinham como principal objetivo a defesa dos interesses de Guimarães.

3.3 As instalações e o edifício atual

Do vasto leque de património que a Sociedade Martins Sarmento atualmente possui, entendemos justificar-se destacar para este trabalho, o edifício onde tem as suas instalações, tendo em conta as vicissitudes que o antecederam, mas também o espólio arqueológico e o acervo documental, para melhor enquadrar a nossa análise acerca do património documental.

Tal como já referido, o edifício atual da Sociedade Martins Sarmento, localizado na Rua Paio Galvão, não foi o primeiro, nem o único edifício que albergou a instituição, sendo este apenas construído depois de vários esforços das primeiras direções da Sociedade, nos anos 80 do século XIX, decorrentes da necessidade de encontrar uma casa própria onde a instituição pudesse desenvolver as suas atividades (biblioteca, museu de arqueologia e numismática, cursos noturnos, aulas primárias e o instituto de instrução secundária).

A Assembleia Geral relativa à fundação da instituição, em 1881, teve lugar na casa dos Lobos Machados, na Rua da Rainha. No entanto, em janeiro de 1882, as reuniões da Direção passaram a realizar-se no salão da casa do Sr. Domingos Martins Fernandes, localizada no Largo do Toural (Martins, 2000, p. 34). Ainda no mesmo ano, o Instituto Escolar da Sociedade começou a funcionar na casa localizada no Largo do Carmo, que pertencia ao Conde de Pindela. No entanto, devido à falta de espaço, outras atividades decorriam na casa de Martins Sarmento.

Devido às constantes mudanças de instalações e às poucas condições em termos de espaço que permitissem concentrar todas as atividades no mesmo lugar, foram surgindo várias propostas para a aquisição de um edifício próprio.

A primeira surgiu numa reunião da Direção, em fevereiro de 1883, na qual foi discutida a aquisição do Convento de Santa Rosa do Lima, localizado na Rua das Dominicas, em Guimarães. Na altura, a Confraria do Coração de Jesus também estaria interessada no edifício em questão. O assunto foi discutido durante algum tempo e chegou mesmo a ficar adiado até ser público que o Convento em questão tinha sido doado à Confraria (Martins, 2000, p.34-35).

O assunto volta a ser discutido na reunião da Direção decorrida em maio, de 1885, na qual o Presidente da Direção, Dr. José da Cunha Sampaio, demonstrou a urgência em se adquirir um edifício onde a instituição pudesse instalar os museus, as bibliotecas, bem como realizar as suas diferentes atividades. No mesmo ano, a Sociedade estaria alojada numa casa situada na Rua de Santa Luzia, pertencente ao Sr. Alfredo Prazeres Sousa (Martins, 2000, p.35), onde a biblioteca estaria já aberta ao público.

Desta forma, a solução de arrendamento de casas foi, ao longo dos tempos, deixando de ser a mais apropriada para as necessidades da Sociedade. Em julho de 1885 é proposta, pelo Sr. Domingos Leite Castro, um dos elementos da Direção, a compra de uma casa, como uma solução com mais benefícios para a instituição. Ele teria já procurado o terreno, que se localizava num dos extremos da Rua Gil Vicente e chegou mesmo a apresentar os preços e as modalidades de aquisição do mesmo. No entanto, na Reunião de Direção, de dezembro de 1886, resolveu-se desistir desta proposta por falta de meios financeiros (Martins, 2000, p. 36).

Na mesma reunião, e por causa da desistência da compra do terreno referido anteriormente, foi feito um pedido à Câmara Municipal para que esta cedesse o edifício do extinto Convento de S. Domingos, uma vez que o tribunal que estava lá instalado tinha sido mudado para outro edifício. Apesar do pedido ter sido feito em 1885 e a decisão da cedência provisória do edifício ter sido positiva, a Sociedade só obteve a decisão oficial em relação à posse com o decreto de 12 de junho de 1888, tomando posse do convento a 10 de julho do mesmo ano.

Adquirida a posse do edifício de S. Domingos, a próxima tarefa seria adequar as condições do espaço aos projetos e objetivos da Sociedade. Este percurso é iniciado pela formação de uma comissão, formada por Francisco Martins Sarmento, Inácio Teixeira Meneses e António José da Silva Basto, que estaria encarregue de arranjar soluções para as mudanças necessárias.

Uma das primeiras propostas baseou-se na construção da fachada principal do edifício, voltada para a Rua Paio Galvão.

Entretanto, o claustro quatrocentista do convento foi ocupado com o material arqueológico reunido por Francisco Martins Sarmento nas suas prospeções. Em 1895, acrescenta-se a galeria na parte superior do claustro, segundo o projeto de engenharia de Inácio Teixeira Meneses, onde seria instalado parte do museu de arqueologia.

O primeiro projeto, referente à fachada também da autoria de Inácio de Meneses foi apresentado, em janeiro de 1898. Paralelamente, era necessário proceder à construção de um

corpo de ligação entre a fachada principal e o claustro de S. Domingos. Como o projeto inicialmente apresentado carecia da estrutura anteriormente referida e da planta de um amplo salão, as obras não foram iniciadas.

Com o objetivo de dotar o edifício de uma sala para as Assembleias Gerais, da implantação de uma sala de grandes dimensões para desenvolvimento da biblioteca, e até da ampliação dos museus existia necessidade da elaboração de uma planta geral para o edifício. Isto fez com que o Vice-secretário, João Gualdino, se estabelecesse o contacto com o arquiteto portuense José Marques da Silva, seu amigo. De imediato, o arquiteto mostrou-se disponível para iniciar os trabalhos.

No entanto, a falta de tempo impediu-o de apresentar o projeto na totalidade, com as características pedidas pela Direção. Desta forma, foi apenas exposto projeto da nova fachada por João Gualdino na reunião de Direção referente ao dia 11 de fevereiro de 1900 sendo aprovado na Assembleia Geral de 27 de fevereiro do mesmo ano (Martins, 2000, p. 38). O mês de março marca ainda o início dos trabalhos de construção da fachada.

Aprovado o projeto e uma vez iniciadas as obras, surgiu o problema de falta de verbas para a sua realização. Posto isto, foi aberta uma subscrição, e através da distribuição de uma carta na qual era exposto o plano de obras para o futuro edifício, era pedida ajuda financeira para que os trabalhos se pudessem realizar com a maior rapidez possível. Os primeiros financiamentos chegaram da Câmara Municipal e também do Estado (governado pelo Rei D. Carlos) e após a aquisição da licença da Direção das Obras Públicas, começaram os trabalhos de vedação do terreno.

Os pedidos de financiamento foram uma constante durante todo o período de obras. Normalmente o apelo era feito aos sócios com maior poder económico e influência política e, ao longo dos anos foi-se conseguindo alguns subsídios provenientes da Câmara, do Estado e também de privados.

Através dos subsídios em questão, foi possível a conclusão das obras da frontaria a 15 de fevereiro de 1905. A fachada, como se pode observar na figura 2, possui na parte superior três varandas encimadas por arcos de volta perfeita assentes em fustes lisos.



Figura 2 - Alçado da frente da Sociedade Martins Sarmento (Sarmiento et al., 2007, p.27)

Em cada varanda existe um janelão também eles encimados por arcos do mesmo género. O nicho de cada varanda encontra-se decorado com frescos da autoria de Abel Cardoso (pintor vimaranense), nos quais são destacadas áreas associadas à instituição e a Francisco Martins Sarmento, entre elas a arqueologia (ARCHEOLOGIA), a história (HISTÓRIA) e a etnografia (ETNOGRAPHIA). Segundo Maria Helena Abreu a decoração foi feita de acordo com o estilo bizantino, caracterizando-se pelo uso de algumas camadas de ouro e pelo recurso da conjugação entre cores fortes e chamativas e as mais esbatidas (1996, p.21). Antes ainda da cornija que remata o edifício encontra-se escrito o nome das áreas relacionadas com as atividades desenvolvidas pela SMS: ciências (SCIENCIAS), letras (LETRAS), artes (Artes) e indústria (INDUSTRIAS). Todas elas possuem na parte superior medalhões lisos que contêm ao centro

corpos tridimensionais esculpidos. Estes medalhões interrompem o friso devido à sua volumetria onde se pode ver escrito: “SOCIEDADE Miz SARMENTO”.

A separação entre os dois pisos de construção é feita por uma cornija, que ao enfatizar a horizontalidade torna a divisão entre a decoração dos dois pisos mais ténue. Pode-se desta forma notar que a decoração da parte inferior não é tão elaborada quanto a da área superior. Verifica-se então um arco de volta perfeita a encimar a porta principal do edifício. Esta é ladeada por duas frestas e dois conjuntos de janelas laterais (de volta perfeita), que são separadas com colunas lisas possuidoras de capitéis decorados com motivos vegetalistas (Abreu, 1996, p.22).

Após a inauguração da fachada as obras na parte interior do edifício tinham continuidade e em 1907 é inaugurado do Salão Nobre.

Durante o mesmo ano os trabalhos de construção da sede da Sociedade foram interrompidos, devido ao período de instabilidade política vivida no país, que se agravou com a queda da Monarquia.

Em 1921, a Direção da Sociedade, presidida pelo Dr. Eduardo de Almeida, tentou preparar o orçamento e um plano de obras, da autoria de Marques da Silva. Já na década de trinta é elaborado um contrato entre a SMS e a Câmara Municipal, no qual esta se comprometia a dar à primeira um subsídio anual de cerca de 10.000\$00, que permitiria o início das obras. Em troca a SMS cedeu à Câmara a antiga casa de Francisco Martins Sarmento para a instalação das suas repartições (Abreu, 1996, p. 24).

Desta maneira, as obras são apenas retomadas em 1935 quando o presidente da instituição, o arqueólogo Mário Cardoso escreveu uma carta oficial a José Marques da Silva solicitando a elaboração do projeto referente à parte de ligação do edifício concluído em 1908 e da escadaria do antigo convento de S. Domingos. O arquiteto encarregou-se de entregar o projeto à Direção em 28 de dezembro de 1935 (Martins, 2000, p. 42). O projeto em questão incluía no rés-do- chão as salas relativas ao museu (arte e etnografia) e no primeiro andar a Sala de Leitura, a sala de depósito de livros, a sala de Martins Sarmento, a secretaria e o gabinete do Presidente, à direção da instituição.

Os anos que se seguem são marcados pela lentidão das obras e pelas constantes suspensões devido à falta de verbas.

Em junho de 1947 chega à Direção da SMS a notícia dar morte do arquiteto português, sendo esta mais uma razão para a estagnação da empreitada. No entanto, em 1958 inicia-se a segunda fase de construção do edifício dirigida pela filha e pelo genro de Marques da Silva,

Maria José Marques da Silva Martins e David Moreira da Silva, que tal como o seu antecessor trabalharam para a instituição de forma gratuita (Abreu, 1996, p. 25). Da sua autoria seriam então a Sala de leitura e, as Galerias de arte.

Esta segunda fase de construção foi também caracterizada pela aquisição de subsídios do Estado, da Câmara Municipal e também da Fundação Calouste Gulbenkian (iniciando as suas doações em 1956).

A inauguração de ambos os espaços realizou-se a 17 de julho de 1967, e ficou marcada pela presença do Presidente da República, Almirante Américo Tomás através da inauguração de uma placa comemorativa (Abreu, 1996, p. 26).

A partir desta data a Sociedade Martins Sarmiento adquire as condições necessárias para instalar todas as vertentes que possui (museus e biblioteca) e para desenvolver o mais variado tipo de atividades culturais (cursos, exposições e conferências).

3.4 O museu e as coleções

A Sociedade Martins Sarmiento é conhecida pelo seu museu arqueológico, um dos museus mais antigos de Portugal, e pelo espólio que o constitui, mas também pela posse de um riquíssimo património bibliotecário e arquivístico.

O museu, instalado em 1885, no antigo claustro do Convento de S. Domingos, era composto pela coleção particular de Francisco Martins Sarmiento. As peças tinham sobretudo proveniência da Citânia de Briteiros e do Castro Sabroso, mas também de outros locais explorados pelo arqueólogo, localizado na sua grande parte no noroeste português.

Atualmente, parte do museu continua instalado nas dependências do antigo Convento de S. Domingos, mais precisamente no claustro, mas também na escadaria e na galeria que foi acrescentada na última década do século XIX.

A forma como as peças estão organizadas, o mobiliário e a arquitetura interior refletem a doutrina museológica de finais de século XIX e inícios de século XX, já pouco comum nos museus da Europa¹⁴.

Desta forma o museu distribui-se por cinco secções: *a secção da indústria pré e proto-histórica*, que se encontra na galeria superior do Claustro de S. Domingos; *a secção de epigrafia latina e escultura antiga*, colocada na escadaria, no claustro e no jardim; *a secção de numismática, esfragística e medalhística*, que antigamente estava na depositada na sala da

¹⁴ Roteiro do Museu Arqueológico da Sociedade Martins Sarmiento.

indústria pré e proto-histórica mas que atualmente possui poucos exemplares em exposição (no mesmo local) por questões de segurança, uma vez que parte da coleção desapareceu por roubo, encontrando-se a que restou em reserva. No caso da *secção de etnografia moderna*, que anteriormente estava instalada numa das atuais galerias de arte junto da entrada do edifício, atualmente grande parte da coleção encontra-se em reserva, continuando a existir algumas peças em exposição na sala referente à secção de arte contemporânea e também na zona de entrada do edifício. Por fim, a *secção de arte moderna* cuja maioria das peças se encontram na sala desde o início destinada para a exposição das mesmas.

A *secção de indústrias pré e proto-históricas* (depositada na galeria localizada em cima do claustro) é uma das maiores motivações das visitas turísticas ao museu da Sociedade. O espólio arqueológico exposto destaca-se pela variedade e qualidade de estado de conservação. O maior destaque vai para a coleção relativa à cultura castreja, grande parte dela proveniente de locais localizados no noroeste português e adquirida, tal como a maioria das peças do museu, por via de doações.

O percurso de visita inicia-se pelos expositores que abrangem o período desde a Idade da Pedra até à Idade do Bronze.

Relativamente à Idade da Pedra podem-se encontrar materiais de pedra lascada e de pedra polida. O espólio de pedra lascada é o mais antigo referindo-se ao período do Paleolítico, sendo possível observar machados, facas e pontas de setas feitas em sílex e também materiais feitos em osso. No que toca à pedra polida existe uma coleção de diversas proveniências do norte e centro de Portugal, na qual se destacam os machados, martelos, raspadores e polidores. Algum do espólio referente a este período teria, possivelmente, um fim mágico ou religioso, como é o exemplo das pedras furadas provenientes da Penha (Guimarães) e de Portalegre (Guimarães, 1980, p. 4-5).

No que toca ao período do Bronze, a coleção é na sua maioria proveniente do norte de Portugal e pode-se constatar a existência de machados (lisos e de uma ou duas aletas), alabardas e pontas de lança. Existem ainda outros materiais como por exemplo agulhas, fíbulas, fivelas, alfinetes de toucado, no entanto as que merecem maior destaque são o Carro votivo e o espeto provenientes de Paredes (Guimarães, 1980, p. 6-7).

Referentes aos períodos seguintes, Idade do Ferro e época romana, existem também bastantes exemplares. Da Idade do Ferro destaca-se a coleção de cerâmica proveniente da Citânia de Briteiros e Castro Sabroso, com fragmentos de elementos utilizados em contexto

doméstico, essencialmente. Já a cerâmica referente ao período romano contém materiais de pasta fina, pintada e terra sigillata. Podem ainda se encontrar exemplares de telhas, tijolos e de canalizações (Guimarães, 1980, p. 8-10).

O percurso termina com a coleção de ferro, de variadas épocas históricas- entre elas a Idade do Ferro e a Época Medieval- composta por chaves, sachos, pregos, pontas de lança, alviões das mais diversas proveniências (Guimarães, 1980, p. 16).

Outra secção de destaque é a referente à *epigrafia latina e escultura antiga*, que começou a ser reunida nos finais do século XIX aquando dos trabalhos arqueológicos de Francisco Martins Sarmento. A coleção é formada por mais de 150 peças, quase todas de granito, que se reparte por inscrições honoríficas e sepulcrais, aras votivas, elementos de ornamentação, peças arquitetónicas, marcos miliários, objetos usados em contexto industrial e exemplares de estatuária, como é o exemplo de umas das peças mais emblemáticas, conhecida por Guerreiros Lusitanos¹⁵.

Relativamente à da coleção de *etnografia moderna*, apesar de atualmente grande parte das peças se encontrarem em reserva, como foi anteriormente referido, está dividida em onze núcleos: o *fundo vimaranense*, composto por objetos relacionados com a história local; o *núcleo de cultura popular* abrangido por espólio relacionado com a vida quotidiana, festas e tradições populares; o *núcleo do trabalho do linho* constituído por materiais relacionados com a manufatura deste material; o *fundo religioso* com peças relacionadas com o culto religioso e com manifestações de religiosidade popular; o *fundo ultramarino* que abrange um conjunto de peças provenientes das antigas colónias portuguesas; a *coleção de armas* constituída por exemplares bélicos antigos; a *coleção de cerâmica* abrangida por faianças portuguesas dos séculos XVII, XVIII, e XIX e azulejos; o *núcleo de fotografia* que contém materiais utilizados por Francisco Martins Sarmento nos seus ensaios; as *coleções de mineralogia e zoologia* com materiais do mundo animal e ainda a *coleção de diversos* onde foram reunidos objetos de períodos, utilizações e proveniências¹⁶.

Relativamente ao espólio museológico existe ainda a *secção* relativa à *arte contemporânea*, que atualmente contém algumas peças relativas às coleções de pintura, gravura, desenho e escultura expostas na galeria de arte contemporânea. Algumas destas peças são da autoria de artistas que mais se destacaram em Portugal durante os séculos XIX e XX, destacando-se os

¹⁵ http://www.csarmento.uminho.pt/neph1_3141.asp, acedido a 17 de dezembro de 2016.

¹⁶ http://www.csarmento.uminho.pt/neph1_3141.asp, acedido a 17 de dezembro de 2016.

nomes de Abel Cardoso e Abel Salazar, na pintura e A. Teixeira Lopes e Soares dos Reis, na escultura¹⁷.

No museu, paralelamente às peças expostas, destaca-se ainda a decoração do teto da galeria, de finais do século XIX. Trata-se de um elemento de elevado interesse artístico, em bom estado de conservação, não tendo conhecido nenhum tipo de restauro desde a sua construção.

¹⁷ http://www.csarmento.uminho.pt/neph1_3141.asp, acedido a 17 de dezembro de 2016.

4. Biblioteca e o arquivo documental da Sociedade Martins Sarmiento

4.1 História da sua constituição

Antes de se debaterem os motivos do surgimento de uma biblioteca em Guimarães é importante que se faça um enquadramento histórico. Localizemo-nos nas primeiras décadas do século XIX. A Revolução de 1820 foi um dos principais acontecimentos dos inícios deste século, resultando na criação de um Estado Liberal, que se traduzia essencialmente na redução do poder da Igreja e na laicização da sociedade.

Desta forma, a relação entre o Estado e a Igreja foi-se agravando ao longo dos anos, até que em 1834 se procedeu à abolição das ordens religiosas masculinas e à consequente nacionalização dos seus bens.

Com isto, surge a necessidade de definir o destino dos bens existentes nos conventos incluindo nestes, o património documental. Numa primeira fase, livros e manuscritos foram encaminhados para instituições de ensino, cultura, arte e ciência (Silva citado por Santos, 2002, p.35). A par destas, em 1836 criam-se bibliotecas e museus nas capitais de distrito para onde seria enviado o espólio da área por eles abrangida. Desta forma, os documentos existentes nos conventos masculinos vimezanenses foram enviados para a Biblioteca de Pública de Braga. Face a isto, ainda na década de 30 numa reunião extraordinária da Câmara Municipal de Guimarães, é feito um pedido com o objetivo de fazer regressar do espólio documental do extinto convento de S. Domingos à sua origem (Santos, 2002, p. 38). Face a isto, surge a urgente necessidade da criação de uma biblioteca em Guimarães, para que estes documentos pudessem ser organizados e conservados. As instalações do antigo convento de S. Domingos foram, então, consideradas como espaço ideal para o efeito, pelo vereador camarário Joaquim Cardoso de Freitas (Santos, 2002, p. 38).

Esta ideia parece ter demorado algumas décadas a concretizar-se. Existe, no entanto, a referência de que, em 1858, o presidente da Câmara Municipal, Visconde de Pindela se deslocou a Lisboa fazendo-se representar junto do governo de sua Majestade, com o objetivo de pedir que a Câmara de Braga entregasse um exemplar dos duplicados existentes na Biblioteca Pública da cidade, para que se pudesse construir uma instituição deste cariz em Guimarães (Santos, 2002, p.40).

A ideia de formação de bibliotecas municipais, e a sua consequente organização confiada às Câmaras Municipais, surge descrita no decreto de 2 de agosto de 1870. Face a isto, existiam apenas os volumes dados à Câmara Municipal de Guimarães pela Biblioteca de Braga, resultado do pedido feito, em 1858, pelo presidente da Câmara Municipal da época, como foi anteriormente referido. Estes encontravam-se numa sala do extinto convento de S. Domingos.

A ausência e desorganização de meios de instrução à população vimaranense constituíram fatores de preocupação a Avelino da Silva Guimarães, presidente da SMS, que, face a isto, sugeriu na reunião de Direção da Sociedade Martins Sarmento, de 30 de janeiro, de 1882, que se apresentasse à Câmara Municipal a proposta de criação de uma biblioteca.

A Câmara respondeu de forma positiva confiando a criação e organização de uma biblioteca pública à Sociedade Martins Sarmento, nos termos do decreto baseado na Lei referente a 2 de agosto de 1870.

Esta decisão ficou concluída em junho de 1882, através de um contrato entre as duas instituições, onde ficou determinado que a biblioteca seria propriedade da Câmara Municipal, mas a sua organização seria da competência da Sociedade Martins Sarmento. Neste fica também esclarecido que *a Biblioteca nunca deixará de ser propriedade municipal e somente serão propriedade da Sociedade as obras ou livros que ela adquirir a expensas suas, ou os que lhe forem oferecidos*¹⁸. Caso existissem dúvidas em relação à pertença dos livros, deduzia-se que estes teriam sido dados à Biblioteca Municipal.

Numa primeira fase, a SMS beneficiava de um subsídio anual (15\$000) dado pela Câmara Municipal, sendo que a terça parte do valor teria que ser usada na compra de livros. Esta atividade, tal como outro tipo de informação sobre a administração da biblioteca teria que ser descrita, pormenorizadamente, num relatório anual feito pela SMS para a Câmara Municipal.

Uma vez assinado o contrato, a próxima fase seria a procura de um edifício para a instalação da biblioteca e a organização da mesma, que ficou descrita no regulamento aprovado na R.G ocorrida a 11 de outubro de 1882 por ambas as instituições (Anexo 2).

Este é composto por seis capítulos onde são descritas as secções constituintes da Biblioteca Municipal ou seja: a *Secção Pública* que seria constituída por coleções raras e produções literárias que não estejam diretamente ligadas ao ensino popular; e a *Secção Popular* que continha livros de temáticas enquadradas nos usos de vida da classe popular. Possui

¹⁸ Artigo nº3 do Contrato referente a 1882 estabelecido entre a Câmara Municipal de Guimarães e a Sociedade Martins Sarmento.

também regras referentes aos tipos de leitura: leitura no domicílio, referindo os livros que se podiam requisitar, quais os prazos e condições e leitura feita no estabelecimento. São ainda abordadas questões sobre a existência de conferências e leituras públicas e acerca da forma de fiscalização por parte da Câmara Municipal de Guimarães.

Além da administração da Biblioteca Municipal, a Sociedade Martins Sarmento mostrou desde o início a vontade de criação de uma biblioteca própria, que seria constituída, na sua grande parte, por espólio (livros, artigos, imprensa local) doado ao longo dos anos.

Nos primeiros anos da existência da biblioteca notou-se a pouca frequência de visitas por parte do público vimaranense, como foi esclarecido por Joaquim José de Meira no relatório anual feito em 1884¹⁹, referente aos anos de 1882-1883. Face a isto, a Sociedade Martins Sarmento mantendo o objetivo da instrução e desenvolvimento intelectual da população vimaranense, *trabalhou e tão ativamente, que o resultado por demais não se fez esperar*²⁰, e nos anos seguintes foi notado o aumento de leitores.

É então a partir de 1884 que o número de leitores teve um crescimento acentuado, e é exatamente por isso que, em 1893 e 1899, ocorreram modificações do regulamento interno, que se basearam sobretudo nos horários e nas regras de requisição do património documental existente na biblioteca (Martins, 2000, p.74).

Esta necessidade de modificações e adaptações nas regras não surgiu apenas no regulamento anteriormente referido, sendo que a 22 de janeiro de 1906 renovou-se o contrato estabelecido em 1882, no qual grande parte das cláusulas foram mantidas.

Até 1915 a Sociedade Martins Sarmento seria responsável pela compra de livros para a Biblioteca Municipal com a verba atribuída pela Câmara. A partir de 7 de abril desse ano esta função torna-se responsabilidade da Câmara, que reduz também o subsídio dado à SMS. Desta forma ficam alteradas as cláusulas 5ª e 10ª do contrato de 1906 (Martins, 2000, p. 76).

A urgência de adaptação às necessidades e problemas relativos aos leitores era cada vez maior e, em 1918, cria-se um novo Regulamento Interno que estaria sobretudo direccionado à conservação de livros aquando das suas requisições, uma vez que segundo António Martins (2000, 74) este seria o principal problema a enfrentar. Os anos seguintes foram marcados pelas constantes alterações do contrato existente entre a Câmara e a SMS. A 16 de setembro de

¹⁹ Descrito na Ata de reuniões de direção da Sociedade Martins Sarmento referente a abril-junho de 1884.

²⁰ Ata de reuniões de Direção da SMS, referente a abril-junho de 1884, p.212. descrita na no Ano 1 da Revista de Guimarães referente a jul.-set. de 1884. p. 204-214

1926, a SMS passa novamente a ter a tarefa de compra de livros relativos à Biblioteca Pública, no entanto, a decisão da temática dos mesmos deveria ser feita em concordância com a Câmara Municipal. Para isto seria despendido um quarto do subsídio. Em 1934 (7 de março) são feitas novas alterações, aumentando o valor do subsídio a despender para a compra anual de livros para a Biblioteca Municipal, estando a SMS possibilitada a utilizar para esse efeito uma oitava parte do subsídio, sendo que o valor total do mesmo era de 20.000\$00 anuais (Martins, 2000, p.70).

Em 1946 foram também modificadas as cláusulas referentes ao aumento do valor do subsídio dado pela Câmara Municipal e o valor a aplicar na compra de livros para a Biblioteca Municipal.

Através da incapacidade de resolução do problema relacionado com a preservação dos livros requisitados para leitura domiciliária, anteriormente referido, com métodos como as mudanças de regulamentos, e a determinação de indemnizações, procedeu-se à proibição da requisição de livros em 1947. Esta proposta foi da autoria do presidente da SMS, Dr. Mário Cardoso, abrangendo a Biblioteca da Sociedade e também a Biblioteca Municipal, uma vez que a mesma proposta foi aprovada pela Câmara.

O último contrato existente entre a Câmara e a Sociedade Martins Sarmento, com cláusulas relativas à Biblioteca Municipal, foi assinado em 1968, não possuindo alterações relativamente ao contrato anterior (Martins, 2000, p. 78). Através da ausência de renovação de contratos esperava-se a separação entre a Biblioteca Municipal e a Biblioteca da SMS.

No entanto, apenas na década de 90, mais precisamente em 1991, ambas as instituições deixam de ter a Biblioteca Municipal como ponte de ligação, uma vez que esta é transferida para o edifício onde se encontra atualmente (Rua de Santa Maria).

Desta forma, a partir da data anteriormente referida a Sociedade Martins Sarmento tem a seu cargo apenas a sua biblioteca que continuou a ser alvos de doações, possuindo atualmente cerca de 100.000 exemplares.

4.2 Edifício

Com a elaboração do regulamento que possibilitou a existência de uma biblioteca em Guimarães, surge a necessidade da procura de um edifício para a instalar. Segundo António Martins (2000, p.36), o primeiro local de instalação foi uma casa situada na Rua D. João I e em 1887 foi transferida para as instalações do antigo Convento de S. Domingos.

No entanto, sabe-se que em 1885 o espólio documental da biblioteca foi transferido para uma casa arrendada, localizada na Rua de Santa Luzia, tal como será desenvolvido no ponto 6.1. Desta forma, pode-se afirmar que, após estar instalada na casa da Rua D. João I, a Biblioteca é transferida, em 1885, para a casa localizada na Rua de Santa Luzia e só em 1887 passa para as instalações onde hoje em dia se localiza o museu arqueológico da Sociedade, que foram cedidas a título provisório pela Câmara Municipal.

Devido ao aumento constante de espólio pertencente à biblioteca, a procura de casa fixa tornara-se cada vez mais necessária, não sendo apropriado, para o material museológico e espólio documental, as constantes mudanças de instalações provocadas pelo fim dos prazos de arrendamento dos edifícios.

Em 1888 é aprovada pela Câmara Municipal instalação definitiva da Sociedade, no extinto convento de S. Domingos, tomando posse oficial a 10 de julho do mesmo ano.

Com o passar dos anos a elaboração de obras do edifício tornaram-se inevitáveis, devido essencialmente às poucas condições que possuía. É finalmente, em fevereiro de 1900f posto em prática o projeto elaborado por Marques da Silva. No entanto, foi preciso esperar cerca de 30 anos para que os compartimentos onde atualmente se encontram instalados a Sala de Leitura e depósito de livros (atual Biblioteca Geral) tivessem início (Abreu, 1996, p.24).

Durante a construção das instalações referentes ao primeiro piso do edifício da Sociedade, falece o arquiteto Marques da Silva, no entanto, as obras têm continuidade sob direção de sua filha, Maria José Marques Moreira da Silva e seu genro, José Moreira da Silva, também eles arquitetos. Através dos resultados arquitetónicos, ainda hoje muito apreciados, a parte em questão inaugura-se a 17 de julho de 1967, com a presença do Sr. Presidente da República Almirante Américo Tomás (Abreu, 1996, p. 25-26).

Atualmente, a sala de leitura tem capacidade para 24 leitores e possui 3 janelões de onde se pode observar algum do espólio que faz parte do museu arqueológico. Em torno da sala existem estantes onde estão depositados livros. As da parte de baixo estão envidraçadas, para que os livros estejam mais protegidos, as que se encontram ao longo de um pequeno varandim, não se encontram tapadas uma vez que o acesso é restrito aos funcionários da instituição. Na sala de leitura existe ainda uma porta que dá acesso à biblioteca geral, também esta de acesso restrito (Abreu, 1996, p.26).

4.3 Organização da Biblioteca

Apesar do espaço físico que suporta o património documental da biblioteca da SMS ter passado por mudanças ao longo dos anos, atualmente encontra-se dividido entre a Sala de Leitura, Biblioteca Geral, Biblioteca de M. Sarmiento, Arquivo documental, e a sala do Fundo Local.

Relativamente à Sala de Leitura, poucas foram as modificações, em termos arquitetónicos, desde a sua inauguração como pode ser verificado na figura 3. A sala em questão constitui um dos pontos de visita turística da SMS.



Figura 3 - Sala de Leitura em 1982. (S. a. (1982, p.12)

A Biblioteca Geral (figura 4) é constituída por doações de temáticas variadas, material de permuta, possui também a hemeroteca (imprensa periódica vimaranense), livros e publicações adquiridos por compra, no entanto, em muito menor número do que o material doado.



Figura 4 - Biblioteca Geral da SMS em 1982 (S. a., 1982, p. 11)

Na sala referente à Biblioteca de Martins Sarmiento encontram-se as bibliotecas de figuras que se destacaram, não só na história da instituição, mas, também, na história de Guimarães. Existem, entre outros, o material referente à biblioteca do patrono da instituição, à de Raul Brandão, Mário Cardoso e Agostinho Guimarães. Das quatro referidas apenas a biblioteca de Mário Cardoso foi adquirida por compra, todas as outras foram doadas à instituição.

A Sala do Arquivo da SMS encontra-se preenchida com documentação da instituição, o fundo musical e manuscritos e pergaminhos. Dentro da coleção de pergaminhos existem duas outras que se destacam, uma proveniente do Mosteiro do Souto, em Guimarães, estudada pelo Abade de Tagilde, e outra que pertenceu ao Mosteiro de Santo Tirso, oferecida à SMS.

Tal como o nome indica, a sala referente ao Fundo Local possui publicações que abrangem os temas referentes a Guimarães ou temas produzidos por autores da cidade e, ainda, as publicações periódicas e outras edições vimaranenses. Durante mais de um século, o Fundo Local tem sido alvo de novas incorporações, representando o acervo mais procurado por investigadores de assuntos locais.

Por último, o Fundo de Livro Antigo, fundado no final do século XIX, constituído por um conjunto significativo de doações datadas antes de 1820. De entre os livros pertencentes ao fundo mais antigo da biblioteca da SMS, destaca-se um exemplar da primeira edição dos *Lusíadas*, da autoria de Luís Vaz de Camões.

Atualmente, a Sociedade Martins Sarmento continua a receber variadas doações, desde manuscritos que integram e enriquecem o espólio do arquivo até publicações referentes ao Fundo Local, essencialmente.

5. Imprensa Vimaranesa

Desde os seus inícios que a imprensa periódica teve um papel fundamental na manifestação de interesses políticos, religiosos e até mesmo no desenvolvimento das cidades.

Guimarães não foi exceção à regra e, segundo o Padre Ferreira Caldas (1996, p. 121), a imprensa foi implantada na cidade, na década de 20, do século XIX. Afirmar também que nesta mesma época existiram três publicações, conhecendo-se com algum pormenor apenas o *Azeme/Vimaranense*, sendo possível a verificação do cabeçalho de uma das suas publicações na figura 5. Periódico de combate liberal que terminou logo após o Golpe de Estado de 1823, conhecido como Vilafrancada, que impediu a imposição de um regime liberal em Portugal. Nenhuma biblioteca do país possui a coleção completa deste jornal.

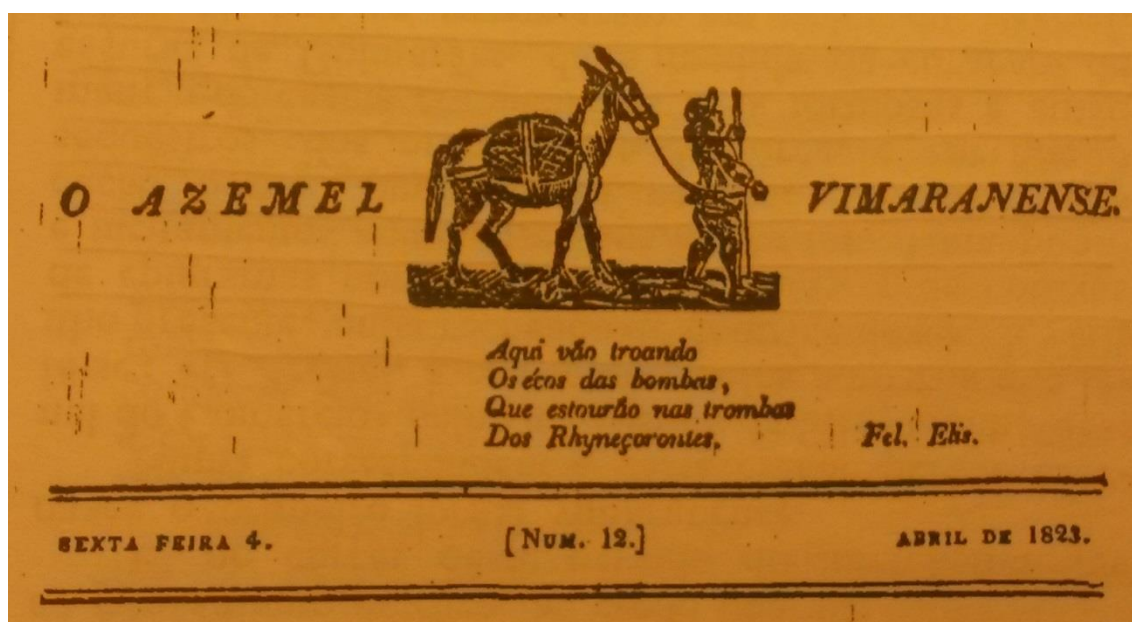


Figura 5 - Cabeçalho do Azeme/Vimaranense, referente ao número 12 de de Abril de 1823 (Braga, 1940, p 34).

Com a publicação destes primeiros periódicos, Guimarães torna-se a quarta cidade do país com imprensa local. Até então, o jornalismo limitava-se a Lisboa, Porto e Coimbra.

Existem pelo menos três instituições que possuem imprensa periódica vimaranense. O Arquivo Municipal Alfredo Pimenta e a Biblioteca Municipal Raul Brandão fariam parte do tipo de instituição que menos suscitarão surpresa sobre a posse e conservação do património bibliográfico vimaranense, nomeadamente a imprensa jornalística. No entanto, curiosamente, ambas as instituições têm uma coleção de periódicos jornalísticos locais bastante incompleta.

Por sua vez, a Sociedade Martins Sarmento é a instituição que detém a maior coletânea de imprensa vimaranense. No entanto, ainda assim existem períodos de grandes falhas. Segundo Alberto Vieira Braga (1940, p. 31) a falta de jornais na coleção da Sociedade demonstra a ausência de espírito bairrista que devia valorizar a conservação de todas as publicações, e respetivos números, uma vez que estas representam um suporte de estudo valiosíssimo para a história local.

A partir do inventário realizado no âmbito deste trabalho, baseado na reunião de todos os títulos de periódicos vimaranenses e das suas características, incluindo os ideais políticos apoiados no período de publicação, bem como os nomes dos redatores e administradores. Este levantamento foi realizado através de informação cedida pelas instituições anteriormente referidas, pela consulta bibliografia existente e pela análise do Livro de Registos da SMS.

Através dos gráficos 1, 2 e 3, é possível verificar as diferenças entre as instituições anteriormente mencionadas, relativamente à coleção de periódicos vimaranenses. Para o século XIX (Gráfico 1), a Sociedade Martins Sarmento é a única instituição que possui uma coletânea de periódicos vimaranenses, existindo cerca de 43 títulos. Todavia, esta circunstância poderá resultar do facto de na época em questão albergar os serviços da Biblioteca Municipal, não existindo ainda o Arquivo Municipal.

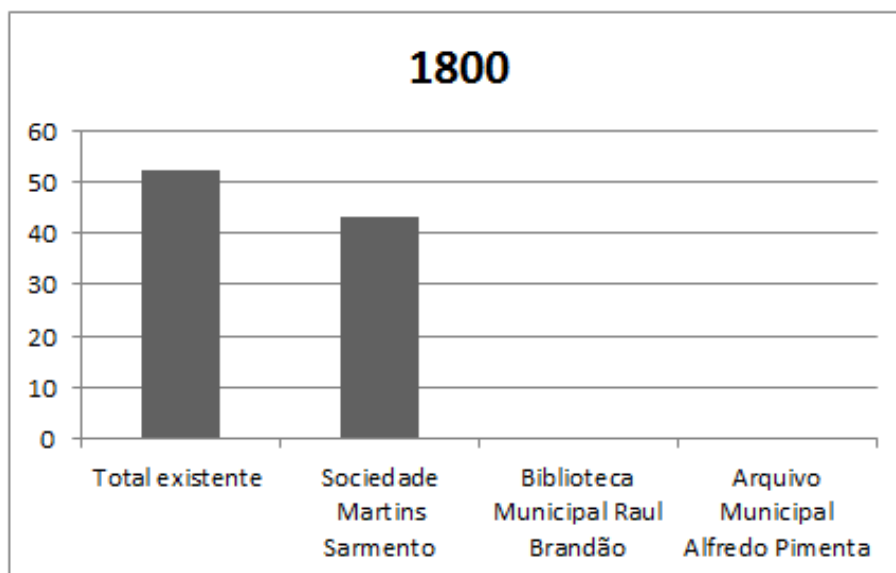


Gráfico 1 - Número de periódicos da imprensa vimaranense, relativos ao século XIX, existentes nas principais instituições que são detentoras de arquivos dos mesmos, em Guimarães.

No século XX (Gráfico 2), a Sociedade Martins Sarmento continua a marcar a diferença relativamente às outras instituições, possuindo cerca de 66 títulos de periódico, enquanto na

Biblioteca e no Arquivo existem apenas 7 e 5 títulos, respetivamente. Importa mencionar que estes números se referem aos periódicos surgidos durante o século XX e aos que tiveram continuidade do século XXI.

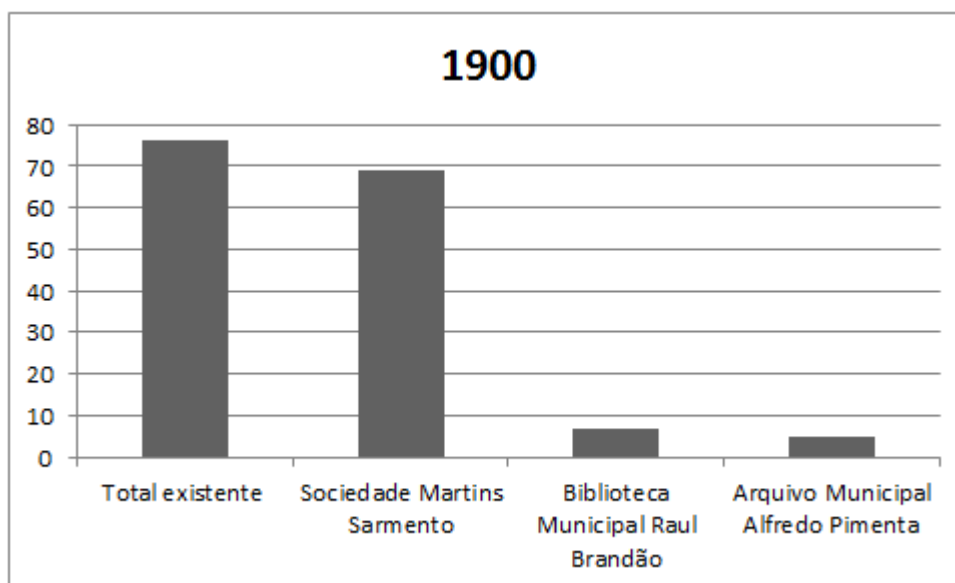


Gráfico 2 - Número de periódicos da imprensa vimaranense, relativos ao século XX, existentes nas principais instituições que são detentoras de arquivos dos mesmos, em Guimarães.

Relativo ao século XXI (Gráfico 3) existe uma maior igualdade entre as coletâneas de cada instituição, não só porque o número de publicações decresceu acentuadamente, mas também porque o Arquivo e a Biblioteca Municipais- com 8 e 9 periódicos respetivamente- adquiriram condições para a reunião/ preservação do património documental, mais precisamente da imprensa periódica vimaranense.

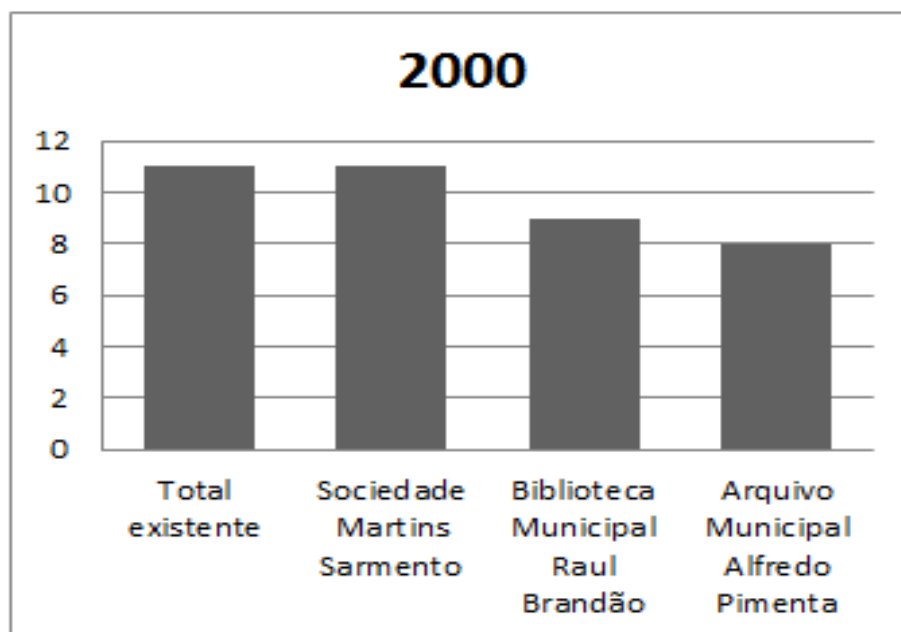


Gráfico 3 - Número de periódicos da imprensa vimaranense, relativos ao século XX, existentes nas principais instituições que são detentoras de arquivos dos mesmos, em Guimarães.

Estes dados são ainda descritos com maior precisão nos Gráficos 4 e 5 (Apêndice 1) que indicam, com pormenor, a quantidade e o nome dos periódicos que se encontram na Biblioteca Municipal Raul Brandão e Arquivo Municipal Alfredo Pimenta, respetivamente. Relativamente aos que se encontram na Sociedade Martins Sarmiento, estão descritos no inventário que se encontra no Apêndice 2.

Importa, ainda, mencionar que existem algumas coletâneas de periódicos em pequenos arquivos locais existentes em Guimarães, como é o caso do pertencente ao Grupo Santiago que possui apenas a coleção das publicações pelas quais é responsável, nomeadamente o jornal *Comércio de Guimarães* e a revista *Bigger Magazine*.

Assim, desde o surgimento do periodismo em 1822, Guimarães conta com cerca de 122 periódicos, sendo que 52 deles surgiram durante o século XIX, 73 no século XX e 4 no século XXI. Face a isto encontram depositados na biblioteca da SMS cerca de 113, sendo 43 referentes ao século XIX, 66 ao século XX e 4 ao século XXI.

Passaremos agora a analisar com mais detalhe os periódicos que tiveram maior relevo em cada século. Sempre que possível está informação será relacionada com o ambiente político e social da época em questão, uma vez que muitos dos periódicos aparecem associados a fações ideológicas ou políticas.

Por fim, referir, contudo, que nesta abordagem não incluiremos todo o inventário realizado, destacando-se apenas os periódicos mais marcantes da história vimaranense.

5.1 Aparecimento dos periódicos vimaranenses (Século XIX)

O primeiro periódico vimaranense documentado intitula-se *Azemel Vimaranense* e apareceu em 1822, como consequência da Revolução de 1820, que resultou no regresso da corte do Brasil e no fim do Absolutismo em Portugal, com a implantação da primeira Constituição Portuguesa (1822). Num meio tradicionalista, fiel à doutrina do Absolutismo, como era o de Guimarães naquele tempo de lutas e instabilidade, o aparecimento desta publicação dá um certo conforto aos defensores das ideias liberais. É provável terem existido cerca de 13 números relativos ao primeiro ano (de outubro a dezembro de 1822) e 19 referentes ao segundo (até maio de 1823). Destes, existem apenas 5 na biblioteca da Sociedade Martins Sarmento, designadamente o número 3 e 4, referente ao primeiro ano, de 1822, e os números 11, 12 e 16 ao segundo, de 1823, tal como é mencionado no inventário do apêndice 2.

Os periódicos vimaranenses não prosperaram, como noutras cidades durante este período de acesas rebeliões, uma vez que o único dos três que o Padre Ferreira Caldas afirma terem existido, ou seja, o *Azemel*, terminou logo após a VilaFrancada, em maio de 1823.

O jornalismo vimaranense permaneceu em silêncio durante 34 anos, e só 1856 se iniciou a publicação regular dos periódicos vimaranenses.

Neste mesmo ano surge o *Tesoura de Guimarães*, que no primeiro número, referente a 2 de setembro de 1856, se auto intitula como um jornal de cariz político, instrutivo e noticioso. Constituiu, na realidade, um elemento informativo do partido regenerador e, por isso, defensor do credo liberal. Terminou no 3º ano de publicação, a 28 de janeiro de 1859, e a sua coleção encontra-se na biblioteca da Sociedade Martins Sarmento, registando-se apenas em falta o número 174, dos 241 existentes.

Ainda em 1856 inicia-se o *Vimaranense*, também ele de cariz político, que teve duas fases de suspensão: a primeira em 1857, regressando em 1859 e, a segunda, em 1860, voltando no ano seguinte, até 1872. Relativamente a este periódico, a Sociedade não possui a sua coleção completa, o que dificulta determinar as datas precisas para a sua interrupção.

Na década de 60, do século XIX, nasce o *Religião e Pátria* (Figura 6), o jornal com maior longevidade durante o século, tendo sido publicado entre outubro de 1862 e dezembro de 1895. Contudo, durante este período, foi suspenso entre novembro de 1865 e abril de 1867, tendo

sido substituído pelo título *Gazeta do Minho*. A sua suspensão foi anunciada da seguinte forma: *Acaba, com este número, o último desta série, a publicação do periódico “Religião e Pátria”, para começar brevemente a publicação dum outro, que terá em tudo a mesma índole deste diferindo apenas no título.* (Neves, 2011). Na realidade, a causa da sua interrupção é pouco clara, sendo referida no artigo de Alberto Vieira Braga (1940, p.39) que *Suspendeu a sua publicação com o n.º50 (...) para tratar de um assunto político.*



Figura 6 - Cabeçalho do número 2 da 4ª Série do Religião e Pátria de 5 de Outubro de 1864

Já nos anos 70, registam-se cerca de 12 publicações e, destas, duas surgem com particular destaque. Uma, pelas razões que originaram o seu aparecimento e, a outra, pela sua durabilidade. A primeira refere-se ao *Justiça de Guimarães* que se inicia em fevereiro de 1872 em virtude das arbitrariedades tomadas pelo juiz da Comarca de Guimarães na época, o Dr. Henrique de Sousa Seco. Face à situação, alguns letrados vimaranenses, incluindo Francisco Martins Sarmento, usam o periódico para mostrar a sua indignação relativamente às decisões injustas tomadas pelo juiz. Este periódico durou apenas 6 meses, tempo que durou o período de anarquia causado pelo juiz em questão. A sua coleção apresenta-se completa na biblioteca da Sociedade.

No caso da segunda publicação, o jornal *Imparcial*, a sua evidência resulta do facto de ter sido publicada durante um longo período de tempo, cerca de 18 anos, entre junho de 1872 e maio de 1890.

Pela observação do Gráfico 6 que se encontra no apêndice 1, é possível verificar que a década de 80 foi a que mais se destacou no número de publicações de periódicos, mais precisamente os anos de 1886 e de 1887. Na realidade, o progresso económico e cultural vivido no país e, em Guimarães, foi acompanhado pela imprensa, constituindo na época um elemento muito importante na divulgação das notícias locais e na mobilização dos cidadãos para questões

de interesse coletivo. A título de exemplo, refira-se o papel central da imprensa local na mobilização da população vimaranense para a colaboração nos projetos em que a cidade esteve envolvida, em 1884, como foi o caso da Exposição Industrial Vimaranense ou da inauguração da linha de caminho-de-ferro.

Neste contexto, importa, ainda, destacar que, apesar das rivalidades acesas entre os jornais que defendiam um cariz político ou ideais distintos, esta época foi, mais do que nunca, de união entre os mesmos, com o objetivo de salvaguardar e divulgar os assuntos de Guimarães.

Na década de 80, destacam-se, então, a *Revista de Guimarães* (Figura 7), uma publicação da Sociedade Martins Sarmiento, iniciada em maio de 1884, que esteve suspensa entre 1913 e 1921. Apesar de ter alguns números em atraso, atualmente ainda é editada. O mesmo acontece com o *Comércio de Guimarães*, periódico liberal, comercial, industrial e agrícola, que se iniciou exatamente no mesmo mês que a *Revista de Guimarães* e também ainda hoje publicado.

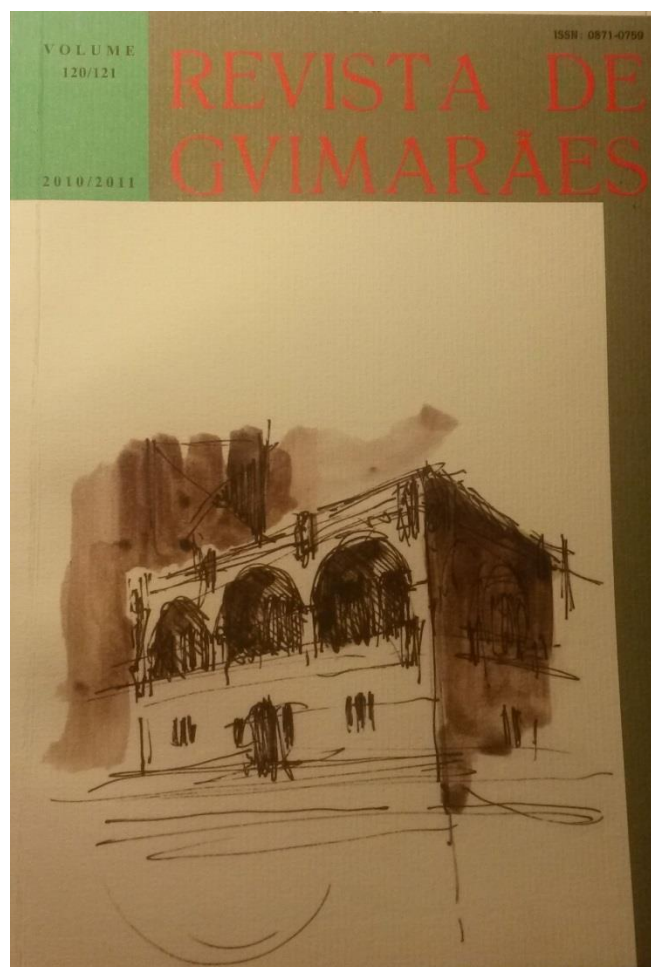


Figura 7- Capa do vol. 120/121 da Revista de Guimarães, ano 2010/2011 (Foto do autor, tirada a 30/1/2017)

A última década do século XIX, foi igualmente marcada por um elevado número de publicações, destacando, no entanto, apenas o *Povo de Guimarães* que teve cinco fases de publicação, referentes aos anos de 1896, 1904, 1910, 1931 e de 1978. Todavia, são fases muito curtas, durando no máximo 6 meses, à exceção da última que foi a mais consistente, iniciando-se em março de 1978, manteve-se em suporte de papel até 2011, ano em que passou a ser publicado *online* até 2013. A coleção encontra-se completa na biblioteca da Sociedade Martins Sarmento.

Apesar do número de periódicos ser ainda elevado nesta época, teve um ligeiro decréscimo relativamente à década anterior uma vez que a partir de 1890 legislou-se um maior controlo da imprensa.

Além dos periódicos que estavam afetos a partidos políticos, ou os religiosos, existiram também outras tipologias. Durante todo o século publicaram-se periódicos para leitores

específicos, como é o exemplo da *Jóia* e do *Bijou*, publicações quinzenais, iniciadas na década de 80, que tinham como público-alvo as damas vimaranenses, ou até mesmo do *Enthusiasta* (publicado de março de 1886 a abril de 1887) e do *Povo de Guimarães* (periódico iniciado em 1896, e ainda hoje é publicado apesar de ter tido várias fases de suspensão) que se auto intitulam como sendo jornais “para o povo”. Frequentes eram também representadas as publicações de cariz crítico e satírico, entre outros, pelo *Formigueiro*, referente à década de 70 e pelo *Zirro* publicado na década de 80.

Apesar da variedade tipológica de periódicos, sobressaem, sem dúvida, os religiosos e políticos, devido ao ambiente de instabilidade política e às rebeliões sociais vividas neste período.

5.2 As consequências políticas do século XX na imprensa vimaranense

Em termos gerais, o século XX foi marcado pelo aumento da imprensa em Portugal, sendo uma das principais causas a evolução das técnicas de impressão e a expansão da indústria. Esta tendência foi, no entanto, contrariada com a instauração do Estado Novo. De uma forma geral, a imprensa vimaranense acompanhou o trajeto da imprensa do resto país.

É possível verificar pela análise do inventário realizado, graficamente apresentando no gráfico 8, que as primeiras três décadas foram as que se destacaram, com cerca de 53 periódicos. A partir de 1926 a publicação de imprensa caiu drasticamente, situação que se justifica pela implantação do Estado Novo e pela censura aos meios de comunicação. Destacam-se, no entanto, o *Comércio de Guimarães*, a *Revista de Guimarães* (ambos iniciados na década de 80 do século XIX) e o *Notícias de Guimarães* que se iniciou em dezembro de 1908 e findou com o número 91 referente a outubro de 1910. Este esteve suspenso até janeiro de 1932, iniciando novamente com o número 1 e foi publicado até 2012.

Na primeira década do século XX, destacam-se, pelo maior período de tempo de publicação, o *Independente*, afeto ao partido de João Franco, iniciado em novembro de 1901 e terminado dez anos depois; e o *Imparcial* publicado desde 1903 até dezembro de 1912.

A década seguinte, dos anos 10, foi a que conheceu um maior número de periódicos, devido à Implantação da República e ao consequente aumento da liberdade de publicar informação noticiosa. Apesar disto existiram, nesta e nas duas décadas seguintes, várias ideologias políticas associadas aos periódicos. Registam-se, assim, os periódicos monárquicos, nomeadamente o *Comercio de Guimarães*, *Gil Vicente* e o *Echos de Guimarães*. Pelo lado republicano, *A Alvorada*, *O Republicano*, propriedade do Centro Democrático Vimaranense e o *A*

Velha Guarda. Houve ainda os que eram apelidados de democratas, como o *Povo de Guimarães* e os progressistas como *Notícias de Guimarães* (Figura 8) e o *Correio de Guimarães*.



Figura 8- Capa do Ano1, n^o9 do Notícias de Guimarães, 7 de março de 1932 (foto do autor, autorizada pela Direção da SMS)

De modo geral, os monárquicos defendiam persistentemente o regresso da Monarquia e do Rei e denegriam a política republicana. Por sua vez, os progressistas e republicanos criticavam de forma severa o conservadorismo dos monárquicos e da Igreja.

Estas primeiras décadas foram ainda marcadas pela produção de abundante material jornalístico devido à agitação política e social, à crise económica e à I Guerra Mundial. Nas primeiras páginas destes periódicos era frequente a análise de temas como a política nacional, a condição da mulher e as guerras e revoluções a nível mundial, enquanto nas páginas seguintes eram, normalmente tratados assuntos locais.

Relativamente às décadas seguintes, como foi anteriormente referido, o número de publicações diminuiu drasticamente por causa do início do Estado Novo, passando a ser publicados apenas três publicações, nomeadamente *O Comércio de Guimarães*, a *Revista de Guimarães* e o *Notícias de Guimarães*.

No entanto, nas décadas posteriores à de 70, que marcam o final do período de Ditadura, não se registam muitas mais publicações, provavelmente pelo medo deixado pelo regime político anterior. De salientar, em 1978, a quinta fase da publicação do *Povo de Guimarães*, que durou até 2013, e na década de 90 a edição da revista *Vimaranis* (revista municipal), do *Toural*

Magazine, do *Poetas e trovadores* (bimensário informativo, literário, humorístico e burlesco) e ainda do *Semanário de Guimarães* e o *Voz de Guimarães*.

5.3 A consistência da frequência dos periódicos no século XXI

O século XXI é caracterizado pela edição de um elevado número de jornais, que se iniciaram tanto no século XIX, como no século XX, como se pode observar no gráfico 10 (apêndice 1).

Relativamente aos periódicos mais antigos, todos eles foram publicados até à década presente (anos 10 do século XXI). No entanto, apenas o *Comércio de Guimarães* e a *Revista de Guimarães* ainda hoje existem. Apesar disto, é importante referir que a *Revista de Guimarães* contém números em atraso, pois a última publicação, o número 120/121, data de abril de 2016, referente ao ano de 2010/2011.

Dos periódicos iniciados durante o século XX, somente dois deles são publicados no presente ano. É o caso do *Boletim de Trabalhos Históricos*, publicação do Arquivo Municipal Alfredo Pimenta e do *Conquistador* que existe em formato *online*, apesar de ainda manter a publicação em suporte papel, cuja publicação é bastante irregular.

Para as primeiras décadas do século XXI, verifica-se a edição de quatro novos periódicos, dois em cada década.

Na primeira década, precisamente em 2000, aparece, o *Expresso do Ave*, semanário de expressão regional que abarca concelhos de Guimarães, Vizela, Famalicão, Póvoa de Lanhoso, Vieira do Minho e começou a publicar-se em substituição do jornal *Toural*. Em março de 2009, nasce a *Bigger Magazine*, mais um dos vários instrumentos de comunicação pertencente ao Grupo Santiago (a par do *Comércio de Guimarães*, do *Desportivo de Guimarães* e do *Guimarães Digital*), com o objetivo de divulgar empresas, empresários, marcas e produtos, comunicando de forma credível no mercado vimaranense.

Por sua vez, em maio de 2013 inicia-se a publicação da revista *Mais Guimarães* (Figura 9), periódico mensal que inaugura a formação do grupo com o mesmo nome. Em 6 de outubro de 2015 nasce outro órgão de comunicação associado a este grupo, o jornal *Mais Guimarães*. Trata-se de um órgão de comunicação atento à realidade e preocupações locais, independente, sem qualquer dependência de natureza política, económica ou ideológica, e pluralista, privilegiando a publicação de informação diversificada de âmbito local.



Figura 9- Capa do nº 43 da revista Mais Guimarães, de 5 de janeiro de 2017.

Pode-se dizer que apesar da prematuridade do século, comparando com os anteriores, o número de publicações iniciadas é muito reduzido, talvez pela independência associada a políticas e outros tipos de ideologias e pelo fim da necessidade de se divulgar a defesa e afeto por elas através da imprensa. O principal objetivo da imprensa atual passa pela divulgação dos acontecimentos mais importantes da cidade a nível cultural, político, económico e social para que os seus leitores possam sempre acompanhar o que demais importante acontece na cidade vimaranense.

Apesar da disparidade relativa ao número de publicações iniciadas nas diferentes décadas de cada século, é importante referir que a sua durabilidade é também bastante distinta. Enquanto, por exemplo, na década de 20 do século XX ocorreram cerca de 25 novas publicações, grande parte delas não foram publicadas durante mais de um ano. No entanto, atualmente, apesar de serem poucas, são publicações com maior regularidade e periodicidade. Existem, no entanto, exceções, nomeadamente de algumas publicações iniciadas em séculos anteriores que chegaram ao século atual (referidas anteriormente), que permitem demonstrar que, desde o início da imprensa vimaranense, existiram publicações bastante estáveis, no que refere aos assuntos tratados e ao período de publicação.

6. A visão da Sociedade Martins Sarmiento na imprensa vimaranense

Após a análise, numa primeira fase, da Sociedade Martins Sarmiento e do papel desempenhado, desde a sua constituição, na cidade de Guimarães e, numa segunda fase, da abordagem acerca da imprensa vimaranense, torna-se agora possível fazer um cruzamento entre ambos os temas.

O principal objetivo deste cruzamento de informação é analisar de que forma a Sociedade Martins Sarmiento foi retratada na imprensa local, tendo em conta os assuntos mais referidos e as épocas. Deste modo, pretende-se analisar a dimensão cultural e patrimonial que a Sociedade Martins Sarmiento teve desde o aparecimento da imprensa periódica, e simultaneamente, valorizar a dimensão patrimonial da imprensa periódica, tendo em conta a sua importância enquanto elemento capaz de traçar características de momentos ou locais, contribuindo para o conhecimento histórico e cultural de determinada cidade, sociedade ou instituição.

Tal como já referido, devido ao elevado número de periódicos existentes, foram selecionados três, nomeadamente aqueles que, desde o aparecimento da Sociedade, foram publicados durante um maior período de tempo e com maior periodicidade e número de edições. Esta seleção permite, por um lado, assegurar a consistência e importância destes periódicos para a cidade e, por outro, que a sua publicação não esteve diretamente ligada a nenhum acontecimento histórico específico ou ideologia política, ao contrário de muitos dos outros periódicos publicados.

O primeiro exemplar que se enquadra nas características anteriormente referidas é o *Religião e Pátria*, que nasce em outubro de 1862 e termina em dezembro de 1895, apesar de estar suspenso durante dois anos (entre 1865 e 1867). Este periódico acompanha assim os primeiros anos de vida da Sociedade. O segundo é o *Comércio de Guimarães*, cuja publicação se inicia em 1884, passando, a partir desta data a concorrer com o *Religião e Pátria*, sendo ainda editado atualmente. Trata-se, portanto, do periódico com maior periodicidade de publicações em Guimarães. Por último, o *Notícias de Guimarães* que surge em dezembro de 1908 e findou em outubro de 1910 com o número 91, tendo regressado em janeiro de 1932, passando a coexistir a partir desta data com o *Comércio de Guimarães* até 2012, data em que cessa a sua publicação. No caso específico do *Notícias*, os jornais analisados serão apenas os publicados a partir de 1932, uma vez que não foi possível a consulta em papel dos números referentes aos anos de 1908 a 1910 na Sociedade Martins Sarmiento devido ao estado de conservação.

Assim, é possível analisar as notícias publicadas durante os primeiros anos da existência da Sociedade, ainda que apenas num periódico, bem como aquelas que são divulgadas em dois periódicos que coexistem temporalmente, ainda que não na inteira totalidade, tornando possível comparar os assuntos de maior realce em cada um destes dois jornais. Esta análise cruzada apenas não pode ser realizada no período entre 1896 e 1932, devido à instabilidade que caracteriza a imprensa vimaranense na época, causada pela instabilidade política do país. Esta impossibilidade verifica-se entre 2012 e 2016, com o fim do *Notícias de Guimarães*, sendo *Comércio* o único jornal que passa a ser publicado.

As notícias publicadas acerca da Sociedade Martins Sarmento foram organizadas tematicamente, destacando-se 5 grandes categorias. A primeira, referente à constituição e desenvolvimento da Sociedade. A segunda, às suas instalações, desde as primeiras casas temporárias até ao edifício atual, nomeadamente a evolução das obras do edifício que atualmente alberga a instituição. A terceira inclui uma análise das notícias relacionadas com o seu patrono, Francisco Martins Sarmento, por diversas vezes homenageado através de textos escritos por amigos ou outras pessoas que apesar de não possuírem nenhuma relação familiar ou de amizade o admiravam. A quarta, referente a constituição do património depositado nos museus e biblioteca da Sociedade. A quinta acerca da relação entre a Sociedade e o desenvolvimento educativo e cultural dos vimaranenses e de que forma os primeiros anos da sua formação foram cruciais para a atualidade cultural da cidade, destacando-se a festividade do 9 de março.

Deste modo, será possível comparar a conceção historiográfica da Sociedade, com a visão divulgada na imprensa local.

6.1 Percurso evolutivo da Sociedade Martins Sarmento

Neste capítulo pretende-se demonstrar os principais momentos e assuntos da história da SMS, focados nos três periódicos escolhidos.

Criada em 1881, a Sociedade Martins Sarmento foi constituída como uma instituição cultural de utilidade pública sem fins lucrativos em homenagem ao arqueólogo e etnógrafo Francisco Martins Sarmento. Assim é descrita e caracterizada a Sociedade, 125 anos após a sua criação, numa notícia do *Comércio de Guimarães*, referente a 2006, intitulada *Lugares com história: Sociedade Martins Sarmento, uma referência cultural no concelho*²¹,

²¹ Ano 121, n.º 8363, 8 de março de 2006, p.9.

A notícia não é totalmente esclarecedora quanto aos motivos ou justificações que levaram à criação da Sociedade. De igual modo, importa perceber quais as razões que fizeram com que fosse definida como uma instituição cultural e quais as consequências para a cidade e população de Guimarães após a sua formação. Na realidade, algumas das respostas as estas interrogações foram sendo abordadas na imprensa periódica vimaranense publicada nos anos que se seguiram à fundação da Sociedade.

Em 1982, numa notícia inserida no 1º Caderno Cinquentenário do *Notícias de Guimarães*²² (Figura 10), da autoria de Fernando Carvalho Conceição, é mencionado que a criação da Sociedade ficou a dever-se à inspiração de Martins Sarmiento, possuidor de *um elevado sentimento de amor pátrio e grande curiosidade relativamente à procura nas raízes de Portugal*²³. Na notícia é ainda referido que devido à sua ação o arqueólogo foi reconhecido a nível nacional e internacional e desta forma homenageado pelos seus conterrâneos a nível local, através da criação da SMS.

²² Publicação de comemoração dos cinquenta anos de existência do Notícias de Guimarães, através da publicação de notícias de homenagem da Sociedade Martins Sarmiento, nomeadamente de realce dos primeiros anos da sua formação.

²³ Ano 51, nº 2620, Sociedade Martins Sarmiento uma instituição e uma época, 19 de março de 1982, p.5.



Figura 10 - Capa do 1º Caderno Cinquentenário, inserido no nº2620, do Notícias de Guimarães, de 19 de março de 1982 (foto do autor autorizada pela SMS).

Já anteriormente, na notícia *Sociedade Martins Sarmento- resenha retrospectiva*, publicada em 1925²⁴, o autor havia expresso que Avelino Germano, um dos instituidores da Sociedade, defendeu que *deveria existir uma manifestação mais intensa*, na sua cidade natal. Na notícia publicada no *Comércio de Guimarães* é exposta a dúvida relativamente ao tipo de homenagem que se enquadrava com a dimensão dos feitos de Martins Sarmento e com o reconhecimento de todos os vimaranenses. Refere, ainda, que após várias reuniões de reflexão sobre o assunto, Avelino Germano e Leite de Castro chegaram à conclusão que a formação de uma sociedade literária estaria à altura da figura do arqueólogo vimaranense.²⁵

*Sociedade Martins Sarmento*²⁶ é o título da notícia do *Comércio de Guimarães*, na qual é publicada na íntegra uma carta que demonstra a subscrição, aberta pela direção da SMS, mencionada anteriormente Capítulo 3 (3.3), com o objetivo de pedido de apoio financeiro para a ampliação do edifício. Nela é feita uma resenha histórica da instituição desde a sua formação até

²⁴ Avelino da Silva Guimarães, ano 41, nº 3862, 6 de março de 1925, p.1;

²⁵ A notícia referida apresenta em nota a data que foi escrita, correspondendo a 31 de dezembro de 1883, tendo sido publicada novamente em 1925.

²⁶ Ano 17, nº 1548, 15 de janeiro de 1901, p1-2.

1901 (data da notícia), para salientar os feitos e colaborações da Sociedade em relação ao desenvolvimento de Guimarães. A partir dela podemos ainda saber que a ideia dos conterrâneos de Sarmento, mais precisamente de Avelino Germano da Costa Freitas, Avelino da Silva Guimarães, Domingos José de Freitas Júnior, Domingos Leite de Castro e José de Castro Sampaio-, foi posta em prática após a aprovação dos estatutos a 7 de janeiro de 1882, tal como afirmado na seção 3.1. É ainda referido que os estatutos em questão definiam a SMS como uma instituição cujo principal objetivo seria o de promover o desenvolvimento do nível de instrução popular de Guimarães e *Em boa hora corre tam feliz inspiração*.

Ainda através da análise da notícia anteriormente referida e avançando um pouco mais na história da instituição, é estabelecida uma linha de comparação na forma como Guimarães era vista, antes e depois da formação da SMS. É então referido que anteriormente à sua criação, existia uma perspetiva de que Guimarães seria uma cidade sem objetivos futuros, *com falta de energia e de aspirações modernas*, sendo alvo de modificações aquando da criação da SMS, capaz de *desfazer essa lenda*, através de significantes medidas mostrando-se o quanto *valia esta cidade de província tam injustamente* caracterizada.

Relativamente ao desenvolvimento da educação que marca o percurso inicial da SMS, *Guimarães e as suas instituições culturais*²⁷, notícia da autoria de Mário Cardoso, no *N.G.*, demonstra que este foi uma das principais preocupações das Direções da instituição. É mencionado que a atenção da Sociedade Martins Sarmento foi concentrada nos graves problemas da instrução, investindo-se em cursos técnicos e no desenvolvimento do conhecimento das classes mais carenciadas através do desenvolvimento do ensino primário adulto.

A notícia *Instituição gloriosa*²⁸ publicada no *Notícias de Guimarães*, em 1954, reporta para a evolução das várias vertentes da SMS, e mais uma vez a relevância desta para Guimarães. Nela é expressa a insatisfação de A.L. de Carvalho, face às poucas ajudas financeiras cedidas pelo Estado para a conclusão do edifício da SMS, assunto abordado na secção 3.3. Através da sua análise é possível verificar que em 1882 foi criado um Instituto onde se ministrava gratuitamente para os mais carenciados cursos técnicos e onde se desenvolveu o ensino primário para adultos. Refere, ainda, que a partir deste surgiram os incentivos para os alunos relativos ao sucesso escolar, através da distribuição de prémios para a compra de livros. Daqui surgem as bases de

²⁷ Ano 15, n.º765, 29 de setembro de 1946, p.2

²⁸ Ano 23, n.º1162, 18 de abril de 1954, p.1-2

criação de uma biblioteca popular, pois afirmado pelo autor que *não basta criar a escola, é indispensável fornecer livros*.

Ainda relativo à notícia anteriormente referida, pode-se ler que foram criadas aspirações, conforme o espírito moderno, e ao longos dos anos a instituição foi capaz de estabelecer um museu arqueológico para o desenvolvimento da cultura, focando-se sempre no objetivo inicial relacionado com a educação, tendo ainda ajudado a criar a Escola Industrial Francisco de Holanda e do Liceu Martins Sarmiento, tal como será desenvolvido no ponto 6.5.

Mencionados dois dos principais pontos de atenção da Sociedade Martins Sarmiento, entre eles, o desenvolvimento do ensino popular, aliado à criação de uma biblioteca, é possível mencionar o desenvolvimento cultural da instituição através do destaque dos museus da instituição. Sobre este último é possível verificar na notícia *Guimarães e as suas instituições culturais*²⁹, anteriormente referida, que tal como referido no ponto 3.4, foi formado o museu em 1885 com o primeiro núcleo de objetos recolhidos por Francisco Martins Sarmiento, na Citânia de Briteiros.

Desta forma, é possível comprovar que as vertentes anteriormente referidas, nomeadamente o desenvolvimento da educação, a biblioteca e os museus, foram os principais temas destacados pelos periódicos durante os primeiros anos de formação da instituição. Após o seu estabelecimento a SMS era destacada na imprensa, por exemplo, através de notícias de homenagem publicadas aquando das celebrações da festa do 9 de março, que analisaremos na secção 6.5.1, e até pelos pedidos de ajuda financeira feitos pelas Direções, mostrando a dimensão da instituição, tal como foi exposto anteriormente.

Relativo à exposição de comemorações de aniversários da SMS, as datas que mereceram maior destaque situam-se antes e durante o 1º Centenário da Sociedade Martins Sarmiento, realizado a 9 de março de 1982.

No *Comércio de Guimarães* a festividade foi assinalada através da notícia intitulada *100 anos da Sociedade Martins Sarmiento*³⁰, onde é feita a descrição da mesma. No entanto, o *Notícias de Guimarães*, a data é celebrada através da publicação de um número especial³¹ que

²⁹ Ano 15, n.º 765, 29 de setembro de 1946, p.2.

³⁰ Ano 98, n.º 7310, 9 de abril de 1982, p.3.

³¹ Ano 50, número especial 11 de janeiro de 1982, p. 3-26.

comemora também o cinquentenário do jornal e através do *1.º Caderno Cinquentenário*³², referido anteriormente.

Relativamente à notícia publicada no número especial do *Notícias*, anteriormente mencionada, é expresso pelo autor, Engenheiro Gomes Alves, presidente da instituição à data da notícia, uma homenagem aos principais homens que fizeram parte da administração da instituição. Nela ainda se pode ler que o período entre 1889 e 1905 é destacado, como um dos mais promissores da instituição, no qual alternam na presidência três figuras de elevado destaque para Guimarães: Dr. António Mota Prego, Dr. Joaquim José de Meira e finalmente o Padre João Gomes de Oliveira Guimarães. Na notícia, o autor distingue ainda a década de 20 pela existência de dificuldades económicas, que foram ultrapassadas através do conceito intelectual que definia a instituição, sendo mesmo galardoada com a Comenda de S. Tiago da Espada. Verifica-se também o destaque de personalidades como o Dr. Alberto Vieira Braga, o Dr. Eduardo de Almeida, presidente da Direção entre 1921 a 193, e o arqueólogo Mário Cardoso, intitulado como Presidente de Honra, que efetuou a sua atividade entre 1932 a 1942 e 1947 a 1971. A partir da notícia em questão é ainda destacado que o principal feito de Mário Cardoso se baseou numa das maiores necessidades da SMS, referente ao alargamento do edifício, para que todas as suas atividades pudessem ser levadas a cabo com as melhores condições para o seu público. A notícia é terminada com o apelo da colaboração do povo de Guimarães para que o centenário da instituição fosse comemorado condignamente.

Ainda sobre o destaque dado pelo *Notícias de Guimarães* face ao Centenário da instituição, salienta-se o *1.º Caderno Cinquentenário*, como forma de homenagem à data em questão uma vez que nas notícias publicadas como *Sociedade Martins Sarmiento – Uma instituição e uma época*³³, *Os preliminares da Sociedade Martins Sarmiento*³⁴, *A Sociedade Martins Sarmiento*³⁵. Nestas são feitas resenhas história dos cem anos de existência da SMS.

Segundo a notícia *100 anos da Sociedade Martins Sarmiento*, publicada no *Comércio*, anteriormente referida, as comemorações decorreram com a solenidade esperada na época, procedendo-se à entrega de prémios características das celebrações normais do 9 de março.

³² Ano 51, n.º2620, 19 de março de 1982, p.1-12.

³³ Dr. Fernando Dias de Carvalho Conceição, ano 51, n.º2620, 19 de março de 1982, p.5-10.

³⁴ Manuel Alves de Oliveira, ano 51, n.º2620, 19 de março de 1982, p.5-8.

³⁵ Eng. J. M. Gomes, Alves, ano 51, n.º2620, 19 de março de 1982, p.3-6-7.

Os aniversários da instituição foram por várias vezes destacados nos periódicos da década de 90. Por exemplo, o *Comércio de Guimarães* através da notícia *112 anos - SM Sarmento esteve em festa*³⁶ para além de naturalmente destacar o 112º aniversário da SMS, analisa mais uma vez a sua evolução, sendo afirmado que até à data em questão, para além de albergar espólio de elevado valor patrimonial, era uma verdadeiro referencial cultural ao abrir as suas portas às mais diversas manifestações educativas e culturais. A notícia *115º Aniversário da Sociedade Martins Sarmento* (Figura 11) é outro dos exemplos do destaque das comemorações de aniversário da instituição, desta vez noticiado no *Notícias de Guimarães*³⁷.



Figura 11 - Notícia de celebração dos 115 anos da SMS, pelo n°3388 do Notícias de Guimarães, de 29 de novembro de 1996 (Foto do autor, autorizada pela SMS)

A análise de notícias sobre o percurso evolutivo termina com a mesma frase que é destacada no parágrafo inicial intitulada *Lugares com história: Sociedade Martins Sarmento – uma referência cultural no concelho*³⁸ do *Comércio de Guimarães*. Nela é valorizado o património que a instituição possuía à data da notícia, como por exemplo o museu arqueológico, a biblioteca (nomeadamente o Fundo Local e a hemeroteca) e o arquivo documental, como forma de expor ao público atual a importância da instituição para Guimarães e para a sua população, desde o início da sua formação.

³⁶ Ano 110, n° 7760, 25 de novembro de 1993, p.3.

³⁷ Ano 65, n°3388, 29 de novembro de 1996, p.5.

³⁸ Ano 121, n°8363, 8 de março de 2006, p.10.

6.2 Francisco Martins Sarmento

Entre personalidades mais eminentes da nossa terra o glorioso exumador da Citânia de Briteiros ocupa um lugar de grande destaque numa terra rica pelas suas indústrias, mas inteiramente carecidas de instituições de ensino.

(in *Comércio de Guimarães*, ano 84, n.º6573, As grandes figuras de Guimarães- Francisco Martins Sarmento, 2 de setembro de 1967, p1-2)

Francisco Martins Sarmento, tal como retrata o excerto da notícia acima apresentado, posicionou-se, pelos seus feitos, entre as figuras vimaranenses de maior destaque. Foi, por isso, várias vezes notícia nos periódicos locais. As principais temáticas abordadas nos jornais em análise, referem-se ao anúncio da morte do arqueólogo, em 1899, (apenas destacado no *Comércio de Guimarães* devido à inexistências do *Notícias de Guimarães* e do *Religião e Pátria*), e às festas em sua homenagem, sobretudo depois da sua morte, ao centenário do seu nascimento, ao centenário da sua morte e a vários textos em sua homenagem publicados para assinalar a data do seu aniversário, que começaram a surgir em maior número após a morte do vimaranense. Muitas destas incluíam dados biobibliográficos com o objetivo de fazer perpetuar o seu nome e os seus feitos junto das gerações futuras.

*As grandes figuras de Guimarães*³⁹ (...) é o título da notícia publicada no *Comércio de Guimarães* onde é realizado um enquadramento biográfico do arqueólogo vimaranense, com base num estudo elaborado pelo Coronel Mário Cardoso. Segundo este e tal como foi mencionado ponto 3.2, Francisco Martins Sarmento deixou Guimarães com 15 anos dirigindo-se para Coimbra com o objetivo de tirar a licenciatura em Direito. Apesar da sua formação foi desenvolvendo as suas pesquisas em áreas como a Arqueologia e a História e outras áreas afins, como a etnologia. A notícia refere inclusivamente que Martins Sarmento foi essencialmente etnólogo, pois *a sua principal preocupação seria descobrir a origem dos Lusitanos*.

Na notícia intitula *Dr. Francisco Martins Sarmento* publicada no *Comércio de Guimarães* onde são salientados aos seus estudos minuciosos, realizados na sua biblioteca, *onde passava dias e noites*⁴⁰, assim como à exploração de ruínas e visitas a monumentos arqueológicos, que realizava em toda a província de Entre Douro e Minho, e que o habilitaram a conhecer como ninguém a arqueologia do norte de Portugal.

³⁹ Ano 84, n.º6573, 2 de setembro de 1967, p1-2.

⁴⁰ Ano13, 11 de março de 1897, Dr. Francisco Martins Sarmento, p.1.

Domingos Guimarães, o autor da notícia referida anteriormente menciona que antes de desenvolver o conhecimento na arqueologia Martins Sarmiento *nascera poeta*. Nela é possível ler que em 1855 publicou um volume de versos intitulado *Poesias*, no entanto esta publicação originou o aparecimento de críticos, que seria normal numa terra de província quando alguém tinha objetivos mais desenvolvidos que o normal. Estes chegaram mesmo a acusa-lo de plágio, facto que fez com que desistisse da poesia.

Nos periódicos é ainda destacada a presença de Sarmiento na imprensa, assunto desenvolvido no ponto 3.2.1. A notícia *Galeria Ilustrada de Vimaranenses notáveis- Francisco Martins Sarmiento*⁴¹, do *N.G.*, o P.^o Alberto Gonçalves destaca que além das publicações vimaranenses referidas no ponto 3.2.1, Martins Sarmiento marcou presença em jornais do Porto como o *Museu Ilustrado*, *Renascença*, *Vida Moderna*, *Arte Portuguesa* entre outros, tendo mesmo chegado a colaborar no *Ocidente*, periódico lisboeta e no *Tirocinio*, de Barcelos.

Na realidade, o reconhecimento local, nacional e também no estrangeiro aparece noticiado em vários periódicos. Em 1933, é publicada uma notícia⁴² por Eduardo de Almeida no *Comércio* que refere que Martins Sarmiento *trabalhava com rigorosos métodos científicos em século de luta entre naturalistas e românticos literários*. Devido a isto e às suas ações culturais, é ainda referido na notícia a edificação de *nova obra (...) como devida homenagem, a Sociedade Martins Sarmiento*. A partir da notícia o autor menciona que através da criação da instituição não se pretendia que o nome de Martins Sarmiento perdurasse para a posterioridade, no entanto esperava-se como missão que guardasse, e seguisse, *as lições do Mestre* ao ter como lema principal a promoção da instrução popular em Guimarães.

Martins Sarmiento ainda acompanhou os primeiros anos de existência da Sociedade, tendo mesmo feito diversas doações, financeiras e materiais como por exemplo de dois braceletes de ouro, lápides romanas, uma coleção de numismática e de gravuras do século XVIII e XIX, assim como o espólio encontrado na Citânia de Briteiros e no Castro de Sabroso. Estas doações foram também anunciadas na imprensa local. A título de exemplo, referira-se a notícia *Sociedade Martins Sarmiento*⁴³ do *Religião e Pátria*, onde é mencionado que o *Dr. Francisco Martins Sarmiento fez conduzir para o museu da Sociedade vários exemplares arqueológicos das ruínas da Citânia*.

⁴¹ Ano9, n.º419, 18 de fevereiro de 1940, p.2.

⁴² Ano 50, n.º4671, 9 de junho de 1933, p.1.

⁴³ Série 47, 24 de maio de 1890, p.2.

A notícia da morte de Francisco Martins Sarmiento, a 11 de agosto de 1899, é capa do *Comércio de Guimarães*⁴⁴ divulga que *acaba de soltar o último alento o sábio ilustre (...) eclipsando-se agora para rebrilhar com puríssima luz nas páginas da história*. Nela é ainda possível notar que a notícia foi recebida com grande tristeza, passando *funebremente sobre Guimarães em lágrimas*, mencionando a sua divulgação por todos os cantos do país.

O arqueólogo tinha já alguns problemas de saúde, no entanto, no último período da sua vida, segundo o noticiado, na notícia anterior, sofreu de uma congestão espinal que lhe causou paralisia dos membros inferiores e depois se propagou para o cérebro, sendo isto *resultado do seu profundo amor pelo estudo* e do excesso de trabalho.

O impacto da notícia do falecimento abrangeu toda a sociedade de Guimarães, que lhe prestara uma última homenagem, assistindo ao seu velório, como dá conta a notícia denominada *Francisco Martins Sarmiento- honras fúnebres*⁴⁵, do *Comércio* relatando que, de uma forma geral, artistas, industriais e comerciantes, as classes mais baixas e as mais abastadas acompanharam *religiosamente até beira-tumulo o grande português extinto*.

As homenagens após a sua morte não se verificaram apenas ao momento fúnebre, tendo mesmo durado vários meses após a sua morte, como a imprensa dá notícia. A promoção de um cortejo organizado pela Direção da Sociedade, para dia 11 de março, de 1900, ou a publicação de um número especial da *Revista de Guimarães* (1900), que contém textos de homenagem, escritos por amigos mais próximos, ou simplesmente por admiradores da sua personalidade e dos seus feitos, constituem duas das homenagens de maior relevo.

Mais uma vez os tributos a Martins Sarmiento eram vistos com grande entusiasmo pelo povo vimaranense, deduzindo-se uma elevada adesão. Relativamente ao cortejo, segundo consta no artigo do *Comércio de Guimarães*, de 9 de fevereiro de 1900⁴⁶ deveria ser realizado de forma majestosa, sendo constituído por cinco carros alegóricos. Estes seriam representados por instituições vimaranenses, como a própria Sociedade Martins Sarmiento, sendo o desta o primeiro; em segundo, o dos alunos da escola Industrial; o terceiro, far-se-ia representar pela Agricultura; o quarto carro, o dos Bombeiros Voluntários de Guimarães e, por fim, o carro representado pela Tipografia Minerva. A completar o cortejo, bandas de música que acompanhavam outras associações vimaranenses e, também, classes sociais. Na notícia é ainda

⁴⁴ Ano 16, n.º 1410, Dr. Francisco Martins Sarmiento, 11 de agosto de 1899, p.1.

⁴⁵ Ano 16, n.º 1412, 18 de agosto de 1899, p.1.

⁴⁶ Ano 16, n.º 1458, Sociedade Martins Sarmiento, p.2.

referido que a classe operária constituía grande parte do cortejo, muito possivelmente devido ao incentivo que Francisco Martins Sarmiento deu ao desenvolvimento da instrução desta classe. Como forma de aumentar a interação dos vimaranenses na festa de homenagem, a Direção lançou o convite para a ornamentação das janelas das Associações por onde o cortejo passava.

*Sociedade Martins Sarmiento*⁴⁷ intitula o artigo do *Comércio*, onde é feito um balanço positivo desta festa de homenagem. Tal como é referido, os mais exigentes, tanto de Guimarães como de fora, que presenciaram, ficaram bastante satisfeitos. Esta notícia é igualmente divulgada em diversos jornais portugueses, que descrevem a grandiosidade das festas. No entanto, na notícia anteriormente referida é ainda mencionado que apesar de tudo correr bem, ninguém esperava que numa pequena e modesta terra de província fosse possível organizar eventos de homenagem com tal êxito e grandiosidade, podendo, desta forma, Guimarães começar a ser comparada às grandes cidades.

Após a morte do patrono da Sociedade, a imprensa passou a noticiar igualmente, aquilo que, de forma testamentária, foi deixado à instituição. Segundo o seu testamento e a notícia *Martins Sarmiento e o seu legado*⁴⁸ comunicada no *Comércio de Guimarães*, a Sociedade Martins Sarmiento herdou a administração e conservação da Citânia de Briteiros, todos os livros da sua biblioteca, a regularização automática das dívidas que tinha em relação a ele, a Quinta do Carvalho em S. Salvador de Briteiros e a casa onde vivia, localizada no atual Largo Francisco Martins Sarmiento, para a instalação de um instituto de ensino. Nela é ainda possível de ler que além dos bens, a Sociedade Martins Sarmiento herdou também a missão de seguir com os ideais que levaram a sua formação, promovendo a instrução da classe trabalhadora.

Tal como referido anteriormente, os textos de homenagem eram feitos constantemente através dos jornais da cidade. O *Comércio de Guimarães* é o que, dentro dos três periódicos escolhidos, se destaca com maior número de artigos de homenagem, justificado pelo seu período de existência, sendo que o *Religião e Pátria* termina em 1894 e o *Notícias de Guimarães* apenas inicia a sua publicação em 1932. Em 1922, o *Comércio* volta a destacar-se com a publicação de um número especial de homenagem à Sociedade Martins Sarmiento e ao seu patrono, como forma de demonstrar a amizade entre ambas as entidades, entre a SMS e o *Comércio de Guimarães*.

⁴⁷ Ano 16, n.º 1467, Sociedade Martins Sarmiento, 16 de março de 1900, p.1.

⁴⁸ Ano 99, n.º 7356, 18 de março de 1983, p.1/2.

Das várias notícias publicadas no número em questão, duas merecem particular destaque, da autoria de dois vimaranenses conhecidos na época, Francisco Martins e de Alberto Vieira Braga, conhecido pelos seus estudos sobre tradições populares. Francisco Martins refere a Sociedade Martins Sarmento como a *síntese brilhante dos mais nobre estímulos*⁴⁹, traduzindo-se numa instituição que cumpre todos os objetivos (...*estímulos*...) propostos pelo seu patrono e pela geração que a fundou. Desta forma, como menciona o autor, à data da notícia acreditava-se ainda na crença de Martins Sarmento, e continuava-se a exercer-la com o fulgor que ele lhe legou, de forma a propagar para gerações futuras o amor que este dedicava a Guimarães e à sua população, referindo-se à cidade como *sua pátria muito amada*.

Por sua vez, Alberto Vieira Braga⁵⁰ escreve no seu artigo que as homenagens que glorificassem um homem e fizessem recordar a sua obra eram sempre justas e de interesse e que assim fosse para sempre. Desta forma afirma ainda, para que o respeito a Martins Sarmento e o amor à instituição, que dele herdou o nome, fossem cada vez maiores e mais propagados pelas gerações futuras.

Na década de 30, a Sociedade começa a ser novamente merecedora de destaque por parte do *Comércio e Notícias de Guimarães*, devido à organização das Comemorações do Centenário do Nascimento de Francisco Martins Sarmento. Ambos os jornais começam a publicitar a organização desta homenagem cerca de um ano antes da mesma. O *Notícias de Guimarães* fá-lo primeiro, através do artigo intitulado *Centenário Sarmentino*⁵¹ mencionando que a data da notícia marcava o tempo ideal para a preparação do programa à altura da figura homenageada e não menos ao nível de uma cidade que tem a responsabilidade de tal. Nesta é ainda sugerido a construção de uma estátua de homenagem e a reunião dos apontamentos e correspondência de Martins Sarmento num volume intitulado *Dispersos*. Em março, o mesmo jornal⁵² refere-se novamente ao tema em questão, alegando que o programa não seria pomposo, por carência de recursos, e poderia mesmo ser discreto e simples, mas que, no entanto, teria que ser digno do homem que se pretendia exaltar. Ainda no mesmo periódico (*N.G.*), em agosto é publicada a notícia *A comemoração do Centenário Sarmentino*⁵³, na qual Mário Cardoso (presidente da

⁴⁹ Ano 38, n.º 3572, 7 de março de 1922, p.3.

⁵⁰ Ano 38, n.º 3572, Sociedade Martins Sarmento em festa, 7 de março de 1922, p.2.

⁵¹ Ano 1, n.º 3, 25 de janeiro de 1932, p.1.

⁵² Notícias de Guimarães, ano 1, Relance da obra de Martins Sarmento, 7 de março de 1932, p.1.

⁵³ Notícias de Guimarães, ano 1, n.º 32, 21 de agosto de 1932, p.1/3.

Direção da SMS à data) divulga o surgimento da ideia, por parte da Direção, em festejar o centenário não no dia 9 de Março, como seria expectado, mas entre julho e agosto. O principal objetivo seria fazer com que coincidisse com as festas Gualterianas, ocorridas em agosto, para que assim existisse uma maior colaboração entre organizadores, e para que o incentivo dos vimaranenses participar fosse ainda maior.

Com o passar do tempo, a Direção foi desenvolvendo o programa das comemorações e, em dezembro do mesmo ano, é transcrita uma circular no *Comércio de Guimarães*⁵⁴, enviada a todas as agremiações culturais do país, a convida-las a participação na homenagem. Não era da vontade da Sociedade que as comemorações apenas se restringissem aos locais, sendo incentivada a atração de atenções de todo o país e até do estrangeiro.

A decisão de mudança de data das comemorações foi alvo de críticas, e como os jornais eram, na época, um dos principais meios de propagação, foram também publicadas notícias sobre o assunto. Alfredo Pimenta foi um dos críticos desta decisão e, segundo refere no artigo *O centenário de Martins Sarmento*⁵⁵, do *Notícias* a Direção da Sociedade adaptou o programa para que as comemorações se realizassem até mais tardar, finais de Junho, para que não se cruzassem com as Festa da Cidade e tivessem a exclusividade merecida.

*A comemoração do 1º Centenário do ilustre vimaranense Dr. Martins Sarmento*⁵⁶ é o título da notícia publicada no *Notícia*, na qual é feita a descrição pormenorizada das comemorações, dignas da memória do patrono da Sociedade, *que atingiram o máximo brilhantismo*.

Por fim, e após cerca de 70 anos, outro dos temas que teve maior destaque foi o Centenário da morte de Martins Sarmento, ainda que a instituição e o seu patrono tenham sido alvo de notícia entre as datas de ambos os centenários. Tal como nas comemorações do centenário anteriormente descrito, as notícias começam a surgir cerca de um ano antes da sua realização. A 11 de julho, de 1998, com a publicação do artigo *Centenário da morte de Martins Sarmento*⁵⁷, começam a ser divulgados no *C. G* os preparativos, anunciando-se a data da homenagem, que ocorreu entre março e novembro, de 1999, com a realização de várias

⁵⁴ Ano 49, n.º 4926, Centenário de Martins Sarmento, 20 de dezembro de 1932, p.1

⁵⁵ Ano 1, n.º 51, 8 de janeiro de 1933, p.1.

⁵⁶ Ano 2, n.º 73, 18 de junho de 1932, p.2.

⁵⁷ Ano 114, n.º 7981, 11 de junho de 1998, p.15.

iniciativas culturais. Entre estas, mereceu destaque o Congresso de Proto-história Europeia, tal

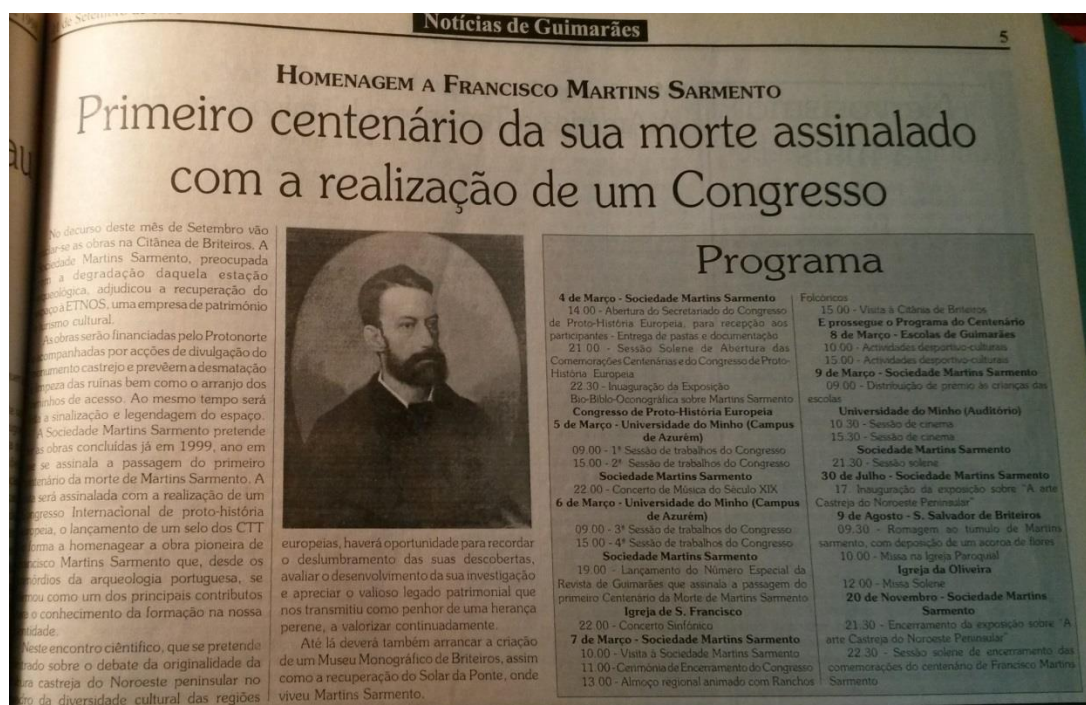


Figura 12 - Notícia sobre o centenário da morte de Sarmento, do nº 3481 do Notícias de Guimarães de 11 de Setembro de 1998. (Foto do autor, autorizada pela SMS)

como referido na notícia⁵⁸ do Notícias de Guimarães, exposta na figura 12.

A uma semana do início, as Comemorações são novamente publicitadas no *Comércio de Guimarães*⁵⁹ com a publicação da notícia da autoria de Elisabete Pinto. Na notícia é referido que apesar da maior frequência de homenagem após o falecimento de Martins Sarmento, a sua obra já tinha começado a ser reconhecida ainda em vida pelos seus conterrâneos, através da criação da SMS, como foi mencionado anteriormente no ponto 6.1. A partir da leitura da mesma é possível verificar o programa das Comemorações em pormenor e nela constavam o Congresso de Proto-história Europeia, anteriormente referido, a normal entrega de prémios, feita a 9 de março, concertos musicais, uma romaria e missa (ocorridas em agosto), uma exposição sobre os aspetos da vida de Martins Sarmento e, ainda, outra de homenagem a José de Sampaio, 1º presidente da Sociedade (em setembro).

⁵⁸ Ano67, nº3481, *Homenagem a Francisco Martins Sarmento- Primeiro centenário da sua morte assinalado com a realização de um congresso*.11 de Setembro de 1998,p.5

⁵⁹ Ano 115, nº8014, Presidente da República preside às comemorações do centenário da morte- Quem foi Martins Sarmento?, 25 de fevereiro de 1999, p.9)

No final das comemorações foi novamente feito um balanço através da imprensa da entrevista publicada no *Comércio de Guimarães*⁶⁰ na qual Santos Simões afirma que, apesar de o programa ser complicado, correu da melhor maneira possível.

Pode-se concluir que Martins Sarmiento foi um dos temas mais focado pelos periódicos analisados, tendo como principal objetivo perpetuar o seu nome para as gerações que não acompanharam os seus feitos e não têm pleno conhecimento da sua dimensão para Guimarães.

6.3 Edifício da Sociedade: mudanças de instalações e construção do atual

A evolução associada aos diferentes espaços que acolheram a Sociedade Martins Sarmiento foi igualmente um assunto que mereceu bastante atenção na imprensa vimaranense.

No *Religião e Pátria* são destacadas duas das mudanças de instalações. A primeira, de 19 de julho de 1882⁶¹, refere-se ao arrendamento do palacete do Carmo (pertencente ao Conde de Pindela) para a realização das sessões e instalação da sua biblioteca. A segunda mudança foi feita, no ano de 1885, para o edifício que estaria na posse do Sr. Alfredo Prazeres Soares, localizado na rua de Santa Luzia, como retratado no periódico anteriormente referido no artigo intitulado *Sociedade Martins Sarmiento*⁶² (Figura 13) e no ponto 3.3 deste trabalho.

⁶⁰ Ana Delgado, Ano 116, nº8050, Terminaram as Comemorações da morte de Martins Sarmiento-Balanço positivo, 25 de novembro de 1999, p.13.

⁶¹ Série 32, nº9, Sociedade Martins Sarmiento, 19 de julho de 1882,p.2

⁶² Série38, nº7, 18 de julho de 1885, p.2.

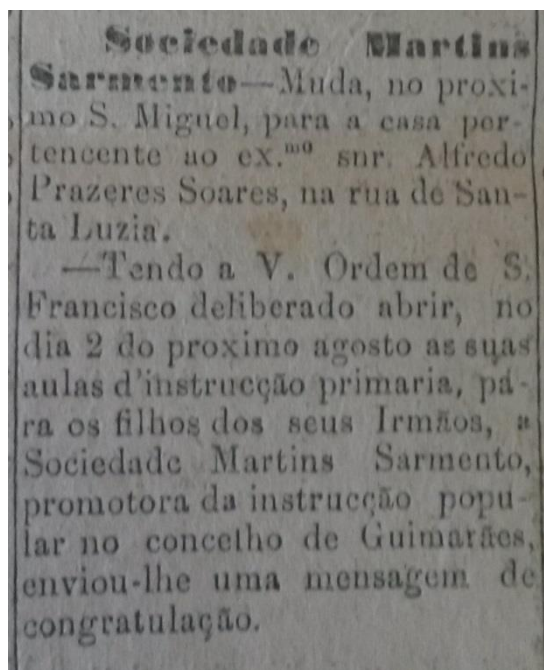


Figura 13- Notícia sobre a mudança de edifício da SMS do nº9 do *Religião e Pátria* referente a 18 de julho de 1885. (Foto do autor, autorizada pela SMS).

No *Religião e Pátria*, são ainda noticiadas⁶³ as fases respeitantes à aprovação do projeto-lei que concedeu a cedência do antigo convento de S. Domingos à Sociedade, e o contrato existente entre esta e a Ordem de S. Domingos, em 1888.

A partir de 1884 é possível fazer um cruzamento entre as notícias sobre a temática em questão referentes ao *Religião e Pátria* e ao *Comércio de Guimarães*.

Na realidade, o *Comércio* é o jornal onde o tema referente às instalações é analisado com maior detalhe, uma vez que o seu período de publicação abrangeu, quase na totalidade, as fases de mudança de alojamentos, bem como as várias etapas de construção do edifício atual. Assim, a 10 de agosto de 1885⁶⁴, é noticiada a mudança anteriormente mencionada, para o edifício localizado na rua de Santa Luzia. No entanto, a fase mencionada com maior pormenor é a da construção do edifício atual da instituição. São referidas notícias acerca da aprovação, em 1885, pela Assembleia Geral, da proposta de compra do terreno *destinado à edificação de uma casa para a Sociedade, situado na extremidade da Rua Gil Vicente*⁶⁵. O principal objetivo da Assembleia Geral era a instalação conveniente da biblioteca, dos museus de arqueologia e numismática, bem como a criação de outros espaços destinados à instrução da população.

⁶³ Série 43, nº20, 10 de março de 1888, p.3.

⁶⁴ *Comércio de Guimarães*, ano2, nº113, Sociedade Martins Sarmiento, 10 agosto de 1885, p.2.

⁶⁵ *Comércio de Guimarães*, ano 2, nº115, Sociedade Martins Sarmiento 17 de agosto de 1885, p.2.

Em 1889 é publicada uma notícia no *Comércio de Guimarães* na qual é referida a autorização das obras das galerias envidraças que encimam o claustro sendo ainda mencionado que as plantas elaboradas para a acomodação destes espaços (museu arqueológico e numismático) foram da autoria do Sr. Inácio Teixeira de Menezes, mencionado como ilustre capitão de engenharia⁶⁶, tal como afirmado no ponto 3.3.

No final da década, é noticiada no *Comércio* a aprovação do projeto da fachada, e alargamento do edifício, com o consentimento do Arquiteto Marques da Silva, sendo que, à data da notícia, 19 de maio de 1899, as obras já teriam sido iniciadas⁶⁷.

Como mencionado no capítulo 3.3, apesar de um longo período de paragem das obras, o ano de 1935 marca a sua continuidade, como noticia o *C.G.*⁶⁸. Segundo a notícia intitulada *Sociedade Martins Sarmiento* o reinício das obras significou *uma linha de continuidade que marca um passado ressurgente*, que se resume à personalidade de Francisco Martins Sarmiento, que, na sua missão em servir a cidade, a dotou de um monumento ligado *à instrução e ao progressos e vitalidades da terra*.

Em 1950, o *Comércio* refere-se novamente às obras da sede da Sociedade, noticiando⁶⁹ o fim da primeira fase das obras. É ainda referida a posição da Direção que, de forma persistente e dentro de um governo escrupuloso, conseguiu que a zona norte do edifício ficasse concluída.

A década de 60 é marcada pela publicação de notícias no *Notícias de Guimarães*. De uma forma geral, ao longo dos diferentes anos de publicação, surgem notícias sobre o avançado estado das obras. Numa notícia de outubro de 1960⁷⁰ é salientada a *forma ativa* com que as obras prosseguiram, após a paragem de vários anos por falta de verbas. É também indicado que dentro de meses a estrutura geral do edifício ficava concluída, seguindo-se a conclusão dos interiores. Refere, ainda que para a sua conclusão foram fundamentais as ajudas financeiras, dadas sobretudo pela Câmara Municipal de Guimarães e pela Fundação Calouste Gulbenkian. Este tipo de agradecimentos são novamente feitos numa notícia, em 1963, intitulada *As obras da Sociedade Martins Sarmiento*⁷¹. Nesta, para além das instituições mencionadas na notícia

⁶⁶ Ano6, n.º 469, Sociedade Martins Sarmiento, 13 de julho de 1889, p.1.

⁶⁷ Ano 15, n.º1387, Sociedade Martins Sarmiento, 19 de maio de 1899, p.2.

⁶⁸ Ano 51, n.º4833, 29 de junho de 1935, p.2.

⁶⁹ Ano66, n.º5663, Sociedade Martins Sarmiento, 17 de março de 1950, p.2.

⁷⁰ Ano29, n.º1505, Sociedade Martins Sarmiento, 30 de outubro de 1960, p.6.

⁷¹ Notícias de Guimarães, ano32, n.º1660, 20 de outubro de 1963, p.1.

anterior, são feitos agradecimentos à Direção, presidida pelo Coronel Mário Cardoso, e às ajudas financeiras feitas através do despacho do Ministro da Obras Públicas, Sr. Eng. Arantes e Oliveira.

Apesar de não ser diretamente referido nas notícias o início da segunda fase das obras, em 1958, orientadas pela filha e genro do arquiteto Marques da Silva, após o seu falecimento, é assinalada a descrição da inauguração do edifício, em 1967, com todo o pormenor, no *Comércio de Guimarães*. Com o título *O Senhor Presidente da República em Guimarães inaugura hoje a fase final das obras da Sociedade Martins Sarmiento (...)*⁷², a notícia refere que, com a conclusão das obras da sede da SMS, se concretizou o sonho de diversas Direções, apesar das dificuldades económicas que caracterizaram todo o processo. Através da análise deste artigo, é também possível verificar as diferenças introduzidas no edifício com as obras. Assim, antes da fase final, o edifício limitava-se à fachada, ao salão nobre, inaugurado a 9 de março, de 1907, de acordo com a notícia do *Comércio de Guimarães*, de 8 de fevereiro, de 1907⁷³, e às salas destinadas à biblioteca. Após as obras foram acrescentadas, no rés-do-chão, as galerias de arte e, no primeiro andar, a sala de leitura.

Depois a inauguração do edifício não existem mais notícias nos periódicos escolhidos, muito embora se saiba que conheceu, por diversas vezes, pequenas modificações e obras de manutenção.

A cobertura noticiosa referida permite concluir que o processo de construção de um edifício adequado às múltiplas valências da Sociedade era do interesse de toda a sociedade vimaranense, por isso noticiado na imprensa local. Símbolo da dignidade do seu patrono e da sua obra, mas também da cidade, a sua inauguração mereceu as honras de estado.

6.4 Património museológico e documental

O património atualmente pertencente à Sociedade Martins Sarmiento foi sendo constituído ao longo dos tempos, em parte resultante de doações feitas à instituição, algumas das quais foram sendo noticiadas nos periódicos vimaranenses.

De uma maneira geral, os três periódicos selecionados para análise neste trabalho salientam as doações feitas tanto aos museus como à biblioteca da instituição, como forma de agradecer publicamente aos autores das doações em questão.

⁷² Comércio de Guimarães, ano 84, n.º6562, 17 de junho de 1967, p.1/2.

⁷³ Ano 23, n.º2134, Sociedade Martins Sarmiento, p.2.

A primeira notícia que importa destacar, ainda que já referida, relaciona-se com a abertura do museu arqueológico, a 14 de fevereiro, de 1885, no *Religião e Pátria* ⁷⁴, divulgada, dois dias depois, de forma idêntica, no *Comércio de Guimarães* ⁷⁵. Em ambos é apontada a lentidão existente em Portugal relativamente a iniciativas culturais, destacando o seu papel na cidade de Guimarães, como uma das cidades do país onde este tipo de investimentos era feito com maior frequência.

Algumas das peças doadas aos museus da Sociedade foram noticiadas e apresentadas aos leitores com maior pormenor, como, com frequência, aparece no *Comércio de Guimarães*. É o caso da inscrição funerária, de caracteres góticos datada do século XIII, que foi oferecida pelo Sr. Sebastião Ribeiro da Silva Guimarães⁷⁶, noticiada em 1885, ou da doação de machados da Idade da Pedra e de vasilhas encontradas em cemitérios pagãos, assim como de moedas de várias origens e diferentes períodos históricos, doadas pelo Dr. José de Barros Silva⁷⁷, médico em Marco de Canaveses. Outro exemplo é o da oferta da coleção de tijolos e mosaicos romanos, encontrados nas Termas Romanas de Vizela⁷⁸.

Com o passar dos tempos o número de doações foi aumentando, uma vez que muitos dos colecionadores que investiam na arqueologia, queriam também contribuir para o enriquecimento da Sociedade.

A apesar das doações serem fundamentais, o papel de Francisco Martins Sarmento foi igualmente decisivo para a organização e enriquecimento dos museus arqueológico e numismático. Em 1887, são noticiados no *Religião e Pátria*⁷⁹ os trabalhos de organização do museu arqueológico dirigidos pelo arqueólogo vimaranense, após a conclusão das novas galerias do museu. São ainda várias vezes noticiadas as doações, feitas por Martins Sarmento, dos materiais originários das escavações que realizava, como noticia o *Comércio* ⁸⁰, designadamente

⁷⁴ Série 37, n.º 15, *Museu Archeologico*, 14 de fevereiro de 1885, p.2.

⁷⁵ Ano1, n.º68, 16 de fevereiro de 1885,p.1.

⁷⁶ Ano 2, n.º135, Sociedade Martins Sarmento, 16 de fevereiro de 1885, p.1.

⁷⁷ Ano 4, n.º319, Sociedade Martins Sarmento, 7 de novembro de 1887, p.2.

⁷⁸ Ano10, n.º841, Sociedade Martins Sarmento, 25 de maio de 1993, p.2.

⁷⁹ Série 42, n.º5, Sociedade Martins Sarmento, 16 de julho de 1887, p.2.

⁸⁰ Ano 8, n.º 698, 18 de junho de 1891, p.3.

a oferta de uma *pedra com inscrição*, encontrada na freguesia de Pedome (Guimarães), ou dos monumentos encontrados em Braga e na freguesia de Santo Estevão de Briteiros⁸¹.

Relativamente às ajudas financeiras dadas por Martins Sarmento à Sociedade, refira-se, por exemplo, a aquisição de um monumento arqueológico, devido à curiosidade que despertava na altura, designado por Colosso de Pedralva, ou também a compra de propriedades que possuíam monumentos arqueológicos. Relativamente ao Colosso de Pedralva, adquirido por Sarmento em 1876 apenas em 1929 foi transportando para o museu arqueológico da Sociedade, de acordo com a notícia do *Comércio de Guimarães*⁸². Relativamente à aquisição de terrenos, em 1891⁸³, numa notícia acima mencionada, é referido que Francisco Martins Sarmento aproveitou uma lei que estava em vigor que possibilitava a instituições literárias como a Sociedade Martins Sarmento, adquirir bens imóveis destinados a exploração ou conservação, solicitando à instituição a autorização em comprar dois terrenos, um localizado em Viana do Castelo e outro em Trás-os-Montes, que possuíam dolmens e as respetivas mamoaas.

Após a organização do museu arqueológico, continuou durante vários anos a ser alvo de doações de privados sendo frequentemente referido nos periódicos em questão.

No caso das doações feitas à biblioteca da Sociedade constituída maioritariamente por material bibliográfico originado por este meio, eram também motivo de notícia, publicando os autores das mesmas, como forma de agradecimento público.

Para além das doações de materiais, informações como balanços relativos à quantidade de espólio documental da biblioteca existente de ano em ano e a formação e publicação de catálogos desta e do museu foram temas por várias vezes destacados na imprensa.

Desta forma, é possível afirmar que os periódicos noticiavam os museus e a biblioteca da SMS, através d agradecimento da ajuda de externos (doações), e da exposição da evolução que ao longo dos anos o património teve.

6.5 Oferta educativa e cultural da instituição

Como já foi possível evidenciar, a atividade educativa da instituição foi desde o início noticiada na imprensa local. A notícia, já mencionada, do *Notícias de Guimarães* com o título

⁸¹ Comércio de Guimarães, Ano9, n^o764, Monumento arqueológico, 1 de agosto de 1892, p.2.

⁸² Ano45, n^o4267, Sociedade Martins Sarmento, 17 de maio de 1929, p.1.

⁸³ Comércio de Guimarães, ano 8, n^o 658, 18 de junho de 1891, p.3

*Instituição Gloriosa*⁸⁴ salienta as várias ações da SMS no que toca ensino primário, secundário e profissional, particularmente assinalada através da criação da escola profissional, Francisco de Holanda e da intervenção na colegiada da Oliveira para a instalação do Liceu de Guimarães (mais tarde apelidado de Liceu Martins Sarmiento). A criação da biblioteca popular foi outro dos elementos que marcou o desenvolvimento do ensino vimaranense, sendo mesmo considerada por Fernando Conceição, numa notícia publicada no 1º Caderno cinquentenário do *Notícias de Guimarães*, num *centro cultural vivo, dinamizador da educação popular em Guimarães*⁸⁵.

*Sociedade Martins Sarmiento e a causa da instrução*⁸⁶ (Figura 14), é o título do artigo do *Notícias* onde é afirmado que na época de criação da SMS, o ensino em Portugal caracterizava-se pelo défice de desenvolvimento, ou seja que a *instrução* foi *vítima de negligência*.



Figura 14- Notícia relativa à instrução incentivada pela SMS, do nº93 do *Notícias de Guimarães* de 5 de novembro de 1933 (Foto do autor, autorizada pela SMS).

No entanto, este défice começou a ser combatido através da criação de instituições como a Sociedade. Segundo João Moura Machado na notícia intitulada *A acção pedagógica da SMS*⁸⁷ a

⁸⁴ Ano 23, nº1162, 18 de abril de 1954, p.1-2.

⁸⁵ Ano51, nº2620, Sociedade Martins Sarmiento, uma instituição e uma época: Caderno cinquentenário do *Notícias de Guimarães*,19 de março de 1982, p.5-10.

⁸⁶ Ano2, nº93, 5 de novembro de 1933, p.3.

preocupação pedagógica dos fundadores da SMS refletia o ambiente vivido em Portugal na época, criado pelos ideais do Partido Regenerador. Nela é também defendido que é através da escola que o aperfeiçoamento social é atingindo, tendo como consequência direta o engrandecimento do país em que se vive.

Na notícia é ainda referido que Guimarães era vista como uma terra de província, que embora rica de profundos vínculos históricos, tinha à época carácter citadino recente e um nível de alfabetização muito baixo. Após a estruturação da SMS e da definição das suas bases no que toca à difusão dos elementos do povo vimaranense, as suas ações foram rapidamente visíveis. Ainda no artigo anterior é descrito que a principal preocupação seria o desenvolvimento do ensino popular e primário, existindo a possibilidade de ser gratuito para os mais carenciados. Refere-se que estas ações se basearam sobretudo na criação de cursos com aulas livres e gratuitas de desenho, línguas e outras disciplinas. Outro dos meios descritos por Mário Cardoso na notícia, já referida, *Guimarães e as suas instituições de cultura*⁸⁸ passaria pelo auxílio prestado na criação de escolas em aldeias. Esta tarefa foi por várias vezes noticiada no *Religião e Pátria*, sendo possível exemplificar pelas notícias referentes ao ano de 1884⁸⁹ e de 1887⁹⁰.

Além das tarefas referidas, segundo o artigo do *Religião e Pátria* intitulado *Instituto escolar da Sociedade Martins Sarmiento*⁹¹ a abertura do instituto, mencionado no ponto 6.1, foi uma das primeiras atividades realizadas pela Direção da SMS. Na notícia é referido que as principais disciplinas a lecionar seriam as línguas como o português, francês e o latim, as ciências humanas como a história e geografia e ainda a parte relacionada com as artes como o desenho e a geometria, sendo ainda mencionada a possibilidade de ser gratuito para os mais desfavorecidos economicamente.

Sendo, na época, a imprensa local um dos principais meios de difusão dos assuntos referentes a cada cidade era por várias vezes usado como meio divulgador da abertura dos cursos em questão.

⁸⁷ Notícias de Guimarães, ano 51, n.º2620, 1.º Caderno Cinquentenário, 19 de março de 1982, p.3-7.

⁸⁸ Ano15, n.º766, 6 de outubro de 1946, p.2.

⁸⁹ Ano1, n.º13, 17 de julho de 1884, p.3.

⁹⁰ Ano4, n.º307, 19 de setembro de 1887, p.2.

⁹¹ Série36, n.º37, 5 de novembro de 1884, p.2.

Em 1899 é publicada no *Comércio*⁹² uma notícia sobre um estudo feito pelo presidente da Direção da instituição à data da mesma, Dr. Domingos de Sousa Júnior, sobre a instrução popular de Portugal, em específico em Guimarães. Neste estudo é concluído que, apesar das atividades dirigidas pela SMS desde a sua formação, os meios de propagação do ensino na cidade eram ainda bastante atrasados, propondo o envio de uma proposta à Associação das Escolas Moveis (sediada em Lisboa) uma missão escolar pelo método João de Deus⁹³, sendo este inaugurado em novembro do mesmo ano.

A partir das primeiras décadas do século XX a preocupação na atuação da educação começa a ser alternada com a preocupação do desenvolvimento da cultura. A par das notícias de divulgação da abertura de curso começam também a aparecer, tanto no *Notícias* como no *Comércio de Guimarães* (dada a inexistência do Religião e Pátria na época), notícias de divulgação de conferências, exposições e até encontros temáticos na sede da SMS.

Vários são os títulos das notícias que podem comprovar o que anteriormente foi referido: *Sociedade Martins Sarmento- Congresso Arqueologia e Antropologia*⁹⁴; *Conferência sobre jornalismo na Sociedade Martins Sarmento*⁹⁵, *A Sociedade Martins Sarmento vai realizar o I Congresso de Numismatas*⁹⁶, *Abertura das Comemorações Centenárias de Gil Vicente (...) na Sociedade Martins Sarmento*⁹⁷. Através destes exemplos é possível concluir parte das atividades culturais estavam na sua grande parte ligadas às áreas da história e arqueologia, relativas à instituição e ao patrono e, também, aos assuntos relacionados com Guimarães, entre eles as datas comemorativas ligadas à sua história a temas de importante divulgação para os vimaranenses.

A atividade cultural tornou-se cada vez mais presente na Sociedade Martins Sarmento, atenuando-se ao longo dos tempos a ação educativa, facto notado também através a diminuição de publicações sobre o tema. Este pode ser justificado através da abertura de estabelecimentos,

⁹² Ano16, n°1406, *Sociedade Martins Sarmento*, 28 de julho de 1899, p. 2.

⁹³ Método regido pela Cartilha Maternal escrita pelo poeta João de Deus, que dava as bases da forma de ensino de leitura para crianças que se começou a difundir em Portugal em 1822 por decisão parlamentar sendo obrigatório até 1903.

⁹⁴ *Comércio de Guimarães*, Ano47, n°4399, 12 de setembro de 1930, p.1.

⁹⁵ *Notícias de Guimarães*, ano22, n°1123, 19 de julho de 1953, p.2.

⁹⁶ *Comércio de Guimarães*, ano 96, n°7187, 5 de outubro de 1979, p.1-2.

⁹⁷ *Notícias de Guimarães*, ano 34, n°1742, 16 de maio de 1965, p. 1-2

com o auxílio da Sociedade, como a Escola Francisco de Holanda e mais tarde do Liceu Francisco Martins Sarmento, já referidos.

Devido à evolução da educação e cultura em Guimarães, a Sociedade Martins Sarmento, como principal mentora, é constantemente homenageada na imprensa local. Em 1968, numa notícia⁹⁸ publicada no *Comércio*, refere que, devido ao seu desenvolvimento, a *instituição perpetua a memória do seu sábio patrono e constitui factor de expansão intelectual no meio vimaranense*.

Face a isto, em 1982, o Dr. J.M. Machado expõe na notícia⁹⁹ publicada no 1º Caderno Cinquentenário, já várias vezes citado, que passado um século após a criação da Sociedade, continuava-se *com os olhos postos ao exemplo dos fundadores, nos seus propósitos, continuar a sua caminhada (...), em prol da divulgação de elementos de ordem cultural*.

Relativamente aos periódicos escolhidos, todos tiveram um papel ativo na temática em questão, desde a publicação de notícias de divulgação da abertura de cursos técnicos a notícias de homenagem face ao desenvolvimento da cidade no que toca à instrução e à cultura incentivada pela Sociedade Martins Sarmento.

6.5.1 A festa do 9 de Março e a Revista de Guimarães

A festa do *9 de Março* e a *Revista de Guimarães* são dois dos elementos fundamentais da Sociedade Martins Sarmento que exemplificam os seus objetivos referentes à divulgação e incentivo da instrução e cultura popular.

*Sociedade Martins Sarmento: 9 de Março de 1882- 9 de Março de 1931*¹⁰⁰, é o título do artigo do *Comércio de Guimarães*, na qual é celebrado o cinquentenário da festividade (Figura 15). Nela é salientado o principal objetivo da festa, no que toca a premiar os alunos da cidade e são mencionadas as homenagens prestadas a personalidades que a honraram a SMS. Desta forma, refere-se que o *9 de Março* não pode passar de forma despercebida pelos vimaranenses, *devendo vibrar com intensa comoção no seu coração*.

⁹⁸ Ano 85, nº6636, Atividade desenvolvida pela Sociedade Martins Sarmento durante o mês corrente de Novembro, 16 de novembro de 1968, p.1-2.

⁹⁹ Notícias de Guimarães, ano 51, nº2620, 1º Caderno cinquentenário, A ação pedagógica da SMS, 19 de março de 1982, p.3-7.

¹⁰⁰ Ano48, nº4548, 8 de março de 1932,p.1.



Figura 15- Notícia do cinquentenário da festa do 9 de Março referente ao nº 4548 do Comércio De Guimarães de 8 de março de 1932. (foto do autor, autorizada pela SMS).

Na notícia pode ainda ler-se que a festa na sua grande parte foi celebrada no Salão Nobre da Sociedade, e marcada pela presença de mestres da história, das letras e das artes, membros do Governo que pretendiam mostrar e homenagear a prestação da instituição e, ao mesmo tempo, glorificar a cidade de Guimarães, por albergar uma entidade causadora de uma mudança fulcral na instrução e cultura popular. É ainda reconhecido que apesar da sucessão das gerações, a tradição foi *passando de mãos em mãos sem se extinguir, mostrando-se à data viva e resplandecente*.

A *Revista de Guimarães*, de cariz científico, começa a ser publicada em 1884, mostra-se como principal resultado da atividade cultural à qual a SMS se propôs desde a sua formação. Segundo o afirmado no artigo¹⁰¹ do *Comércio*, através dos seus artigos são destacadas áreas como a arqueologia, numismática, etnografia, história e biblioteconomia. Refere, ainda, que a *Revista* através das suas publicações tem prestado os *mais assinalados serviços à cultura*

¹⁰¹ Ano56, nº5161, 2 de agosto de1940, p.2.

portuguesa, pois constituía, à data da notícia, um valioso repositório de consulta no que toca às áreas anteriormente referidas, *e sobretudo às manifestações etnográficas e arqueológicas da nossa terra* (Guimarães). Na notícia em questão, é ainda mencionado que, face à posição que possui, como um dos elementos divulgadores de cultura, em 1940 foi publicada uma portaria de louvor, pelo Ministro da Educação Nacional, que enalteceu os serviços prestados pela revista.

Atualmente encontra-se com publicações em atraso, uma vez que foi alvo de várias paragens. No entanto a direção da instituição tem trabalhado para que as mesmas sejam acertadas. A última publicação, referente aos anos de 2010/2011 foi apresentada no dia 3 de março de 2016, celebrando assim os 132 anos desde a sua fundação. Desta forma, como é afirmado por Elisabete Pinto na notícia *Sociedade Martins Sarmento apresentou a Revista de Guimarães*¹⁰², a direção da SMS pretende destacar as investigações sobre Guimarães ou realizadas por vimaranenses, mostrando-se disponível para outro tipo de publicações desde que relacionadas com as áreas de história e arqueologia.

Ao destacar a festa do *9 de Março* e a *Revista de Guimarães* pretendeu-se dar a conhecer dos elementos referentes à atividade educativa e cultural da instituição que a acompanharam desde a sua formação até aos dias de hoje.

¹⁰² Comércio de Guimarães, A no132, n°8865, 9 de março de 2016, p.13.

Conclusão

O conceito de património é um conceito que atualmente se encontra bastante normalizado e por isso de fácil compreensão por parte da sociedade. Uma das principais preocupações passa pela conservação dos bens materiais e imateriais para que assim a memória sobre o passado de determinada sociedade ou localidade se perpetue de geração em geração. Mas, para isso, é fundamental que o património seja devidamente estudado, pois, antes de mais, constitui uma fonte a partir da qual podemos compreender e interpretar o passado. Não podemos patrimonializar, sem antes conhecermos o valor histórico e cultural dos bens herdados.

No entanto, para se chegar aos resultados visíveis nos dias de hoje, foi necessário um longo processo, existindo épocas da história fundamentais para a emergência do património como bem comum. O período caracterizado pelo Renascimento é uma delas, uma vez que se defende que foi através da necessidade de valorização do natural e do humano, face ao divino e sobrenatural, associados à Idade Média, que surge o conceito de património como bem comum a uma determinada comunidade. No entanto, esta noção ganha uma abrangência maior durante o período da Revolução Francesa, caracterizada por profundas alterações sociais, nomeadamente ao nível da valorização da identidade e da memória das nações.

No caso português, os séculos XV e XVI foram igualmente importantes para a emergência do património como bem comum, como se comprova pela existência de um número elevado de documentos associados a legislação régia, sobre a preservação e conservação dos bens do país. Apesar dos séculos anteriormente referidos serem marcantes para o processo de desenvolvimento da interiorização da noção de património em Portugal, apenas no século XIX se ganha maior consciência da sua importância, devido à necessidade de descobertas das origens e da essência cultural defendida pelos românticos da época, como seria o caso de Francisco Martins Sarmento.

A enorme quantidade de bens a preservar condicionou a necessidade de se proceder à sua categorização, e paulatinamente assiste-se a clarificação da noção de património, destacando-se as diferentes tipologias a ele associadas. Um dos exemplos é o património documental (conjunto de documentos que identificam elementos particularmente significativos para determinada cultura). Apesar de ter associado a ele, processos de conservação bastante metódicos, apenas a partir de 1900 surge a preocupação em reuni-lo em instituições, como as bibliotecas, museus e arquivos, de modo a garantir a sua preservação, mas também que se tornasse acessível a todos,

como bem comum. Esta circunstância permitiu o aumento da pesquisa histórica e da sua utilização como fonte para estudar o passado.

Do conjunto de documentos que se constituem identificativos da memória e identidade de uma cidade ou população, o jornal impresso é identificado e reconhecido pela sociedade, nomeadamente pelas instituições internacionais, como a UNESCO, como um dos elementos que o constituem. Paralelamente ao reconhecimento do património documental como um bem mundial, e o surgimento de programas como o Registo da Memória do Mundo, em 1992, a nível nacional e local, os documentos são cada vez mais valorizados como identificativos da memória e identidade de uma cidade ou população, é consequentemente utilizados para o seu estudo.

Através da pesquisa sobre os periódicos impressos de Guimarães conclui-se que a cidade é detentora deste tipo de publicações desde 1822, sendo a quarta cidade do país possuidora de imprensa. De uma maneira geral, a publicação dos periódicos esteve intimamente ligada ao ambiente político vivido em determinadas épocas. Assim, a associação de jornais a fações políticas foi um processo normal principalmente do século XIX, constituindo mesmo o principal meio de propagação dos partidos políticos. No século XX é visível a redução acentuada dos periódicos precisamente durante a época do Estado Novo, devido à existência da comissão de censura.

Devido aos carentes métodos de arquivação de espólio, a reunião dos periódicos na totalidade foi uma tarefa difícil de concluir, como se demonstra pela análise feita a todas as instituições vimaranenses detentoras de depósitos bibliográficos e arquivísticos, como é o caso da Biblioteca Municipal Raul Brandão, do Arquivo Municipal Alfredo Pimenta e da Sociedade Martins Sarmiento. Facilmente chegamos à conclusão que a SMS seria a entidade cultural possuidora da maior e mais completa coletânea de periódicos locais, depositada na sua biblioteca. Tal como era objetivo deste trabalho, paralelamente à valorização da imprensa periódica na dimensão cultural e patrimonial da Sociedade Martins Sarmiento, este trabalho permitiu inventariar todos os periódicos existentes na biblioteca da Sociedade Martins Sarmiento, e desta forma divulga-los para que também outros investigadores os possam utilizar nos seus estudos.

Após a inventariação da informação e do seu tratamento gráfico em, Excel procedeu-se à escolha de três jornais, justificada pela longevidade e periodicidade das suas publicações. Depois da análise dos periódicos locais, *Religião e Pátria*, o *Comércio de Guimarães* e o *Notícias de Guimarães*, podemos concluir que os dois últimos se evidenciam pelo elevado número de

notícias publicadas, sobre os mais variados temas relacionados com a Sociedade Martins Sarmento.

É possível concluir ainda que a tipologia das notícias difere entre as épocas. Por exemplo, durante o século XIX as notícias existentes contêm apenas o essencial a informar, enquanto a partir do século XX consta-se que as notícias são mais pormenorizadas, enquadrando historicamente a informação. Desta forma, no jornal *Religião e Pátria*, são apenas visíveis artigos com informação muito sucinta e resumida, uma vez que foi publicado entre 1862 e 1894. No caso do *Comércio de Guimarães* existem as duas tipologias de notícias anteriormente referidas: até cerca de 1900 as notícias existentes eram muito parecidas com os artigos do *Religião e Pátria*, de carácter resumido e pouco extensas, no entanto, com o passar dos anos verifica-se que as notícias publicadas além da informação principal teriam um enquadramento, para que o leitor percebesse as causas e justificação da sua publicação. Por sua vez, o *Notícias de Guimarães*, iniciado em 1932, possui já todas as notícias mais estruturadas, com o enquadramento e por isso mais extensas, tal como o *Comércio* a partir de 1900.

Entre o século XX e XXI, uma das principais diferenças registadas nas notícias produzidas, sobretudo durante o século XX, relativamente aos séculos anteriores, é o aparecimento da opinião crítica dos autores das notícias, que constantemente expõe os seus comentários pessoais na informação dada. Todavia, relativamente ao século XXI, as notícias são produzidas com base nos factos e não tanto de cariz opinativo. Outra das diferenças insere-se na periodicidade da publicação de artigos relacionados com a Sociedade. Durante o século XX o número de notícias era mais elevado do que no século XXI, uma vez que o jornal seria um dos principais meios de divulgação, até ao desenvolvimento da *internet*. Atualmente através das redes sociais da instituição são divulgados os eventos culturais da instituição, facto divulgado pela imprensa com maior frequência até finais do século XX.

Sendo a cultura e o património os temas-chave da nossa análise, os assuntos mais noticiados e que se encontram diretamente ligados são a formação da Sociedade enquanto instituição e edifício patrimonial, o valor desta para a cidade de Guimarães, bem como as homenagens prestadas pelos vimaranenses a Martins Sarmento. Além destes, questões relacionadas com os museus e a biblioteca da instituição são também bastante destacadas, como por exemplo as doações feitas e os autores destas e até a própria evolução periódica na organização de cada um. A divulgação dos programas educativos e culturais é também feita de

forma constante, sendo mais frequente nos inícios da formação da SMS uma vez que a na época a imprensa constituía o principal meio de divulgação de assuntos como este.

Relativamente aos três principais assuntos sobre a SMS referidos na imprensa vimaranense, destacam-se, no que diz respeito, o valor dado pela cidade e população vimaranense à SMS, podem-se destacar as constantes ajudas financeiras e os contratos entre a Sociedade e a Câmara municipal de Guimarães e adesão pela população às homenagens prestadas tanto à instituição como ao seu patrono, mostrando o reconhecimento dos vimaranenses da atividade praticada pela instituição. No que se refere ao edifício, as notícias publicadas pretendiam essencialmente mostrar as dificuldades inerentes a falta de condições e dignidade dos edifícios arrendados na fase inicial, e posteriormente, dar a conhecer o desenvolvimento dos trabalhos no atual edifício que alberga a SMS. Durante a fase de construção do edifício atual a imprensa serviu também como meio de publicação de pedidos de ajuda financeiros, tanto a privados vimaranenses como ao Estado.

Com a elaboração deste trabalho pretendeu-se dar a conhecer a biblioteca da Sociedade Martins Sarmiento, mais precisamente o património documental que alberga, uma vez que instituição é essencialmente conhecida pelo património museológico que possui, sendo mesmo, por vezes, desconhecida a existência da sua biblioteca. Constituindo a hemeroteca um dos acervos principais da instituição, pela sua antiguidade, mas também por permitir diferentes pesquisas relacionadas com a história da cidade, pareceu-nos ser de interesse usar a mesma fonte de informação para analisar o percurso da instituição, mas também testemunhar muito do que se sabe atualmente sobre a Sociedade e, sobretudo, sobre a sua dimensão patrimonial e cultural para a cidade, mas também para os habitantes de Guimarães. De facto, a Sociedade Martins Sarmiento foi desde o seu surgimento um dos assuntos de maior destaque na imprensa vimaranense, devido, sem dúvida, à sua importância contribuindo, mesmo para que a cidade se transformasse de uma cidade de província para uma cidade de aspirações modernas.

Por fim, importa igualmente considerar que, com este trabalho, contribuímos para que pesquisas futuras possam ser elaboradas, nomeadamente noutros periódicos que, apesar curto período de publicação, possuem notícias de relevância sobre a temática em questão.

Bibliografia

- Abreu, M. (1996) *O edifício da Sociedade Martins Sarmento*. Faculdade de Letras. Coimbra;
- Abreu, L. *A Sociedade Martins Sarmento*. s.l. s.d;
- Almeida, H. de. (1953). Ciclo de conferências públicas na Sociedade Martins Sarmento. Jornalismo vimaranense. Lição vibrante de amor à terra. *Revista de Guimarães*. nº 63. P.547-582;
- Anselmo, A. (1981). Origens da imprensa em Portugal. Lisboa : Imprensa Nacional - Casa da Moeda ;
- Babelon, J-P. e Chastel, A. (1994), *La notion de patrimoine*, Paris, Éditions Liane Levi ;
- Braga, A. V. (1940). O Quinquagésimo Aniversário da «Revista de Guimarães» e a Vida das Publicações Periódicas Vimaraneses. (Jan-jun.1940). *Revista de Guimarães*. Nº50, p.10-73;
- Cabral. M.L.R. (2013). Património bibliográfico e bibliotecas na construção da identidade colectiva. Entre um conceito e o seu desenvolvimento, 1750-1800. Tese de doutoramento. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa;
- Cachada. A. da C.S. (1993). Imprensa Vimaranesa nasceu há 170 anos. (jan-1993) *Viajante*.p.61-64;
- Cachada. A da C. S. (1995). A imprensa vimaranense no passado. (jan- 1995). *Viajante: Associação dos viajantes e técnicos de contas de Guimarães*. nº 9.p.15-21;
- Caldas, A. J. (1996). *Guimarães: apontamentos para a sua história*. Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães;
- Camargo. C. dos S. (2010). Património Arquivístico: acervos privados e interesse público. In XIV Encontro regional da ANFUH-RIO Memória e património, Rio de Janeiro, 19-23 Julho. 2010;
- Cardoso, M. (1961). *Francisco Martins Sarmento: esboço da sua vida e obra científica*. (2ª edição). Guimarães: Sociedade Martins Sarmento;
- Cardoso, M. (s.d). A sessão comemorativa da conclusão do edifício Sede da Sociedade Martins Sarmento. (s.e) Guimarães: (s.e);
- Carvalho. A. (2012). *Os Museus e o Património Cultural Imaterial. Estratégias para o desenvolvimento de boas práticas*. Lisboa: Edições Colibri e CIDEHUS-Universidade de Évora;
- Chastel, A. (1997), *La notion de patrimoine*, in P. Nora (org.), *Les Lieux de Mémoire*, Paris, Gallimard ;
- Choay, François (2006). *A Alegoria do Património*. Lisboa: Edições 70;

Costa, A. (2012). A Imprensa vimaranense nas primeiras décadas do século XX. Guimarães na Republica. Disponível desde 17 de Julho de 2012 e acedido em 15 de Março de 2016;

Cunha, J. M. L. da (2009). De fonte a objecto: o jornal impresso como património histórico-cultural. http://eventos.livera.com.br/trabalho/98-1020401_01_07_2015_21-37-48_7338.PDF. acedido a 17/8/2016 ;

Crivelli, R; Bizello, M. (2012). Patrimônio, documentos e informação. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/73989> em Janeiro de 2012 e acedido em Setembro de 2016;

Durand, J-Y (2005). Patrimónios/Patrimônios. In Jornadas sobre a função social do museu, 16, Montalegre, Portugal, 2005 – “Jornadas sobre a Função Social do Museu”. [S.l. : s.n., 2005?].

Edmondson. R. (2002). Programa memória do mundo. Diretrizes para a salvaguarda do património documental. Ed. rev. [S.l.]: Divisão da Sociedade da Informação/Unesco,2002.http://mow.arquivonacional.gov.br/images/pdf/Diretrizes_para_a_salvaguarda_do_patrim%C3%B4nio_documental.pdf , Acedido a 30 de Janeiro de 2016;

Fraga. C. M (1998). *Excertos do Diário de Francisco Martins Sarmento*. (s.e). Guimarães: Sociedade Martins Sarmento;

Lacoste, Y. (2003). *Dicionário de Geografia*. Lisboa: Teorema;

Lage, M. O. P. (2002). *Abordar o Património Documental: Territórios, Práticas e Desafios*. Guimarães: Núcleo de Estudos de População e Sociedade Instituto de Ciências Sociais. Universidade Do Minho;

Lima, H. (2014). O 25 de Abril e a imprensa portuguesa: impactos da revolução nas primeiras páginas dos jornais. *Comunicação ibero-americana: os desafios da Internacionalização : Livro de Atas do II Congresso Mundial de Comunicação ibero-americana (Confibercom 2014) Pesquisar Publicações da Ata de Conferência. II Congresso Mundial de Comunicação ibero-americana: Comunicação ibero-americana: os desafios da Internacionalização (Confibercom 2014)*, Braga13-16 Abr. 2014.

Magalhães. F. (2005). Museus, Património e identidade- ritualidade, educação, conservação, pesquisa, exposição. Maia: Profedições;

Marques. I.C. (2010). *O museu como sistema da informação*. Dissertação de mestrado. Faculdade de Letras. Universidade do Porto- Portugal.

Martins. A.J.F. (2002). Sociedade Martins Sarmento; Instituição secular e de cultura. Dissertação de Mestrado-Instituto de Educação- Universidade do Minho, Portugal;

- Meireles, M.J. (1999). *Francisco Martins Sarmento: exposição bio-biblio-iconográfica: catálogo*. (s.e). Guimarães: Sociedade Martins Sarmento;
- Mendes, A. R. (2012). *O que é Património Cultural*. Olhão: Gente singular;
- Neto, M. J. B. (1999). A Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e a Intervenção no Património Arquitectónico em Portugal. In M. Alçada & M. Grillo, *Caminhos do Património - Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais*. Lisboa: DGEM / Livros Horizonte;
- Neves, A. A. (1998). *Da sociedade do raio á Sociedade Martins Sarmento*.(s.e) s.l;
- Neves, A. Das. (2011). Imprensa vimaranense: Religião e Pátria. *Memórias de Araduca*. Acedido em Abril 25, 2016, em <http://araduca.blogspot.pt/2011/10/imprensa-vimaranense.7.html>.
- Pinheiro, A.M. (2005). *Marques da Silva em Guimarães: dois edifícios singulares: a Sociedade Martins Sarmento e a Igreja da Penha*. (s.e). s.l: Ana Maria Cunha Pinheiro, 2005;
- S. a. (1982). *A Sociedade Martins Sarmento: breve resumo da sua história e actividade culturais*. (2ª edição) Guimarães: Oficinas gráficas do Centro Juvenil de S. José;
- S.a (1956). *Estatutos e regulamento interno da Sociedade Martins Sarmento- acompanhados de informes e disposições diversos sobre a vida cultural e económica da mesma instituição*. Guimarães: Sociedade Martins Sarmento;
- S.a (s.d). *Livro de registos dos periódicos existentes na Sociedade Martins Sarmento*;
- S.a. (1862-1894). *Religião e Pátria*. Depositado na hemeroteca da Sociedade Martins Sarmento- Guimarães;
- S.a. (1884-2016). *Comércio de Guimarães*. Depositado na hemeroteca da Sociedade Martins Sarmento- Guimarães;
- S.a. (1931-2012). *Notícias de Guimarães*. Depositado na hemeroteca da Sociedade Martins Sarmento- Guimarães;
- Sampaio, J.C. (1999). *Francisco Martins Sarmento. Vida e obra*. (s.e) Guimarães: Sociedade Martins Sarmento;
- Santos. F.P.M.P. (2002). *Sociedade Martins Sarmento: espaço privado de leitura pública- a importância do doador na formação do leitor*. Dissertação de Mestrado- Instituto de Educação e Psicologia – Universidade do Minho, Portugal;
- Santos. F.P. (2006). *A biblioteca da Sociedade Martins Sarmento*. Lisboa: centro de história e cultura;

Sarmiento. I. *et al.* (2007). *José Marques da Silva em Guimarães*. (s.e) Guimarães: Sociedade Martins Sarmiento;

Sociedade. M.S. (1956). *Estatutos e regulamento interno da SMS: acompanhados de informes e disposições diversas sobre a vida cultural e económica da mesma instituição*. Guimarães: Sociedade Martins Sarmiento;

Sousa. J. P. (Coord.) *et al* (2010). *O pensamento Jornalístico Português: das origens a Abril de 1974*. (vol.1). (s.e). Covilhã: LabCom;

Sousa. J. P. (2009). Para uma historiografia da historiografia portuguesa do jornalismo: livros pioneiros sobre história do jornalismo publicados por autores portugueses em Portugal até à Revolução de Abril de 1974. *Revista Estudos de Comunicação*, vol. 10, n.º 22, Maio/Agosto de 2009, pp. 115-128;

Teixeira, A.J. (1894). *A biblioteca da Sociedade Martins Sarmiento em 1893*. (s.e) Porto: (s.e);

Tengarrinha, J. (1989). *História da Imprensa Periódica Portuguesa*. 2º Edição revista e aumentada. Lisboa: Editorial Caminho.

Anexos:

Anexo1:

CONTRATO DE 1 DE JUNHO DE 1882 ENTRE
A CÂMARA MUNICIPAL DE GUIMARÃES E A
SOCIEDADE MARTINS SARMENTO,
CRIANDO A BIBLIOTECA MUNICIPAL E CON-
FIANDO À SOCIEDADE A SUA ORGANIZAÇÃO
E ADMINISTRAÇÃO

- 1.º) É fundada nesta cidade uma Biblioteca Municipal e Popular, que terá de organizar-se conforme as disposições do Decreto de 2 de Agosto de 1870 e respectivo regulamento, com os livros que a Câmara possui, com os que o Governo fornecer e com os mais que possam adquirir-se.
- 2.º) A Câmara confia a administração da Biblioteca à Sociedade Martins Sarmento que a aceita, colocando-a na Casa das suas sessões.
- 3.º) A Biblioteca nunca deixará de ser propriedade municipal e somente serão propriedade da Sociedade as obras ou livros que ela adquirir a expensas suas, ou os que lhe forem oferecidos. Em caso de dúvida de a quem pertencerão as obras ou livros, supor-se-á que foram dados, ou oferecidos à Biblioteca Municipal, e por conseguinte propriedade dela.
- 4.º) A Biblioteca será aberta ao público nos dias e horas que se combinarem entre as duas corporações, e será facultada, pelo mesmo modo e na conformidade da lei, a leitura domiciliária, confeccionando-se os necessários regulamentos.
- 5.º) A Câmara dará para a Biblioteca o subsídio anual de

150\$000 reis, pelo menos, sendo o terço desse subsídio para a compra de livros e pago em duas prestações no fim de cada semestre. Para instalação da Biblioteca dará a Câmara igual quantia de 150\$000 reis.

- 6.º) A mobília da Biblioteca será propriedade municipal. A Sociedade organizará um inventário dessa mobília.
- 7.º) No Catálogo a Sociedade terá o cuidado de indicar os livros e obras de propriedade municipal, pondo em cada volume uma nota para indicar a corporação a que pertence.
- 8.º) A Sociedade dará à Câmara, em relatório anual, uma informação precisa sobre a administração da Biblioteca.
- 9.º) A Câmara exercerá a fiscalização da Biblioteca nos termos do Regulamento de 20 de Janeiro de 1871 e mais legislação respectiva.

(Acta da Assembleia Geral da Sociedade Martins Sarmento, de 1 de Junho de 1882).

Sociedade. M.S.(1956). *Estatutos e regulamento interno da SMS: acompanhados de informes e disposições diversas sobre a vida cultural e económica da mesma instituição*. Guimarães: Sociedade Martins Sarmento; p.53-54

REGULAMENTO
DA
BIBLIOTECA MUNICIPAL DE GUIMARÃES (*)

Aprovado em Sessão da Direcção da Sociedade Martins Sarmiento
de 11 de Outubro de 1882

CAPÍTULO I

Da Biblioteca Municipal de Guimarães

Artigo 1.º — A Biblioteca Municipal de Guimarães, criada pelas deliberações da SOCIEDADE MARTINS SARMENTO de 8 de Março e 1 de Junho de 1882 e pelas da Câmara Municipal da mesma cidade de 22 de Março e 5 de Maio do mesmo ano, divide-se em duas secções: 1.ª — *Biblioteca pública*; 2.ª — *Biblioteca popular*.

Artigo 2.º — A Biblioteca *pública* constará de todas as obras de erudição e ciência pura, de todas as obras e colecções de grande valor artistico, das edições raras, dos manuscritos, e, em geral, de todas as produções literárias e artisticas que não tenham immediata applicação ao ensino popular.

(*) As disposições deste Regulamento da Biblioteca Municipal têm de ser, presentemente, consideradas e cumpridas de harmonia com o actual contrato em vigor entre a Câmara Municipal e a Sociedade Martins Sarmiento (Novação de 7 de Março de 1934) e com os actuaes Estatutos aprovados por despacho ministerial de 8 de Agosto de 1955, e respectivo Regulamento da Sociedade.

Artigo 3.º — A Biblioteca *popular* conterá duas classes de produções: classe geral e classe especial.

§ 1.º — A primeira classe abrange os livros de religião, moral, história, direitos e deveres políticos, viagens, literatura, higiene, obras recreativas e quaisquer outras necessárias aos usos de vida das classes populares.

§ 2.º — A segunda classe abrange revistas, modelos, manuais industriais, agrícolas, comerciais, desenhos e inventos relativos às artes e ofícios, conforme as especiais condições económicas e industriais do concelho de Guimarães.

Artigo 4.º — A administração da primeira secção é da exclusiva competência da Sociedade; a da segunda fica sujeita, na conformidade das leis e do presente regulamento, à vigilância do Governo e da Câmara.

Artigo 5.º — As obras truncadas serão recolhidas num compartimento especial e distinto. O Director da Biblioteca esforçar-se-á por as completar, quer seja por donativo ou compra, ou por outra forma qualquer, distribuindo-as, depois de completas, pelas secções respectivas.

Artigo 6.º — Todas as condições constantes do acordo com a Câmara e todas as prescrições do decreto de 2 de Agosto de 1870 e regulamento de 20 de Janeiro de 1871 dizem unicamente respeito à segunda secção.

Artigo 7.º — Todas as determinações do presente regulamento, que não demarquem a sua acção especial, se entendem applicáveis a ambas as secções; no caso oposto sê-lo-ão unicamente para a secção indicada.

Artigo 8.º — Exceptuam-se, na execução dos artigos 6.º e 7.º, as prescrições referentes à propriedade dos livros, que vigorarão para ambas as secções.

CAPÍTULO II

Da leitura no estabelecimento

Artigo 9.º — A leitura na Biblioteca Municipal de Guimarães é ministrada em todos os dias feriados e na véspera dos mesmos dias.

Artigo 10.º — A Biblioteca estará patente ao público nos dias acima designados, durante o espaço de duas horas depois de anoitecer.

§ único — Conforme as diversas épocas do ano, o Director respectivo fará anunciar num jornal da localidade a hora precisa da abertura e encerramento da Biblioteca.

Artigo 11.º — A Direcção da Sociedade poderá prorrogar o prazo constante dos artigos anteriores, em número de horas ou de dias; mas nunca deixará de cumprir-se o estatuido nos mesmos artigos. (*)

§ 1.º — Quando seja adoptada qualquer resolução naquele sentido o director respectivo participará à Câmara essa resolução e a fará constar por anúncios em todos os jornais da localidade, que se publicarem no espaço

(*) — Presentemente o horário da leitura na Biblioteca é regulado pelo disposto no art.º 3.º do Regulamento interno da Sociedade (vide pág. 31), e ainda pelo da leitura nocturna (das 20 às 23 horas) estabelecida pela Câmara Municipal, a partir de 2 de Janeiro do corrente ano de 1956 (vide Acta da Sessão da Sociedade de 23-12-1955).

duma semana, e por um edital afixado na porta da casa da Sociedade.

§ 2.º — Se a Direcção tiver de restringir aquellas concessões seguirá o mesmo processo de publicidade indicado no § antecedente, fundamentando com toda a latitude, na sua participação à Câmara, esta resolução.

Artigo 12.º — A requisição de livros para leitura no estabelecimento só pode ser feita por escrito, devidamente assinada, e nas mesmas horas destinadas à leitura.

Artigo 13.º — A requisição do artigo anterior será feita ao secretário da Biblioteca, que entregará os livros e, passada a hora, os guardará convenientemente.

Artigo 14.º — As requisições serão satisfeitas pela ordem por que forem feitas e na mesma atendidas, quando seja requisitada a mesma obra por mais dum leitor.

CAPÍTULO III

Da leitura no domicílio

Artigo 15.º — Os habitantes de ambos os sexos do concelho de Guimarães podem requisitar na Biblioteca Municipal qualquer obra impressa, pertencente à 2.ª secção (*Biblioteca Popular*), para lerem no seu domicílio.

§ único — Exceptuam-se os dicionários, atlas ou quaisquer outras obras de consulta permanente, que só podem ser fornecidas para leitura ou exame no estabelecimento.

Artigo 16.º — Estes empréstimos fazem-se por termo (lançado no livro próprio) conforme o modelo apenso ao Regulamento de 20 de Janeiro de 1871, no qual se mencionarão todas as indicações da obra emprestada e se lhe taxará o valor, o qual ficará em depósito na Biblioteca desde o acto do empréstimo.

§ 1.º — A quantia depositada será equivalente ao valor total da obra quando esta constar de mais de um volume.

§ 2.º — Ninguém pode eximir-se, sejam quais forem as circunstâncias, nem à assinatura do termo, nem à responsabilidade pela falta do livro ou pelo dano nele causado.

Artigo 17.º — O empréstimo de livros é válido por oito dias para cada volume. Passado este prazo, o individuo a quem tiver sido emprestado qualquer volume, deve restitui-lo, entregando-o na Biblioteca ao secretário, durante as horas concedidas à leitura pública no estabelecimento.

Artigo 18.º — Todo aquele que não cumprir a disposição do artigo antecedente, perde o valor depositado.

Artigo 19.º — Aquele que restituir o livro em tal estado que ele não possa aproveitar-se, perde o valor em depósito.

§ único — O Director da Biblioteca é o único competente para apreciar da legitimidade da aplicação deste artigo.

Artigo 20.º — O individuo que não entregar o livro emprestado, nem quizer perder o valor em depósito, satisfará, entregando outro exemplar da mesma obra, e da mesma edição, em estado perfeitamente idêntico àquele.

Artigo 21.º — Enquanto o volume não for restituído, ou outro idêntico entregue em substituição, ou o seu preço definitivamente adjudicado à Biblioteca, não pode fazer-se novo empréstimo ao mesmo indivíduo.

Artigo 22.º — Quando o mesmo volume não tenha sido requisitado por outro leitor, dentro do prazo da primitiva concessão pode esta prorrogar-se em prazos sucessivos de oito dias, a requerimento do concessionário, por autorização única e exclusiva do Director.

Artigo 23.º — As requisições de livros para serem lidos no domicilio, só podem ser feitas no prazo marcado para a leitura no estabelecimento.

§ único — Estas requisições, assim como as entregas, serão feitas ao secretário da Biblioteca.

CAPÍTULO IV

Das leituras públicas e conferências

Artigo 24.º — O Director da Biblioteca promoverá a instituição de leituras públicas ou conferências, feitas nas salas da Biblioteca.

§ único — O Director esforçar-se-á por que haja ao menos um dia na semana destinado a este fim.

Artigo 25.º — Estes actos realizar-se-ão sempre a iguais horas das concedidas para uso público da Biblioteca, mas em dias diferentes.

§ único — Quando a Biblioteca haja de ser franqueada ao público em todos os dias da semana, a hora destinada à leitura ou conferência será uma limitação àquela concessão.

Artigo 26.º — O Director fará anunciar num dos periódicos da localidade, a leitura ou conferência, com o nome do leitor ou conferente, indicação da obra ou assunto escolhido, dia e hora fixados.

§ único — Quando a leitura ou conferência anunciada não puder, por qualquer motivo imprevisto, ser levada a efeito, ou for transferida para outro dia, o Director anunciará a ocorrência num dos periódicos da localidade, havendo tempo, e, no caso contrário, num edital afixado à porta da Sociedade.

Artigo 27.º — Nenhuma leitura ou conferência poderá ter lugar sem a aprovação da Direcção da Sociedade, sob proposta de qualquer dos seus vogais.

Artigo 28.º — Na leitura é permitida a análise ou critica das opiniões do autor e, em geral, todas as explicações, ampliações ou correcções que o leitor julgar convenientes.

Artigo 29.º — Nas leituras e conferências são absolutamente proibidas as apreciações deprimentes acerca de determinadas pessoas ou de quaisquer colectividades.

Artigo 30.º — O Director da Biblioteca é o encarregado de participar ao Administrador do concelho o dia e hora da leitura ou conferência, o que fará por officio com a devida antecedência.

CAPÍTULO V

Do pessoal da Biblioteca e forma dos serviços respectivos

Artigo 31.º — O pessoal da Biblioteca compõe-se dum Director, um secretário e de um continuo.

Artigo 32.º — O Director da Biblioteca é nomeado todos os anos pela Direcção da Sociedade, de entre os seus membros, na primeira sessão depois de eleita, em que são distribuídos os demais cargos da Direcção.

Artigo 33.º — O Director da Biblioteca é substituído por outro vogal da Direcção, eleito por cada ocasião, sempre que ele avise o Presidente da sua falta; não tendo havido aviso prévio, preenche o seu lugar o secretário da Biblioteca, unicamente para o efeito do n.º 1.º do art. 35.º.

Artigo 34.º — O Director da Biblioteca não vence remuneração de qualidade alguma.

Artigo 35.º — O Director da Biblioteca tem a seu cargo:

- 1.º) Superintender, dirigindo-o e fiscalizando-o, em todo o serviço da Biblioteca;
- 2.º) Escrever o relatório, que há-de ser enviado ao Governo e à Câmara, até ao 1.º de Outubro de cada ano, expondo o estado do estabelecimento, seu progresso ou decadência, causas que a tiverem produzido e meios de a remediar;
- 3.º) Organizar e submeter à apreciação da Direcção a proposta das obras a comprar para a Biblioteca e executar as resoluções desta;
- 4.º) Autorizar o pagamento do ordenado do secretário,

despesas de expediente e artigos da secretaria que forem necessários ;

5.º) Providenciar acerca dos casos omissos neste Regulamento, submetendo em seguida ao voto da Direcção as suas decisões ;

6.º) E, em geral, cumprir e fazer cumprir todas as disposições deste Regulamento.

Artigo 36.º — O Director da Biblioteca prestará à Direcção, na primeira sessão ordinária de cada mês, as informações que os seus colegas lhe pedirem sobre o estabelecimento a seu cargo.

Artigo 37.º — O secretário da Biblioteca é nomeado pelo respectivo Director.

§ 1.º — Vence o ordenado que entre ambos for pactuado com aprovação da Direcção (*).

§ 2.º — É substituído, nas suas faltas, sob sua inteira responsabilidade, por outro individuo à sua escolha, com aprovação do Director respectivo.

§ 3.º — É punível de multa, até um mês, de perda do seu ordenado, e pode ser despedido quando e conforme o Director da Biblioteca o julgar conveniente.

Artigo 38.º — Ao secretário da Biblioteca incumbe :

- 1.º) Preencher os livros da secretaria ;
- 2.º) Proceder ao inventário da mobília da Biblioteca ;
- 3.º) Proceder à catalogação dos livros ;
- 4.º) Fazer toda a escrituração necessária ;

(*) — Ao cargo de «secretário da Biblioteca» corresponde, pelos presentes Estatutos da Sociedade, o de «bibliotecário», com funções remuneradas. (Vide art.º 14.º do Regulamento interno da Sociedade. Pág. 33).

5.º) Organizar, de seis em seis meses, a estatística dos leitores e submetê-la, depois de aprovada e assinada pelo Director, ao Governo e à Câmara ;

6.º) Marcar os livros com o carimbo indicativo da propriedade ;

7.º) E, em geral, cumprir todas as disposições que lhe disserem respeito, exaradas neste Regulamento, e as indicações do Director da Biblioteca referentes ao serviço a seu cargo.

Artigo 39.º — Os livros da secretaria são cinco, que estarão exclusivamente a cargo do secretário da Biblioteca, a saber: — LIVRO DOS VISITANTES — o qual servirá para nele assinarem o seu nome, com a indicação do ano, mês e dia, os visitantes da Biblioteca; LIVRO DOS LEITORES — o qual conterá o assento, sob idênticas indicações, do número dos leitores, quer no estabelecimento, quer no domicilio, e a designação do ramo literário das obras que forem consultadas; LIVRO DOS TERMOS — que será preenchido na conformidade do art. 11.º do Regulamento de 20 de Janeiro de 1871; COPIADOR — em que serão transcritos os relatórios e estatísticas remetidos ao Governo e à Câmara, officios, etc.; LIVRO DO EXPEDIENTE — em que será lançada a conta de todas as despesas de expediente e secretaria, nota do custo dos livros comprados pelo terço do subsidio da Câmara, dos portes respectivos e quaisquer outros.

Artigo 40.º — O inventário da mobilia será feito perante um delegado da Câmara, e da mesma maneira ampliado imediatamente a qualquer aumento de móveis.

§ 1.º — Este inventário e seus acrescentamentos serão assinados pelo Director da Biblioteca e delegado da Câmara.

§ 2.º — Será fornecida à Câmara uma cópia deste inventário,

perfeitamente idêntica àquele e na mesma forma assinada.

Artigo 41.º — O catálogo dos livros será feito segundo o modelo adoptado na Biblioteca Nacional de Lisboa e há-de estar patente na sala de leitura.

§ único — Uma cópia deste catálogo será entregue à Câmara, indicando-se nela os volumes da propriedade municipal.

Artigo 42.º — Os disticos de propriedade serão inscritos em todos os livros na folha do rosto, em caracteres impressos com carimbo, e constarão dos seguintes dizeres: *Biblioteca Municipal de Guimarães*.

Artigo 43.º — O continuo da Biblioteca é ajustado e nomeado pelo Director da Biblioteca, com aprovação da Direcção da Sociedade, e tem a seu cargo:

1.º) Fazer a preparação e limpeza das salas e mobília da Biblioteca;

2.º) Velar pela boa conservação de todos os móveis da Biblioteca;

3.º) Fazer todo o serviço, interno e externo, próprio da Biblioteca, que lhe for incumbido pela Direcção ou secretário.

Artigo 44.º — O pessoal da Biblioteca porá sempre o máximo cuidado na conservação da ordem dentro do estabelecimento, e em que se não desencaminhem ou deterioremem os livros.

§ 1.º — O individuo que alterar a ordem, caso resista às devidas admoestações, será expulso do estabelecimento.

§ 2.º — O individuo que causar algum dano a qualquer

livro ou móvel é responsável pelo valor do prejuízo causado, o qual lhe será exigido judicialmente, sendo necessário.

§ 3.º — O individuo, culpado de abuso de confiança, será para sempre expulso da Biblioteca e incorrerá na responsabilidade que judicialmente lhe for determinada.

CAPÍTULO VI

Da fiscalização da Câmara

Artigo 45.º — A Biblioteca popular está sujeita à inspecção do Governo, nos termos dos respectivos regulamentos, e à fiscalização da Câmara nos termos dos artigos seguintes :

Artigo 46.º — A fiscalização da Câmara versa sobre a observância do acordo com a Câmara e dos artigos do presente Regulamento, que o completam.

Artigo 47.º — A fiscalização, quanto ao serviço público no estebelecimento, é feita durante as horas destinadas à leitura.

§ único — Nesta ocasião, e para este fim, não serão patentesados documentos de qualidade alguma, nem os empregados da Biblioteca podem ser desviados do seu serviço, seja qual for o pretexto.

Artigo 48.º — A fiscalização, quanto ao serviço interno, será exercida sempre que a Câmara o requisiar.

§ 1.º — Para este efeito a Câmara avisará o Director, com a antecedência de pelo menos 24 horas, por officio em que se declare o nome do vereador encarregado da fiscalização.

§ 2.º — A hora destinada a este fim será combinada particularmente entre o Director da Biblioteca e os vereadores nomeados.

Artigo 49.º — Para o fim do artigo antecedente, o Director da Biblioteca facultará ao exame dos vereadores fiscais todos os documentos que lhe forem pedidos, de qualquer natureza que sejam.

§ único — Nenhum documento pode sair da Biblioteca, mas a Câmara pode mandar, de quaisquer, extrair as cópias ou apontamentos de que necessite para bem da fiscalização.

Artigo 50.º — Em caso de dúvida entre a Direcção e a Câmara sobre a interpretação de qualquer artigo do Acordo ou deste Regulamento, ela será resolvida por conselho arbitral, do qual um dos membros nomeado pela Câmara, outro pela Direcção e o terceiro, presidente, de combinação entre as duas corporações, ou à sorte entre os últimos propostos por uma e outra.

Presidente da Direcção da Soc. M. S.,
José da Cunha Sampaio

Vice-presidente,
Avelino da Silva Guimarães

1.º secretário,
Domingos José Ferreira Júnior

2.º Secretário,
Domingos de Castro Meirelles

Tesoureiro,
António José da Silva Basto

Vogais,
Avelino Germano da Costa Freitas
Domingos Leite de Castro.

Apêndice

Apêndice 1

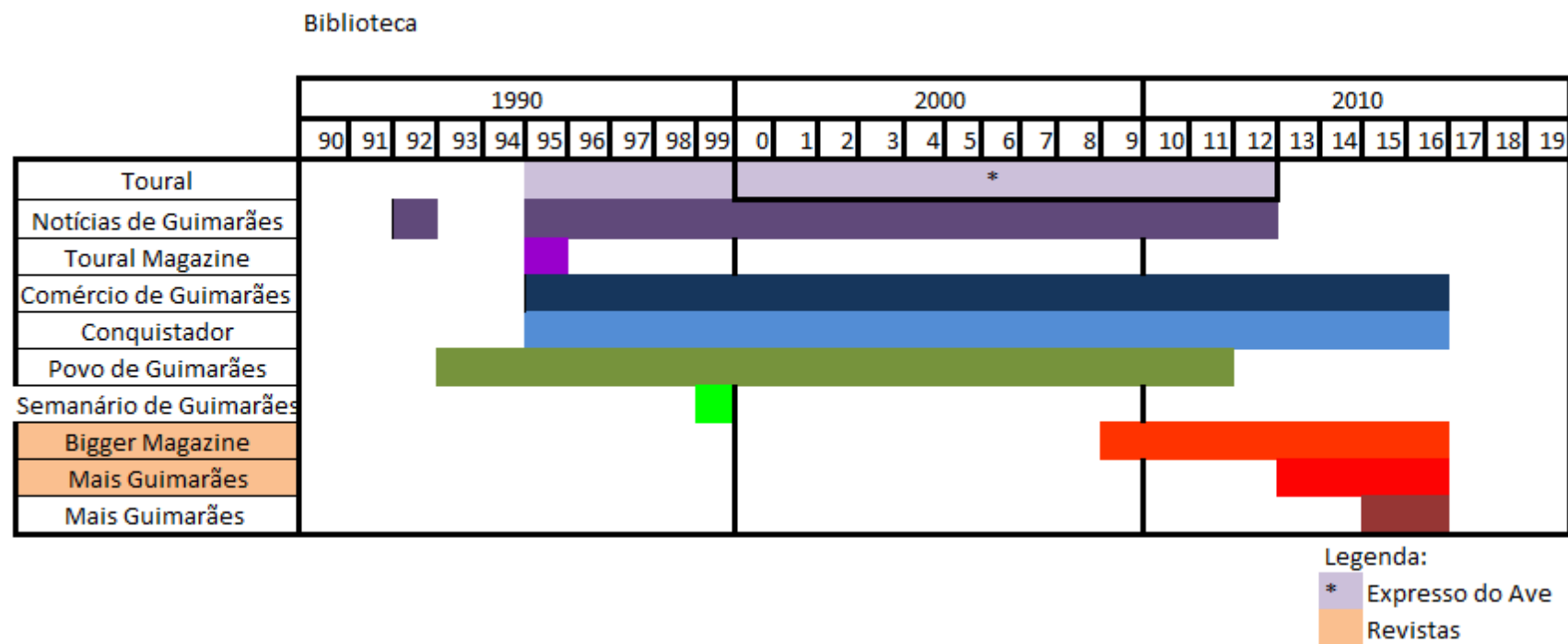
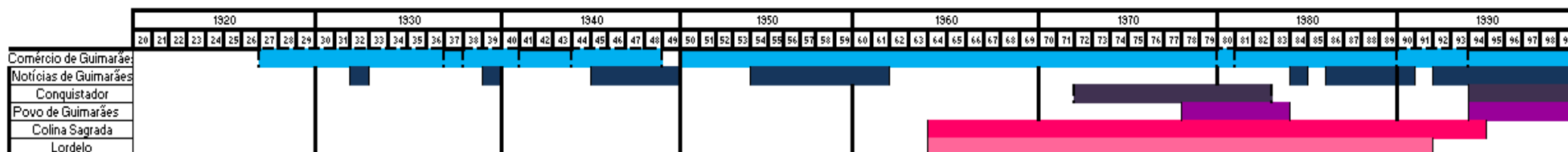


Gráfico 4 - Número de periódicos reunidos na Biblioteca Municipal Raul Brandão, desde a sua abertura até a atualidade.



Legenda

- Anos incompletos
- Publicação on-line
- Revistas

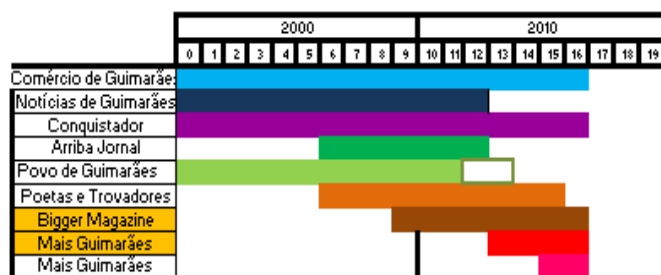


Gráfico 5 - Número de periódicos reunidos no Arquivo Municipal Alfredo Pimenta, até a atualidade.

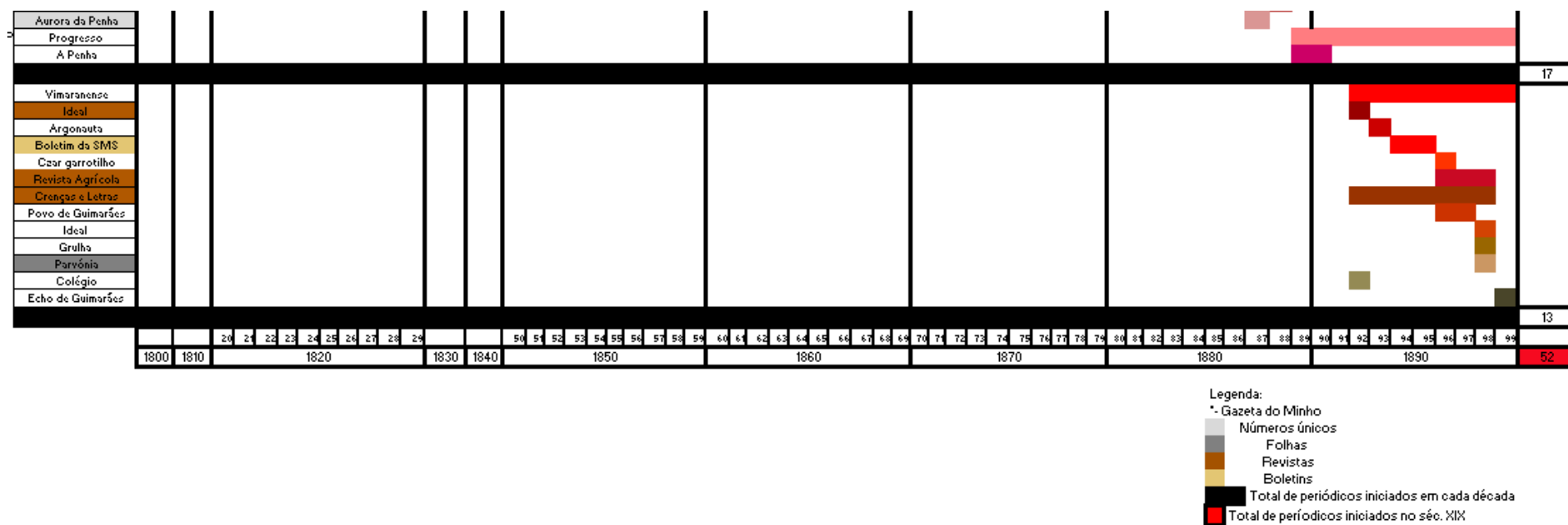
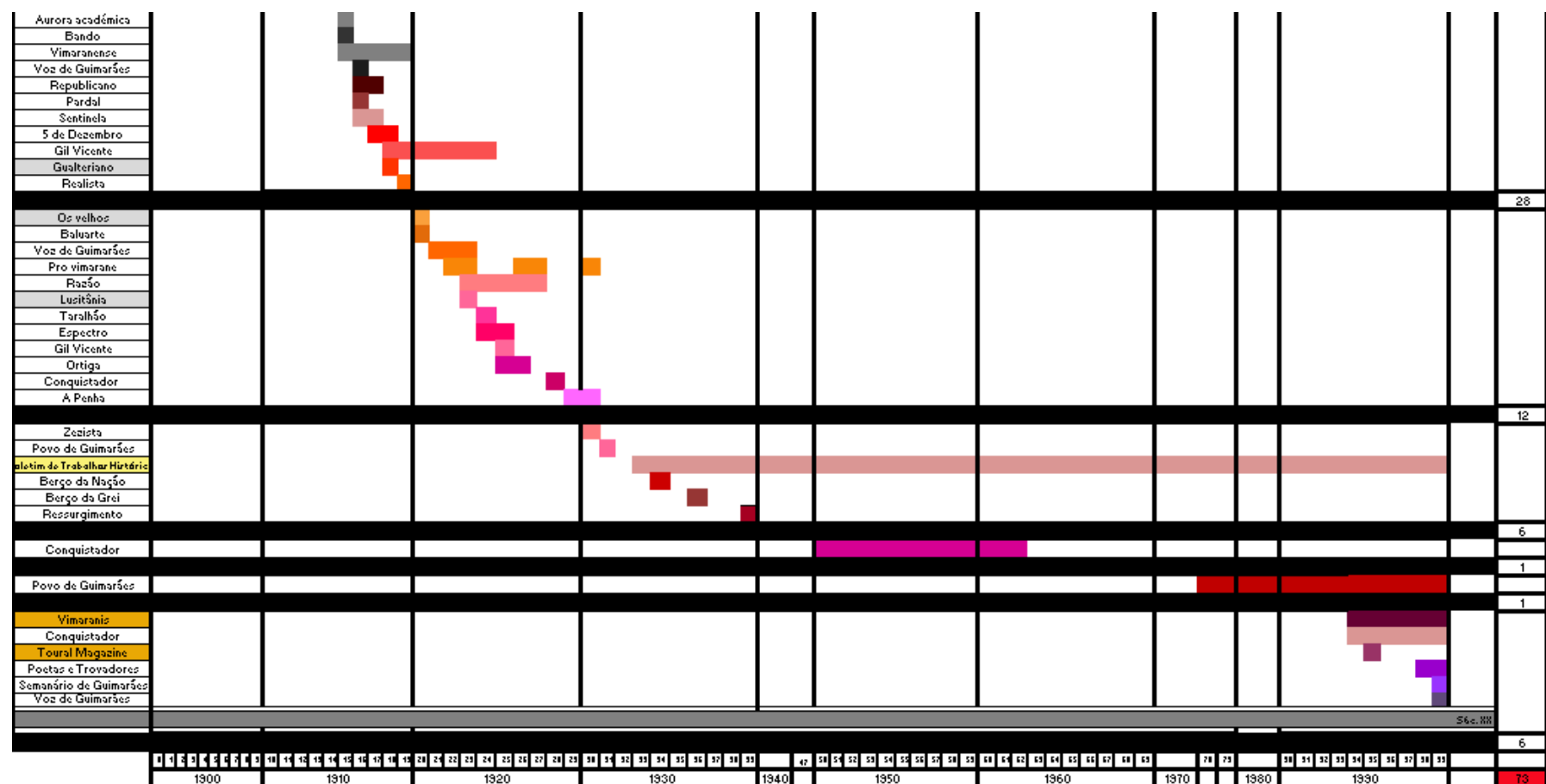


Gráfico 7 - Continuação do número de periódicos existentes em Guimarães durante o século XIX.



Legenda:

- Revistas
- Restauração
- Número único
- Boletim
- Linhas de separação dos periódicos do séc. XIX e XX
- Total de periódicos iniciados em cada década
- Total de periódicos iniciados no séc. XX

Gráfico 9 - Continuação do número de periódicos existente em Guimarães durante o século XX.

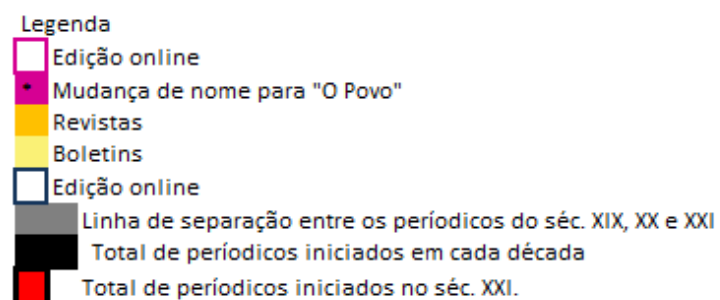
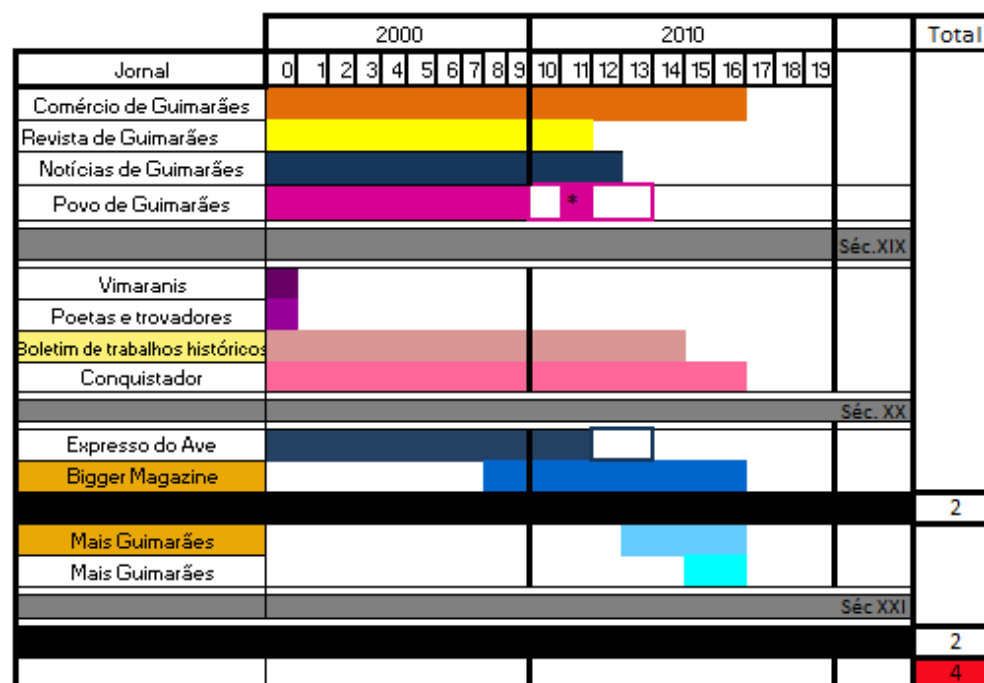


Gráfico 10 - Número de periódicos existentes em Guimarães durante o século XXI.

Apêndice 2:

Inventário dos periódicos vimaranenses desde 1822 até 2016

O inventário em questão obedece aos seguintes itens:

Título;
Ano;
Definição/Caraterização;
Periodização;
Periodicidade;
Administradores e Redatores;
Local administração e redação;
Tipografia e local impressão;
Existência na SMS;
Notas.

1800

Título	Azemel Vimaranense: (1822)
Ano	1822
Definição Caraterização	De outubro de 1822 e desaparece no ano seguinte logo após a Vilafrancada
Periodização	
Periodicidade	Semanário (irregular)
Administradores e Redatores	
Local administração e redação	
Tipografia e local impressão	Tipografia Vieirense, Guimarães
Existência na SMS	Na SMS existem os nº3 e 4 do primeiro ano (1822), respectivamente de 25 e 30 de outubro e os nº11, 12 e 16 do segundo ano, de 22 de março, 4 de abril e 7 de maio de 1823;
Notas	<ul style="list-style-type: none">Segundo o Abade de Tagilde no artigo do vol. V da <i>Revista de Guimarães</i> (p.44): “Este periódico de combate liberal foi fundado em Guimarães em 1823 (todos cometeram o erro da data inicial) (?) sendo os seus fundadores: Jerónimo Rodrigo, Joaquim Meneses, José de Sousa Bandeira, Manuel Luís Pereira Pinheiro de Gouveia e José Joaquim Vieira; <p>Tibúrcio de Vasconcelos, RG, vol.32 , p.409: _“Estes cinco números</p>

	<p><i>apresentam uma extrema raridade. O jornal, aparecendo em Outubro de 1882, com juramento da Constituição, parece haver terminado em meados do ano seguinte logo após a Vilafrancada. O jornal saía todas as semanas mas sem dia marcado para a publicação. Durante Outubro de 1822 e Maio de 1823 é provável que saíssem 12 ou 13 n.º do 1.º ano e 18 ou 19 do 2.º, não indo além do 30 a 32 na sua coleção."</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Nenhuma biblioteca do país possui a coleção completa deste jornal; • Os números 4,11,16 foram oferecidos por João Lopes de Faria em 9/7/1921.
--	---

Título	<i>Tesoura de Guimarães</i>
Ano	1856
Definição Caraterização	Periódico político, instrutivo e noticioso/ Era jornal do partido regenerador
Periodização	De 2 de fevereiro de 1856 a 28 de janeiro de 1859. Terminou com o n.º 241
Periodicidade	Publicado às terças e sextas-feiras
Administradores e Redatores	Redator: José Inácio de Abreu Vieira
Local administração e redação	Redação e Impressão: Rua da Caldeiroa
Tipografia e local impressão	Tipografia: Tipografia de Francisco José Monteiro (do n.º1 ao n.º133), Tipografia Minerva (do n.º134 ao 206) e tipografia vimaranense (do n.º207 até ao final)
Existência na SMS	Na coleção da SMS falta o n.º174
Notas	

Título	<i>O vimaranense</i>
Ano	1856
Definição Caraterização	Jornal político e literário
Periodização	Primeiro número referente ao ano de 1856; suspenderam-no no ano seguinte, tendo reaparecido em 12 de maio de 1859 até 19 de abril de 1860; suspenderam-no de novo e surgiu em maio de 1861 até janeiro de 1872 (IX ano de publicação)
Periodicidade	Semanário com publicação às quintas-feiras
Administradores e Redatores	Responsável: José Luís Vieira
Local administração e redação	
Tipografia e local impressão	Tipografia Vimaranense (Rua do Gado);
Existência na SMS	Coleção incompleta
Notas	<ul style="list-style-type: none"> • Em 1866 e 1867 aparece como redactor Avelino de Sousa e responsável J. M. Ribeiro; • Em 1870, administrador e redactor, António Vieira Correia da Cunha;

	<ul style="list-style-type: none"> • Não é possível apurar datas precisas uma vez que a coleção existente na SMS está incompleta.
--	--

Título	<i>Berço da Monarchia</i>
Ano	1858
Definição Caraterização	Jornal de instrução de recreio;
Periodização	Primeiro número refere-se a 1 de janeiro 1858, não referindo a data do último ou se este é único;
Periodicidade	Semanário/ Publicação às segundas-feiras;
Administradores e Redatores	
Local administração e redação	
Tipografia e local impressão	Tipografia Francisco José Monteiro (Rua da Caldeiroa);
Existência na SMS	Na SMS existem referentes ao ano 1: nº6,9,17,35,38,41,45; ano 2: 64,71,75,78. Os números 17,41,45,64,71,75 foram oferecidos à SMS por João Lopes de Faria em 25/7/1921.
Notas	–

Título	<i>Morraca</i>
Ano	1858
Definição Caraterização	Folha manuscrita;
Periodização	Iniciou-se em 1858 (segundo informação do Abade de Tagilde no seu 4º volume manuscrito) não existindo referências sobre a data final;
Periodicidade	
Administradores e Redatores	
Local administração e redação	
Tipografia e local impressão	
Existência na SMS	Não existe referência no livro de registo sobre a existência deste na SMS;
Notas	–

Título	<i>Mosquito</i>
Ano	1858
Definição Caraterização	Folha manuscrita
Periodização	Publicada entre os anos de 1858 e 1859
Periodicidade	
Administradores e	

Redatores	
Local administração e redação	
Tipografia e local impressão	
Existência na SMS	Não existe na SMS
Notas	

Título	<i>Luz do Gaz</i>
Ano	1860
Definição Caraterização	Folha manuscrita
Periodização	
Periodicidade	
Administradores e Redatores	
Local administração e redação	
Tipografia e local impressão	
Existência na SMS	Não existe na SMS
Notas	

Título	<i>O Conciliador</i>
Ano	1860
Definição Caraterização	
Periodização	Existiu de 3 de maio 1860 até 1 de janeiro 1862/ Publicaram-se 7 jornais
Periodicidade	
Administradores e Redatores	Empresários: José Ferreira Mendes de Abreu e C. A. Máximo; Redator: José Ferreira Mendes Abreu
Local administração e redação	
Tipografia e local impressão	Vimaranense (Rua do Gado);
Existência na SMS	Na SMS existem os números 1 e 7 de 1860 (1º ano), referentes ao 2º ano os nº47, 50, 52 e 75 de 1861 e o número 97 de 1862 (3º ano);
Notas	Os números 17, 50, 52, 75, 97 foram oferecidos à SMS por João Lopes de Faria em 3/3/1925

Título	<i>Oliveira</i>
Ano	1860

Definição Caraterização	jornal de recreio;
Periodização	" <i>A Oliveira- jornal de recreio (1860)</i> ". Mencionado em <i>Jornalismo Português</i> de Silva Pereira;
Periodicidade	
Administradores e Redatores	
Local administração e redação	
Tipografia e local impressão	
Existência na SMS	Não existe na SMS
Notas	

Título	<i>Religião e Pátria:</i>
Ano de início	1862
Definição Caraterização	Religioso, político e noticioso;
Periodização	O primeiro número saiu em 29 de outubro 1862 e terminou em 14 de dezembro de 1895; suspenderam a publicação com o número 50 da 5ª série, em 11 de novembro de 1865, para tratar de um assunto político, continuando porém, em 15 do mesmo mês e ano com o título "Gazeta do Minho". Finalmente apareceu em 20 de abril 1867 reapareceu com o número da 6ª série e com o seu primeiro título
Periodicidade	Publicação semanal: os três primeiros números publicaram-se às quartas-feiras e em diante às quintas-feiras
Administradores e Redatores	Administrador: José António de Faria Silva; Responsável: Tomás Guilherme de Sousa Pinto; Do primeiro número da 7ª série (1867) até final, figuram: responsável: Manuel J. Pinto; Administrador: A. A. S. Leite; mais tarde houve substituição do administrador: João Pinto de Queirós
Local administração e redação	
Tipografia e local impressão	Primeira fase na Praça da Oliveira, depois na rua do Gado, Rua da Sapateira, Rua Nova do Muro e finalmente na Rua de S. Paio
Existência na SMS	Coleção incompleta
Notas	

Título	<i>Gazeta do Minho</i>
Ano	1865
Definição Caraterização	
Periodização	O Primeiro número refere-se a 15 de Outubro de 1865, substituindo o "Religião e Pátria"
aPeriodicidade	Publicação às quartas-feiras e sábados
Administradores e Redatores	Responsável: José Martins Da Costa; Administrador: José António de Faria e Silva

Local administração e redação	
Tipografia e local impressão	Tipografia: Rua da Sapateira
Existência na SMS	Na SMS existem da 1ª série, os números 1 a 50 e da 2ª série os números 16, 18 e 21 do anos de 1866
Notas	<p>Segundo o Padre Caldas publicou-se desde 1865 até fins de Outubro de 1866</p> <p>Deveria ter existido durante pouco mais de dois anos, uma vez que em 20/4/1867 volta o “Religião e Pátria” em 6ª série.</p>

Título	<i>Fraternidade</i>
Ano	1870
Definição Caraterização	Jornal político e religioso/segundo Silva Pereira, era jornal da política Progressista
Periodização	Segundo Padre Caldas o primeiro número refere-se a 28 de janeiro de 1870; Dificuldade em referir o tempo de duração
Periodicidade	Publicado às terças e sextas-feiras
Administradores e Redatores	No cabeçalho só figura como administrador: António Vieira Correia da Cunha, no final da página existe o mesmo nome no que respeita ao responsável
Local administração e redação	
Tipografia e local impressão	Tipografia: Fraternidade (Rua Escura)
Existência na SMS	Na SMS existem 31 números salteados, entre eles o nº2, de 12 de fevereiro de 1870 e o último número, o nº49 do mesmo ano
Notas	

Título	<i>Sentinela</i>
Ano	1870
Definição Caraterização	Político e Religioso
Periodização	Segundo Padre Caldas o jornal existiu entre de junho de 1870 a janeiro de 1871
Periodicidade	Publicado às segundas e quintas-feiras
Administradores e Redatores	Administrador: Augusto dos Santos Guimarães/ Responsável: José dos Santos
Local administração e redação	
Tipografia e local impressão	
Existência na SMS	Na SMS existem os números 16, 28, e 43 do primeiro ano, respectivamente de 25 de Agosto, 13 de Outubro e 15 de Dezembro de

	1870
Notas	

Título	<i>Berço da Monarchia</i>
Ano	1871
Definição Caraterização	
Periodização	Surgiu em 1871 e segundo João Lopes de Faria o jornal durou cerca de dois anos
Periodicidade	Publicava-se às quartas-feiras e sábados
Administradores e Redatores	No primeiro ano figura como proprietário Augusto dos Santos Guimarães
Local administração e redação	
Tipografia e local impressão	Tipografia de Augusto dos Santos Guimarães
Existência na SMS	Na SMS existem os números 9, 17, 35,38, 41, e 45 referentes ao primeiro ano
Notas	As fases por que passaram os dois “Berços da Monarchia”, o tempo que duraram e as modificações que tiveram são difíceis de precisar pela falta de dados No gráfico aparece na mesma linha cronológica que o primeiro “Berço da Monarchia

Título	<i>Justiça de Guimarães</i>
Ano	1872
Definição Caraterização	
Periodização	Primeiro número é referente a 12 de fevereiro de 1872 e o último (nº19) refere-se a 27 de agosto 1872
Periodicidade	Saia às segundas-feiras
Administradores e Redatores	Responsável: Ilídio António Dias; Proprietários: Rodrigo Teixeira de Meneses, José da Cunha Sampaio, Jerónimo e João Pereira Leite Guimarães e Avelino da Silva Guimarães
Local administração e redação	
Tipografia e local impressão	
Existência na SMS	Existem todos os números na SMS. Parece ter sido um jornal de distribuição gratuita
Notas	Fundado por Francisco Martins Sarmento Somente ocupou o período de anarquia que reinava no foro de Guimarães dirigido pelo Juiz Sousa Seco

Título	<i>Echo do Norte</i>
Ano	1872
Definição Caraterização	Semanário político, literário e noticioso
Periodização	O primeiro número saiu em 18 de maio de 1872, suspendeu publicação com o nº29 em 18 de janeiro de 1873 e terminou meses depois com o número 30 em 23 de junho de 1873
Periodicidade	Publicava-se aos sábados
Administradores e Redatores	Responsável: Manuel Joaquim Ferreira; Administrador: José Tomás de Sousa; Propriedade do Dr. José Barbosa da Costa Lemos
Local administração e redação	
Tipografia e local impressão	Tipografia- O Berço da Monarchia
Existência na SMS	Existem na SMS os números 1, 2, 12 e 15 (incompleto)
Notas	

Título	<i>Imparcial</i>
Ano	1872
Definição Caraterização	Bi-semanal político e noticioso
Periodização	Principiou a sua publicação em 2 de junho de 1872 (ou 2 de julho de 1872) e terminou em 1 de maio de 1890 com o número 1420 referente ao XX ano
Periodicidade	Tinha publicação às terças e sextas-feiras
Administradores e Redatores	Diretor e proprietário: Augusto dos Santos Guimarães
Local administração e redação	
Tipografia e local impressão	
Existência na SMS	Na SMS a colecção é diminuta para a longa vida que o jornal teve: 1º ano existem apenas os números 83 e 86; do 2º ano os números 101,126, e 144 (1873-74)
Notas	

Título	<i>Reacção</i>
Ano	1872
Definição Caraterização	Folha religiosa, literária e noticiosa
Periodização	Inicia-se 18 de outubro de 1872 e termina 26 de fevereiro de 1874
Periodicidade	
Administradores e Redatores	Administrador: José António Teixeira de Freitas; Responsável: S.A de Magalhães Brandão

Local administração e redação	
Tipografia e local impressão	Tipografia do Religião e Pátria
Existência na SMS	Na SMS existem os números 5,7,10, faltando assim o 1,2,3,4,6,8, e 9
Notas	

Título	<i>Jornal de Guimarães</i>
Ano	1876
Definição Caraterização	Folha política, comercial e noticiosa
Periodização	Saiu o primeiro número em 3 de fevereiro de 1876 e terminou com o número 54 em 11 de setembro de 1876
Periodicidade	Publicava-se às segundas e quintas-feiras
Administradores e Redatores	Tipografia: Tipografia do jornal (Rua de S. Dâmaso) (até ao nº21); Tipografia da Livraria Internacional (do nº22 até ao final)
Local administração e redação	
Tipografia e local impressão	
Existência na SMS	Na SMS existem todos os números
Notas	Foi substituído pela “Restauração” em 1 de dezembro de 1903

Título	<i>A Epocha</i>
Ano	1876
Definição Caraterização	
Periodização	Segundo o <i>Jornalismo Português</i> existiu de 13 a 17 de Outubro de 1876
Periodicidade	
Administradores e Redatores	
Local administração e redação	
Tipografia e local impressão	
Existência na SMS	Não existe na SMS
Notas	Segundo João Lopes de Faria nunca se encontrou os números referentes a 1876 fisicamente, mas existem números com o mesmo nome referentes ao ano de 1886

Título	<i>Progresso católico</i>
Ano	1878
Definição Caraterização	Revista religiosa, científica, literária, artística, noticiosa e crítica;/ Órgão da União Católica de Portugal

Periodização	O primeiro número saiu em 30 de outubro de 1878 e foi até ao nº24 do XVI ano, de 15 de dezembro de 1894. Do nº1 do XVII ano em diante (1895) passou a ser datada do Porto, perdendo assim o título de revista de Guimarães
Periodicidade	Publicação quinzenal
Administradores e Redatores	Redatores: Padre Gaspar Roriz (1894); António Peixoto de Amaral; Administrador: Simão Neves (1894); José Frutuoso da Fonseca (depois de ser datado do Porto); O primeiro número indica como Diretor Teixeira de Freitas
Local administração e redação	
Tipografia e local impressão	Na SMS não existe o ano de 1893
Existência na SMS	
Notas	A partir do número 11 do IV ano passou a ser ilustrado regularmente

Título	<i>Ecco popular</i>
Ano	1879
Definição Caraterização	Folha política e noticiosa
Periodização	O primeiro número saiu em 17 de fevereiro de 1879 e terminou com o número 71 em 17 de outubro 1879
Periodicidade	Publicava-se às segundas e quintas-feiras
Administradores e Redatores	Administrador: Francisco Pedro Felgueiras
Local administração e redação	
Tipografia e local impressão	Tipografia: José de Carvalho (Rua do Espírito Santo)
Existência na SMS	Na SMS encontram-se todos os exemplares menos o nº56
Notas	

Título	<i>Formigueiro</i>
Ano	1879
Definição Caraterização	Jornal satírico-burlesco
Periodização	Existência de dificuldade na precisão de datas: Segundo o Jornalismo Português este jornal iniciou-se em 14 de dezembro de 1879 a 1883. No entanto, existe a dúvida se este acabaria com o nº124, em 1882 como existe na SMS ou em 1883 como é defendido por Silva Pereira (Jornalismo Português)
Periodicidade	
Administradores e Redatores	

Local administração e redação	
Tipografia e local impressão	
Existência na SMS	Na SMS existe o número 3 do 1º ano até nº124 do 3º ano, faltando bastantes jornais
Notas	

Título	<i>Gazeta do Bibliophilo</i>
Ano	1881
Definição Caraterização	Jornal de 4 páginas que representa o registo bibliográfico dos livros oferecidos ao Progresso Catholico
Periodização	Publicado de 1 de maio de 1881 a 5 de Setembro de 1881
Periodicidade	
Administradores e Redatores	Editor: Teixeira de Freitas
Local administração e redação	
Tipografia e local impressão	
Existência na SMS	Existem na SMS os 5 números
Notas	

Título	<i>Espectador</i>
Ano	1883
Definição Caraterização	
Periodização	Primeiro número saiu a 1 de novembro de 1883 e terminou com o nº52 em 30 de outubro de 1884
Periodicidade	Semanário com publicação às quintas-feiras
Administradores e Redatores	O Abade de Tagilde (João Gomes de Oliveira Guimarães) foi um dos seus fundadores
Local administração e redação	Redação: Campo do Toural, casa da Associação Clerical
Tipografia e local impressão	Os primeiros números foram impressos na Tipografia Guise e depois na Tipografia do Espectador (Rua D. João I)
Existência na SMS	Na SMS existem os 52 números
Notas	

Título	<i>Revista de Guimarães</i>
Ano	1884
Definição Caraterização	Publicação da Sociedade Martins Sarmento
Periodização	O primeiro número refere-se a janeiro de 1884; de 1913 a 1921 a revista

	esteve suspensa; apesar dos número em atraso é ainda publicada
Periodicidade	
Administradores e Redatores	
Local administração e redação	
Tipografia e local impressão	Desde o número 1 até ao último (XXIX- 1912) foi impressa na tipografia António José Pereira (Porto); os números em diante foram impressos na Tipografia Minerva Vimaranesense. Só os números 40, 41 e 42 foram impressos na tipografia Minerva Famalicão
Existência na SMS	Existe completa na SMS
Notas	Em 1900 foi publicado um Número Especial em Homenagem a Francisco Martins Sarmento, impressa na Tipografia António José da Silva Teixeira, Porto. O mesmo aconteceu em 1940 em homenagem ao Duplo Centenário da Fundação e Restauração de Portugal, impressa na tipografia Costa Carregal, Porto.

Título	<i>Comércio de Guimarães</i>
Ano	1884
Definição Caraterização	Periódico liberal, comercial, industrial e agrícola
Periodização	o primeiro número refere-se a 15 de maio de 1884 e ainda é publicado
Periodicidade	Publicava-se às segundas e quintas-feiras; depois às quartas-feiras e domingos e mais tarde as terças e sextas-feiras
Administradores e Redatores	Diretores: António Joaquim de Azevedo Machado; no nº1113 do 13º ano aparece como director Padre Abílio Passos; em 1940 o director era Eduardo de Azevedo Machado; Redações: localizadas na Rua Santo António, Lamelas, S.Paio, Rua da Rainha
Local administração e redação	
Tipografia e local impressão	
Existência na SMS	Existe na SMS
Notas	Em 1940 intitulava-se de semanário regionalista e publicava-se apenas às sextas-feiras

Título	<i>28 de Novembro</i>
Ano	1885
Definição Caraterização	Defensor dos interesses de Guimarães contra Braga; Órgão da comissão eleita no comício popular de Guimarães em 29 de novembro de 1885
Periodização	O primeiro número saiu em 12 de dezembro de 1885 e terminou com o nº14 em 2 de junho de 1886
Periodicidade	Semanário com publicação irregular
Administradores e	

Redatores	
Local administração e redação	
Tipografia e local impressão	Tipografia de António José Silva Teixeira (do número 1 ao nº6) e Tipografia 28 de Novembro (do número 10 ao nº13);
Existência na SMS	Não existe referência da sua existência na SMS
Notas	Publicação gratuita

Título	<i>Bazar</i>
Ano	1885
Definição Caraterização	
Periodização	Número único: (1885)
Periodicidade	
Administradores e Redatores	
Local administração e redação	
Tipografia e local impressão	
Existência na SMS	Existe na SMS
Notas	Com a dedicatória “off ABB. João Gomes de Oliveira Guimarães

Título	<i>Enthusiasta</i>
Ano	1886
Definição Caraterização	Jornal para o povo; Órgão do grupo dos entusiastas, defensor dos interesses e progresso de Guimarães
Periodização	O primeiro número refere-se a 14 de março de 1886 e terminou com o número 5 do 2º ano em 10 de abril de 1887
Periodicidade	Publicava-se aos Domingos
Administradores e Redatores	
Local administração e redação	
Tipografia e local impressão	Tipografia Enthusiasta;
Existência na SMS	Na SMS existem todos os números
Notas	Publicação gratuita

Título	<i>Bijou</i>
Ano	1886
Definição Caraterização	Publicação quinzenal literária; dedicado às damas vimaranenses
Periodização	Primeiro número referente 6 de junho de 1886 e terminou com o nº5 do 2ª

	ano em 10 de abril de 1887
Periodicidade	
Administradores e Redatores	
Local administração e redação	
Tipografia e local impressão	
Existência na SMS	Existe completo na SMS
Notas	

Título	<i>Futuro</i>
Ano	1886
Definição Caraterização	Periódico democrático, literário e noticioso
Periodização	Saiu o primeiro número em 27 de junho de 1886 e parece ter sido o único
Periodicidade	Publicava-se às quintas e Domingos
Administradores e Redatores	Diretor: Benjamim Vasques de Mesquita
Local administração e redação	Redação e Administração: Rua de Santa Luzia
Tipografia e local impressão	
Existência na SMS	Existe na SMS
Notas	

Título	<i>17 de Julho</i>
Ano	1886
Definição Caraterização	Defensor da reforma administrativa que autonomizou Guimarães
Periodização	O primeiro número refere-se a 5 de agosto de 1886 e terminou com o nº76 em 5 de maio de 1887
Periodicidade	Publicava-se às segundas e quintas-feiras
Administradores e Redatores	
Local administração e redação	Redação e tipografia: Rua Vila Flor; A partir do número 20 mudou-se de redacção e administração para a rua nova de Santo António
Tipografia e local impressão	
Existência na SMS	Na SMS existem o 76 números
Notas	

Título	<i>Epocha</i>
Ano	1886
Definição	Semanário político, literário e noticioso; seguia a política republicana

Caraterização	
Periodização	O primeiro em 24 de agosto de 1886 e terminou com o nº4 em 7 de outubro de 1886
Periodicidade	
Administradores e Redatores	Redator: Teotónio Gonçalves
Local administração e redação	Redação e Administração: Rua Paio Galvão mudando-se para a Rua S. Francisco (não existe referência da data da mudança);
Tipografia e local impressão	
Existência na SMS	Na SMS existem os 4 números
Notas	

Título	<i>A Apotheose</i>
Ano	1887
Definição Caraterização	Jornal comemorativo do septi- centenário e inauguração da Estátua de D. Afonso Henriques
Periodização	Número Único: 19/ de outubro de 1887
Periodicidade	
Administradores e Redatores	Diretor Domingos Guimarães
Local administração e redação	
Tipografia e local impressão	
Existência na SMS	Completo na SMS
Notas	

Título	<i>Zirro</i>
Ano	1887
Definição Caraterização	Folha satírica e literária
Periodização	Saiu o primeiro exemplar em 1 de Outubro de 1887 e terminou com o número 13 em 8 de julho de 1888
Periodicidade	
Administradores e Redatores	
Local administração e redação	
Tipografia e local impressão	Tipografia Guise (Rua de camões
Existência na SMS	Existe completo na SMS
Notas	

Título	<i>Aurora da Penha:</i>
Ano	1887
Definição Caraterização	Em benefício dos melhoramentos da Penha
Periodização	Número único: 29 de agosto de 1887
Periodicidade	
Administradores e Redatores	
Local administração e redação	
Tipografia e local impressão	
Existência na SMS	Existe na SMS
Notas	

Título	<i>Jóia</i>
Ano	1887
Definição Caraterização	Revista quinzenal literária, dedicada às damas vimaranense
Periodização	1º número refere-se 28 de agosto de 1887 e terminou com o nº8 da 2ª série, em 10 de abril de 1888
Periodicidade	
Administradores e Redatores	
Local administração e redação	
Tipografia e local impressão	Tipografia: Rua Nova de S. Mamede
Existência na SMS	Não existem referências sobre a existência deste na SMS
Notas	

Título	<i>Progresso</i>
Ano	1889
Definição Caraterização	Este jornal foi afeto ao partido Progressista
Periodização	O primeiro número refere-se a 1 de janeiro de 1889 e findou com o número 301 do 6º ano em 8 de outubro de 1903
Periodicidade	Publicava-se aos domingos
Administradores e Redatores	Editor: João Silva; José Ferreira (a partir do nº55 do 2º ano)
Local administração e redação	Administração. Largo de S. Paio; A partir do nº104 do 3º ano indica Redação, Administração e Tipografia na Rua da Rainha e depois no Largo da Oliveira (não sendo especificada a data)
Tipografia e local impressão	Tipografia: Minerva; Silva Caldas (a partir do nº68 do 2º ano)
Existência na SMS	Na SMS encontra-se encadernado em 6 volumes, faltando apenas o nº19

Notas	
--------------	--

Título	<i>A Penha</i>
Ano	1889
Definição Caraterização	Semanário literário, noticioso e comercial
Periodização	Saiu o primeiro número em 8 de dezembro de 1889, tendo-o antecedido um número no programa que não vem datado; terminou com o nº10 em 9 de fevereiro de 1890
Periodicidade	
Administradores e Redatores	
Local administração e redação	
Tipografia e local impressão	
Existência na SMS	Existem todos os números na SMS;
Notas	

Título	<i>Vimaranense</i>
Ano	1891
Definição Caraterização	Autónomo em política defendendo os interesses de Guimarães, e a partir do nº840 do 10º ano aparece como jornal político, literário e noticioso
Periodização	Primeiro número refere-se a 1 de janeiro de 1891 e findou com o nº866 do X ano, em 18 de agosto de 1900
Periodicidade	Publicava-se às terças e sextas-feiras, depois às quartas e Sábados e por último às segundas e quintas-feiras
Administradores e Redatores	
Local administração e redação	
Tipografia e local impressão	Tipografia própria, localizada na Rua das Lamelas e mais tarde na Rua de Santa Maria
Existência na SMS	Na SMS faltam apenas os números 747e 765
Notas	

Título	<i>Crença e letras</i>
Ano	1892
Definição Caraterização	Revista religiosa, literária de educação e ensino
Periodização	Saiu o primeiro número em 1 de janeiro de 1892
Periodicidade	
Administradores e	

Redatores	
Local administração e redação	
Tipografia e local impressão	
Existência na SMS	Existe na SMS
Notas	Redigida no Colégio de S. Dâmaso em Guimarães

Título	<i>Ideal</i>
Ano	1892
Definição Caraterização	Dedicado à elite vimaranense; Revista quinzenal, literária e recreativa
Periodização	Primeiro número refere-se a 21 de agosto de 1892, não existindo informação certa sobre a data final
Periodicidade	Quinzenal
Administradores e Redatores	
Local administração e redação	
Tipografia e local impressão	
Existência na SMS	Na SMS existem os números 1,2,3,4, 5 e um suplemento do nº6
Notas	

Título	<i>Argonauta</i>
Ano	1893
Definição Caraterização	Semanário independente
Periodização	O primeiro número refere-se a 2 de janeiro de 1893 e terminou com o nº5 em 30 de Janeiro do mesmo ano
Periodicidade	
Administradores e Redatores	Proprietário: António Augusto da Silva Caldas; Responsável: Manuel Gomes Ferreira
Local administração e redação	
Tipografia e local impressão	Tipografia: Silva Caldas (Rua da Rainha);
Existência na SMS	Na SMS existem o 5 números
Notas	Volumes oferecidos por João Lopes de Faria

Título	<i>Boletim da SMS</i>
Ano	1894

Definição Caraterização	
Periodização	Primeiro número é relativo a abril de 1894 e terminou com o 12º em março de 1895
Periodicidade	
Administradores e Redatores	
Local administração e redação	
Tipografia e local impressão	Tipografia A. J. da Silva Teixeira (Rua da Cancela Velha, Porto)
Existência na SMS	Existe na SMS
Notas	Distribuição gratuita

Título	<i>Czar Garrotilho</i>
Ano	1896
Definição Caraterização	Periódico anual (Ano Novo); Político, Amatório e sobretudo financeiro (cariz humorístico)
Periodização	Primeiro número é referente a 1 de janeiro de 1896, não existindo informações claras sobre a data final
Periodicidade	
Administradores e Redatores	Responsável: “João Precisa Consoada de Barros Gomes, Doce Leite e El Dourado”
Local administração e redação	
Tipografia e local impressão	
Existência na SMS	Não existe referência sobre a sua existência na SMS
Notas	

Título	<i>Revista agrícola de Guimarães:</i>
Ano	1896
Definição Caraterização	Órgão do sindicato Agrícola
Periodização	O primeiro número refere-se a agosto de 1896 e ultimou com o nº9 em junho de 1898
Periodicidade	Publicação mensal
Administradores e Redatores	
Local administração e redação	
Tipografia e local impressão	Tipografia Silva Caldas
Existência na SMS	Não existe referência da sua existência na SMS
Notas	

Título	<i>Povo de Guimarães</i>
Ano	1896
Definição Caraterização	Jornal do povo e pelo povo
Periodização	O primeiro número refere-se a 29 de outubro de 1896 e terminou, parece, com número 13 em 25 de abril de 1897
Periodicidade	
Administradores e Redatores	Editor, proprietário e director: A. José Ferreira
Local administração e redação	
Tipografia e local impressão	Tipografia Minerva
Existência na SMS	Existem todos os números na SMS
Notas	

Título	<i>Ideal</i>
Ano	1898
Definição Caraterização	Dedicado às damas vimaranenses de cariz literário
Periodização	O primeiro número saiu em 28 de fevereiro de 1898, terminando em maio do mesmo ano
Periodicidade	Publicação quinzenal
Administradores e Redatores	Redatores: G. Belo, M.de Mendonça e G. Óscar
Local administração e redação	Redação: Rua de Santa Maria
Tipografia e local impressão	
Existência na SMS	Existem na SMS os 6 números
Notas	

Título	<i>Gulha</i>
Ano	1898
Definição Caraterização	Quinzenário humorístico
Periodização	Iniciou-se em 10 de abril de 1898, não existindo informações sobre a data final
Periodicidade	
Administradores e Redatores	
Local administração e redação	
Tipografia e local impressão	Tipografia Minerva
Existência na SMS	Na Sociedade existe apenas o número 1

Notas	
--------------	--

Título	<i>Parvónia</i>
Ano	1898
Definição Caraterização	Folha avulsa de arte e crítica
Periodização	Saiu a 5 de agosto de 1898 e terminou com o nº5 a 5 de outubro de 1898
Periodicidade	
Administradores e Redatores	Era propriedade do Dr. João de Meira
Local administração e redação	
Tipografia e local impressão	
Existência na SMS	Na SMS existem todos os números
Notas	Distribuição Gratuita

Título	<i>Colégio</i>
Ano	1899
Definição Caraterização	Órgão do colégio de S. Dâmaso
Periodização	O primeiro número refere-se a 1 de março de 1899 e terminou com o número 11 em 1 de agosto do mesmo ano
Periodicidade	Publicação quinzenal
Administradores e Redatores	Diretor: Padre Agostinho de Azevedo; Proprietário: A. Hermano
Local administração e redação	
Tipografia e local impressão	Tipografia Minerva
Existência na SMS	Existe na SMS
Notas	

Título	<i>Echo de Guimarães:</i>
Ano	1899
Definição Caraterização	Religioso e social
Periodização	O primeiro número refere-se a 31 de dezembro de 1899 e parece que terminou com o número com o número 13 em 25 de março de 1900
Periodicidade	Publicava-se aos domingos
Administradores e Redatores	Redator: Padre Gaspar Roriz
Local administração e redação	
Tipografia e local	Tipografia Minerva

impressão	
Existência na SMS	Existem na SMS os 13 números
Notas	

Total de periódicos vimaranenses (séc. XIX)	52
Total de periódicos vimaranenses na biblioteca da SMS (séc. XIX)	43

1900:

Título	<i>Memoria</i>
Ano	1900
Definição Caraterização	Era jornal literário
Periodização	O primeiro número saiu a 16 de setembro de 1900 e terminou com o nº31 em 21 de abril de 1901
Periodicidade	Publicação mensal
Administradores e Redatores	Responsável: Domingos José da Silva
Local administração e redação	
Tipografia e local impressão	Tipografia: Silva Caldas (Rua da Rainha)
Existência na SMS	Existem todos os números na SMS
Notas	

Título	<i>Revista Encyclopedica</i>
Ano	1901
Definição Caraterização	Publicação mensal ilustrada de propaganda de conhecimentos úteis; Revista dos oficiais da infantaria 20
Periodização	Sabe-se que se inicia em 1901, mas não é referida a data final
Periodicidade	
Administradores e Redatores	Editor: António de Castro Martins; Era dirigida por Gaspar do Couto Ribeiro Vilas e Zeferino Caria
Local administração e redação	
Tipografia e local impressão	Tipografia Minerva Famalicão
Existência na SMS	Não existe na SMS
Notas	Saíram 10 números e 10 suplementos correspondentes aos números

Título	<i>Jornal de Guimarães</i>
---------------	-----------------------------------

Ano	1901
Definição Caraterização	Semanário noticioso, literário, agrícola e comercial; Órgão de interesse local
Periodização	Saiu o primeiro número em 17 de agosto de 1901 e terminou com o número 65 em 1 de agosto 1903, tendo sido substituído pelo <i>Restauração</i> em 1 de dezembro de 1903
Periodicidade	Publicava-se aos sábados
Administradores e Redatores	Proprietário: Arnaldo Bezerra de Melo e Lima; Editor: Francisco Alves da Silva
Local administração e redação	Redação, Administração e tipografia: Rua da Rainha
Tipografia e local impressão	Existe na SMS
Existência na SMS	
Notas	

Título	<i>Independente</i>
Ano	1901
Definição Caraterização	Era jornal afeto ao Partido Franquista
Periodização	Primeiro número refere-se a 3 de novembro de 1901 e terminou com o nº514 do 10º ano em 21 de outubro de 1911
Periodicidade	Publicação: aos domingos, a partir do 7º ano passou a publicar-se aos Domingos
Administradores e Redatores	No nº282 do 6º ano em diante figura como diretor e proprietário António José da Silva Basto Júnior
Local administração e redação	Redação e Administração: Rua de S. Tiago
Tipografia e local impressão	Tipografia Albano Pires (Rua da Rainha)
Existência na SMS	Na SMS existem os 514 números
Notas	

Título	<i>Caixeirinho</i>
Ano	1902-1903
Definição Caraterização	Publicação quinzenal, literária
Periodização	Primeira data referente a 1 de dezembro de 1902 e a última a 1 de fevereiro de 1903; segundo Alberto Vieira Braga o período do jornal refere-se a 28 de outubro de 1887 e termina em 17 de fevereiro de 1887
Administradores e Redatores	
Local administração e redação	
Tipografia e local	

impressão	
Existência na SMS	Na SMS não existe nenhum exemplar
Notas	Não aparece referido nos gráficos por causa das dúvidas em relação à periodização

Título	<i>Burgo Podre</i>
Ano	1902
Definição Caraterização	Revista em formato de livro
Periodização	O primeiro refere a dezembro de 1902 e o segundo fevereiro de 1903
Periodicidade	
Administradores e Redatores	
Local administração e redação	
Tipografia e local impressão	Tipografia de Lima e Irmão (Rua de S. João, Coimbra)
Existência na SMS	Existe completo na SMS
Notas	Prosa do Dr. Eduardo de Almeida e versos do Dr. Alfredo Pimento; Saíram dois números

Título	<i>Ala Moderna</i>
Ano	1903
Definição Caraterização	Revista quinzenal ilustrada; Literatura e crítica
Periodização	Principiou em 25 de julho de 1903 e terminou a 10 de dezembro de 1903
Periodicidade	
Administradores e Redatores	Dirigida por Alfredo Guimarães; Proprietário e administrador: António Dantas
Local administração e redação	
Tipografia e local impressão	Tipografia Minerva
Existência na SMS	Na SMS existem os 12 números publicados, sendo que o nº11 e 12 estão fotocopiados.
Notas	

Título	<i>Imparcial</i>
Ano	1903
Definição Caraterização	
Periodização	o primeiro número refere-se a 29 de agosto de 1903 e findou com o nº334 do 8º ano em 24 de dezembro de 1912

Periodicidade	Publicava-se numa primeira fase às quintas-feiras e depois aos sábados
Administradores e Redatores	Editor: Francisco Ribeiro Castro
Local administração e redação	Redação: Rua de D. Luís I
Tipografia e local impressão	Tipografia Rua D. João I;
Existência na SMS	Na SMS falta apenas o nº39 de 1904 e 241 do ano 6.
Notas	No nº52 do 2º ano aparece a referência de ser um jornal político, literário e noticioso, com publicação às segundas

Título	<i>Restauração</i>
Ano	1903
Definição Caraterização	
Periodização	o primeiro número refere-se a 1 de dezembro de 1903 e acabou com o número 311 do 6º ano em 9 de maio de 1911
Periodicidade	Publicação às quintas-feiras
Administradores e Redatores	Este jornal era orientado e quase totalmente redigido pelo Padre José Lopes Leite de Faria
Local administração e redação	
Tipografia e local impressão	Tipografia Minerva
Existência na SMS	Existe toda a colecção na SMS
Notas	Sai em Substituição do “Jornal de Guimarães”, que findou a 1 de dezembro de 1903; No nº53 do 2º ano intitula-se como semanário Católico

Título	<i>Povo de Guimarães</i>
Ano	1904
Definição Caraterização	Semanário Democrata e Social
Periodização	1º número saiu a 3 de janeiro de 1904 e terminou com número 39 em 15 de Setembro de 1904
Periodicidade	Publicava-se aos Domingos
Administradores e Redatores	Editor José Salgado
Local administração e redação	Redação e Administração: Rua da Senhora da Guia e mais tarde na Rua D. João
Tipografia e local impressão	Tipografia Minerva Vimaranesense
Existência na SMS	Existem todos os números na SMS

Notas	
--------------	--

Título	<i>Baluarte</i>
Ano	1904
Definição Caraterização	Órgão do Circulo Católico de operários de Guimarães
Periodização	O primeiro número saiu a 13 de novembro de 1904 e terminou com o nº4 a 1 de abril de 1905
Periodicidade	Periódico quinzenal
Administradores e Redatores	Editor: António de Castro Martins
Local administração e redação	
Tipografia e local impressão	Tipografia Minerva Vimaranesense
Existência na SMS	Na SMS existem todos os números
Notas	Existe a referência do aparecimento de um jornal com o mesmo nome em 17 de outubro de 1920 e termina em 5 de dezembro de 1920. Referente a este existem 7 números e na SMS faltam os nº 3 e 4

Título	<i>Justiça de Guimarães</i>
Ano	1904
Definição Caraterização	Órgão social e defensor das classes trabalhadoras
Periodização	O primeiro número refere-se em 15 de janeiro de 1904 e terminou com o nº22 em 23 de abril de 1905
Periodicidade	Publicava-se aos domingos;
Administradores e Redatores	Redator: José Ferreira; Editor: José M. de Oliveira Júnior Administrador: Matias Duarte Macedo;
Local administração e redação	Redação e Administração: Rua da Rainha;
Tipografia e local impressão	Tipografia: Rua D. Luís I
Existência na SMS	Na SMS faltam o nº5,9, e 10
Notas	

Título	<i>Perola</i>
Ano	1904
Definição Caraterização	Revista quinzenal, literária; Dedicada às damas vimaranenses;
Periodização	Saiu o primeiro número em 18 de dezembro de 1904 e findou 31 de dezembro de 1905
Periodicidade	
Administradores e Redatores	Administradores: Delfim S. G

Local administração e redação	Redação: Rua do Conde D. Henrique
Tipografia e local impressão	Tipografia Guise
Existência na SMS	Na SMS faltam os números 3,14,15,16,17,18,19,20,21,22,23
Notas	

Título	<i>Notícias do Minho</i>
Ano	1905
Definição Caraterização	Semanário progressista, literário, comercial, agrícola e noticioso
Periodização	Saiu pela primeira vez a 21 de maio de 1905 e terminou com o nº31 em 14 de janeiro de 1906
Periodicidade	Publicava-se aos domingos
Administradores e Redatores	Proprietário: Gaspar António Pereira Guimarães
Local administração e redação	Redação e Administração: Rua Nova do Comércio
Tipografia e local impressão	Tipografia: Rua D. Luís I
Existência na SMS	Existem todos os números na SMS
Notas	Do número 24 em diante passou a denominar-se semanário político, literário e noticioso.

Título	<i>Alvorada</i>
Ano	1907
Definição Caraterização	Semanário republicano
Periodização	O primeiro número refere-se a 1/ de junho de 1907 e terminou com o nº 4 a 23 de junho do mesmo ano; Os volumes referentes à 1ª série começaram em 27/ de outubro de 1910 e terminou com o nº275 do 6º ano em 14 de março de 1916;
Periodicidade	
Administradores e Redatores	Diretor e proprietário: A.L de Carvalho
Local administração e redação	
Tipografia e local impressão	Tipografia Minerva (Rua Paio Galvão);
Existência na SMS	Inicialmente a SMS não continha os exemplares do ano de 1907, mas estes foram oferecidos por Alberto Vieira Braga. Rrelativamente à 1ª série existem alguns volumes repetidos, pois fora doação feita por A.L de Carvalho, contendo um dedicatória.Em 1919 (1/1/1919) apareceu a 2ª série do 6º ano deste jornal, no entanto na SMS não existe um único exemplar desta fase; Segundo Alberto Vieira Braga esta serie seria muito irregular
Notas	

Título	<i>Regenerador</i>
Ano	1908
Definição Caraterização	
Periodização	O primeiro número refere-se a 29 de outubro de 1908 e findou com o nº102 do 2º ano em 18 de novembro de 1910
Periodicidade	Publicava-se às sextas-feiras
Administradores e Redatores	Diretor e proprietário: Padre Gaspar Roriz
Local administração e redação	Redação e Administração: Centro Regenerador de Guimarães (Rua de Val-de-Novas);
Tipografia e local impressão	Tipografia Minerva
Existência na SMS	Existem todos os números na SMS
Notas	

Título	<i>Notícias de Guimarães</i>
Ano	1908
Definição Caraterização	Semanário Progressista
Periodização	O primeiro número saiu em 17 de dezembro de 1908 e findou com o nº91 do 2º ano em 6 de outubro de 1910
Periodicidade	Publicava-se às quintas-feiras
Administradores e Redatores	Diretor e proprietário: Marcos Guimarães; Redator político: Dr. João Rocha dos Santos; Do nº86 do 2º ano em diante figura só como diretor e proprietário Marcos Guimarães
Local administração e redação	Redação e Tipografia: Rua da Rainha
Tipografia e local impressão	
Existência na SMS	Na SMS existem todos os números
Notas	Continua em 1932

Título	<i>Gualterianas</i>
Ano	1908
Definição Caraterização	
Periodização	Número único: 1/8/1908
Periodicidade	Publicado durante o período das festas Gualterianas
Administradores e Redatores	
Local administração e redação	
Tipografia e local impressão	
Existência na SMS	Existe na SMS o número com a data de 31/7/ 1909, logo à partida saíram

	números em dois anos consecutivos
Notas	

Título	<i>Commercio do Norte</i>
Ano	1909
Definição Caraterização	
Periodização	O primeiro número saiu em 28 de janeiro de 1909 e terminou com o nº24 em 8 de julho do mesmo ano
Periodicidade	Semanário;
Administradores e Redatores	Diretor e proprietário: João Pereira Mendes; Contou com a colaboração dos Dr. Eduardo de Almeida, Alberto Rodrigues e António Amaral
Local administração e redação	
Tipografia e local impressão	Tipografia Minerva Vimaranesse (Rua Paio Galvão);
Existência na SMS	Na SMS existe completo
Notas	

Título	<i>Por Guimarães</i>
Ano	1909
Definição Caraterização	Número único comemorativo das Festa Gualterianas:
Periodização	Publicado a 31 de julho de 1909
Periodicidade	
Administradores e Redatores	
Local administração e redação	
Tipografia e local impressão	Tipografia Minerva Vimaranesse;
Existência na SMS	Existe na SMS
Notas	

Título	<i>Jornal de Guimarães</i>
Ano	1910
Definição Caraterização	Órgão da Comissão Municipal Republicana
Periodização	O primeiro número saiu em 17 de março de 1910 e findou com o nº3
Periodicidade	
Administradores e Redatores	Diretor: António Lopes de Carvalho
Local administração e redação	
Tipografia e local	Tipografia de António da Silva Carvalho (Rua de S. Dâmaso);

impressão	
Existência na SMS	Na SMS existem os 3 exemplares
Notas	

Título	<i>Correio de Guimarães</i>
Ano	1910
Definição Caraterização	Jornal afeto ao Partido Progressista
Periodização	Iniciou-se em 5 de outubro de 1910, existe a dúvida sobre a continuação da sua publicação
Periodicidade	Semanário
Administradores e Redatores	Diretor João Rocha dos Santos
Local administração e redação	Redação e administração: Largo do Toural
Tipografia e local impressão	Tipografia Minerva Vimaranesense (Rua Paio Galvão);
Existência na SMS	Na SMS existe o n.º1 (referente ao ano1) de 5/10/1910
Notas	

Título	<i>Povo de Guimarães</i>
Ano	1910
Definição Caraterização	Jornal democrata;
Periodização	Segundo o livro de registos o primeiro número saiu a 1 de janeiro de 1910 e o último possivelmente a 1911, não existindo a indicação do mês
Periodicidade	Semanário
Administradores e Redatores	Diretor e Proprietário: António da Silva Carvalho
Local administração e redação	
Tipografia e local impressão	Tipografia Guise
Existência na SMS	Na SMS existem só os números 10 de 11 de dezembro de 1910, 15,16, 21 a 25 e 33 a 35 (este último 17 de junho de 1911) (Incompleto).
Notas	Não é fácil determinar a data em que acabou, nem saber ao certo quando principiou a publicar-se, segundo Alberto Vieira Braga

Título	<i>Alvorada</i>
Ano	1910
Definição Caraterização	Jornal afeto ao partido Republicano
Periodização	O primeiro número saiu e, 27 de novembro de 1910 e terminou com o n.º275 do 6.º ano em 14 de março de 1916
Periodicidade	Semanário

Administradores e Redatores	Diretor: A.L de Carvalho
Local administração e redação	
Tipografia e local impressão	Tipografia Minerva Vimaranesse (Rua Paio Galvão)
Existência na SMS	Incompleto.
Notas	Em 1919 (1/1/1919) apareceu a 2ª série do 6º ano deste jornal, no entanto na SMS não existe um único exemplar desta fase; Segundo Alberto Vieira Braga esta serie seria muito irregular.

Título	<i>Velha Guarda</i>
Ano	1910
Definição Caraterização	Jornal afeto ao partido Republicano
Periodização	Iniiciou-se em 7 de dezembro de 1910 e findou com nº40 em 9 de setembro de 1911, voltou a aparecer a 2ª fase com o número 41 em 16 de março de 1919 e findou com o nº145 em 12 de agosto de 1921 e volta novamente com a 3ª fase apareceu em 5 de agosto de 1926 com o número 146 e findou com o 335 do 7º ano em 23 de agosto de 1931
Periodicidade	Semanário
Administradores e Redatores	Diretor Mariano Felgueiras
Local administração e redação	Redação: Rua Dr. Avelino Germano; Administração: Largo D. Afonso Henriques
Tipografia e local impressão	
Existência na SMS	Na SMS referente à 1º fase falta apenas o número 41, a 2ª está completa e a 3ª também
Notas	Na 2ª fase aparece como órgão local do Partido Republicano Português

Título	<i>Justiça</i>
Ano	1911
Definição Caraterização	Semanário democrático Vimaranesse
Periodização	O primeiro número saiu em 24 de agosto de 1911 e terminou com o nº11 em 28 de novembro do mesmo ano
Periodicidade	Semanário
Administradores e Redatores	Editor e diretor: António da Silva Carvalho
Local administração e redação	Redação e Administração: Rua D. João I
Tipografia e local impressão	Tipografia Guise
Existência na SMS	Na SMS existem os 11 números
Notas	

Título	<i>Caloiro</i>
Ano	1911
Definição Caraterização	Quizenário académico
Periodização	O primeiro número em 15 de dezembro de 1911 e findou com o número 12 em 18 de maio de 1912
Periodicidade	Quinzenal
Administradores e Redatores	Diretor: António Dantas
Local administração e redação	Redação e Administração: Rua de Gil Vicente
Tipografia e local impressão	Tipografia Minerva Vimaranesse (Rua Paio Galvão);
Existência na SMS	Na SMS existem os 12 números
Notas	

Título	<i>Patriota</i>
Ano	1912
Definição Caraterização	Semanário Independente
Periodização	O primeiro número refere-se 6 de janeiro de 1912 e parece ter terminado com o nº17 em 27 de abril do mesmo ano
Periodicidade	Semanal
Administradores e Redatores	Diretor Manuel José da Costa Guimarães
Local administração e redação	Redação e Administração: Rua Egas Moniz
Tipografia e local impressão	
Existência na SMS	Existem os 17 números na SMS;
Notas	

Título	<i>Luzitano</i>
Ano	1912
Definição Caraterização	
Periodização	Primeiro número referente a 16 de junho de 1912 e o último referente a 15 de junho de 1913;
Periodicidade	Publicação semanal
Administradores e Redatores	Diretor: António Dantas
Local administração e redação	Redação Rua de Gil Vicente
Tipografia e local impressão	Tipografia Minerva Vimaranesse (Rua Paio Galvão);
Existência na SMS	Na SMS existem os 53 números.

Notas	Um movimento político ou determinações das Autoridades impediram que este jornal continuasse a sua publicação, e daí surgiu com outro título- Luso (publicação semanal), em 14 de julho de 1913, saindo só este número, existente na SMS
--------------	--

Título	<i>Crença</i>
Ano	1913
Definição Caraterização	Boletim paroquial de Guimarães
Periodização	Publicado entre 1913 e 1916
Periodicidade	
Administradores e Redatores	Diretor, proprietário e editor: Padre Domingos da Silva Gonçalves
Local administração e redação	Redação e Administração: Rua Egas Moniz
Tipografia e local impressão	Tipografia do Padre Vilela & Irmão, Braga
Existência na SMS	Não existe na SMS
Notas	

Título	<i>Echos de Guimarães</i>
Ano	1914
Definição Caraterização	Semanário Monárquico
Periodização	O primeiro número refere-se a 1 de março de 1914 e terminou e terminou a 1ª fase com o nº250 do 5 ano em 8 de fevereiro de 1919; a segunda fase começou a 15 de janeiro de 1922 (6º ano) e terminou com nº542 do 14º ano, em 29 de dezembro de 1928
Periodicidade	Semanal
Administradores e Redatores	Diretor: João Rocha dos Santos
Local administração e redação	Redação e Administração: Praça D. Afonso Henriques
Tipografia e local impressão	Tipografia Minerva
Existência na SMS	Existe na SMS: Ano1 do nº1 a 52 (completo) (Oferecido por António da Silva Dantas), Ano2 do nº53 a 104 (completo) (oferecido por A.L da Silva Dantas), Ano 3 do nº3/107 ao nº52/156 (completo) (oferecido por A.L Da Silva Dantas) (os dois primeiros números são da “Voz de Guimarães”; Ano4 do nº4/157 a 208 (completo) (doação de A.L Dantas); Ano5 do nº209 a 250 (completo), Relativamente à 2ª série encontra-se incompleto (falta os nº 27 do 7º ano, nº24 e 40do 8º ano)
Notas	Em 30 de março1916 continua com o título “A Voz de Guimarães” e a 6 de abril volta ao mesmo nome. Com a 2ª fase designava-se de Órgão Monárquico, tendo como director

	Padre João Luís Caldas
--	------------------------

Título	<i>Melro</i>
Ano	1914
Definição Caraterização	Quizenário humorístico e literário
Periodização	O primeiro número saiu em 15 de março de 1914 e terminou com os nº 10 e 11, em 2 de agosto do mesmo ano
Periodicidade	Quinzenal
Administradores e Redatores	Diretor: A. Leão Martins e Sílvia Ramalho
Local administração e redação	
Tipografia e local impressão	Tipografia Minerva Vimaranesa
Existência na SMS	Existem todos os números na SMS
Notas	Houve muitas alterações no pessoal da redação, nos poucos números de existência

Título	<i>Castelo de Guimarães</i>
Ano	1914
Definição Caraterização	Semanário Independente
Periodização	Saiu o primeiro número em 5 de março de 1914 e parece que terminou com o nº57 do 2º ano, em 8 de março de 1916
Periodicidade	Semanal
Administradores e Redatores	Diretor: Prior Luís Dias da Silva
Local administração e redação	Redação e Administração: Rua de S. Dâmaso
Tipografia e local impressão	Tipografia Sameiro, Rossio de trás da Sé
Existência na SMS	Não existe na SMS
Notas	

Título	<i>Despertar</i>
Ano	1914
Definição Caraterização	Quizenário defensor dos interesses dos Empregados do Comércio e indústria, literário e noticioso
Periodização	Primeiro número refere-se a 23 de maio de 1914 e terminou com o nº17 em 4 de janeiro de 1915
Periodicidade	Quinzenal
Administradores e	Diretor: M.F. de Oliveira e Castro

Redatores	
Local administração e redação	Redação e Administração: Praça de D. Afonso Henriques
Tipografia e local impressão	
Existência na SMS	Na SMS existem apenas os nº 10, 12, 13, 15, 16 e 17
Notas	

Título	<i>Malho</i>
Ano	1914
Definição Caraterização	Semanário crítico e humorístico
Periodização	O primeiro número saiu em, 28 de maio de 1914, e segundo Alberto Vieira Braga teve um percurso curto, uma vez que se ficou pelo 3º número
Periodicidade	Semanal
Administradores e Redatores	Diretor: José Ferreira
Local administração e redação	
Tipografia e local impressão	Tipografia Minerva, Famalicão
Existência na SMS	Na SMS existem os 3 números
Notas	

Título	<i>Espião</i>
Ano	1915
Definição Caraterização	Quinzenário humorístico e literário
Periodização	O primeiro número tem a data de 10 de janeiro de 1915; saíram 12 números da 1ª série e 3 da 2ª, com que findou, em agosto do mesmo ano
Periodicidade	
Administradores e Redatores	Diretor: Manuel José da Costa Guimarães
Local administração e redação	
Tipografia e local impressão	Tipografia Pires, Rua da República
Existência na SMS	Na SMS da primeira série existem o nº 1,2,3,4,7,8,9,10,11,12 e da 2ª série existem os números 1/13, 2/14, 3, 4
Notas	

Título	<i>Aurora académica</i>
Ano	1915
Definição	Quinzenário humorístico e literário

Caraterização	
Periodização	O primeiro número foi publicado em 21 de março de 1915 e o segundo a 4 de abril do mesmo ano
Periodicidade	Quinzenal
Administradores e Redatores	Redação e Administração: Rua da República
Local administração e redação	
Tipografia e local impressão	Tipografia Minerva Famalicão
Existência na SMS	Na SMS existem todos os números
Notas	

Título	<i>Melro</i>
Ano	1915
Definição Caraterização	Quinzenário humorístico e literário
Periodização	O primeiro número saiu em 28 de março de 1915 e terminou com o nº11, em 15 de agosto do mesmo ano
Periodicidade	Redação e Administração: Rua Nova do Comércio
Administradores e Redatores	
Local administração e redação	
Tipografia e local impressão	Tipografia Freitas
Existência na SMS	Existem todos os número na SMS
Notas	É a continuação do <i>Melro</i> referente a 1914, que ficou suspenso durante 8 meses.

Título	<i>Bando</i>
Ano	1915
Definição Caraterização	Periódico humorístico de publicação quinzenal
Periodização	O primeiro número é referente a 11 de abril de 1915 e terminou com o nº2 a 25 de abril do mesmo ano
Periodicidade	
Administradores e Redatores	Diretor e Editor: Augusto de Oliveira;
Local administração e redação	Tipografia Minerva Vimaranesense
Tipografia e local impressão	
Existência na SMS	Não existe na SMS
Notas	

Título	<i>Vimaranense</i>
Ano	1915
Definição Caraterização	Semanário independente, literário, noticioso e defensor dos interesses locais
Periodização	Inicia-se em 14 de outubro de 1915 e terminou com o nº164 do 4º ano, em 16 de janeiro de 1919
Periodicidade	Publicava-se às quintas, aos sábados e depois às quartas-feiras
Administradores e Redatores	
Local administração e redação	Redação, Administração e Impressão: Rua Elias Garcia (Rua de Santa Maria);
Tipografia e local impressão	
Existência na SMS	Existe a colecção completa na SMS
Notas	Do nº166 em diante passou a ser órgão do Partido Evolucionista

Título	<i>Voz de Guimarães</i>
Ano	1916
Definição Caraterização	Semanário Monárquico
Periodização	O primeiro número refere-se a 3 de março de 1916 e o segundo e último a 6 de abril de 1916
Periodicidade	Publicava-se semanalmente
Administradores e Redatores	
Local administração e redação	
Tipografia e local impressão	Tipografia Minerva vimaranense
Existência na SMS	Na SMS existem ambos os números
Notas	

Título	<i>Republicano</i>
Ano	1916
Definição Caraterização	Propriedade do Centro democrático
Periodização	O primeiro número saiu em 26 de março de 1916 e terminou com o número 50 em 31 de março de 1917
Periodicidade	
Administradores e Redatores	
Local administração e redação	Redação e Administração: Rua de Gil Vicente
Tipografia e local impressão	Tipografia Pires

Existência na SMS	Existem todos os números na SMS
Notas	

Título	<i>Pardal</i>
Ano	1916
Definição Caraterização	Semanário humorístico e literário
Periodização	O primeiro número em 2 de março de 1916 e terminou com o nº2 da segunda série, em 16 de julho do mesmo ano; saíram 12 números da primeira série e 2 da segunda
Periodicidade	
Administradores e Redatores	Diretor e Editor: Luís Teixeira Jacinto
Local administração e redação	
Tipografia e local impressão	Tipografia Minerva
Existência na SMS	Segundo Alberto Vieira Braga a colecção encontra-se completa, mas no livro de registo de periódicos da SMS existe a referência da mesma estar incompleta
Notas	Os volumes contêm a inscrição “ À Sociedade Martins Sarmento off. O sócio António Luiz da Silva Dantas. 16/7/1917.”

Título	<i>Sentinela</i>
Ano	1916
Definição Caraterização	Quinzenário humorístico e literário
Periodização	O primeiro número refere-se a 1 de outubro de 1916 e terminou com o nº24 em 25 de agosto de 1917
Periodicidade	Quinzenal
Administradores e Redatores	Diretor: A. Fernandes
Local administração e redação	Redação e Administração: Rua de Camões
Tipografia e local impressão	Tipografia Minerva
Existência na SMS	Existem todos os números na SMS
Notas	

Título	<i>5 de Dezembro</i>
Ano	1918
Definição Caraterização	Quinzenário Defensor da Causa Sidonista
Periodização	O primeiro número saiu em 22 de agosto de 1918 e terminou com o nº11,

	em 12 de janeiro de 1919.
Periodicidade	Quinzenal
Administradores e Redatores	Diretor: Guilherme B. Leita de Faria
Local administração e redação	Redação e Administração: Rua 31 de Janeiro
Tipografia e local impressão	Tipografia Minerva Vimaranesense
Existência na SMS	Existe a colecção completa na SMS
Notas	

Título	<i>Gil Vicente:</i>
Ano	1918
Definição Caraterização	Semanário defensor dos interesses locais; humorístico, literário e noticioso
Periodização	Saiu o primeiro número em 20 de outubro de 1918 e terminou com o nº 123 do 3º ano, em 14 de agosto de 1921; A 2ª série começou a 21 de janeiro de 1923 (4º ano) e terminou com o nº 202 do 5º ano em 31 de agosto de 1924
Periodicidade	Publicava-se aos domingos
Administradores e Redatores	Diretor: Artur Fernandes de Freitas
Local administração e redação	
Tipografia e local impressão	Tipografia Minerva Vimaranesense
Existência na SMS	Na SMS faltam apenas o nº 55, 83, 115, referentes à 1ª série
Notas	No número 99 aparece como órgão e Propriedade da J.M Integralista Local; No nº 71 aparece a designação de Semanário Monárquico, regionalista, literário e noticioso; Com o início da 2ª série designa-se Semanário Monárquico-integralista.

Título	<i>Gualteriano</i>
Ano	1918
Definição Caraterização	Publicado durante as Festas Gualterianas
Periodização	Nº único: 3/8/1918
Periodicidade	
Administradores e Redatores	
Local administração e redação	
Tipografia e local impressão	

Existência na SMS	Existe na SMS.
Notas	

Título	Realista
Ano	1919
Definição Caraterização	Quinzenário Monárquico
Periodização	O primeiro número é referente em 1 de fevereiro de 1919 e parece ter sido o único
Periodicidade	Quinzenal
Administradores e Redatores	Diretor: Francisco Alves de Oliveira
Local administração e redação	
Tipografia e local impressão	
Existência na SMS	Existe na SMS
Notas	

Título	<i>Baluarte</i>
Ano	1920
Definição Caraterização	Semanário defensor do operariado
Periodização	O primeiro número refere-se a 17 de outubro de 1920 e parece que terminou com o nº7 em 5 de dezembro do mesmo ano
Periodicidade	
Administradores e Redatores	
Local administração e redação	
Tipografia e local impressão	
Existência na SMS	Existem na SMS os nº1, 2, 5, 6 e 7 (incompleto).
Notas	

Título	Os velhos
Ano	1920
Definição Caraterização	Consagrado ao 25º aniversário do ressurgimento das Festas Nicolinas em Guimarães
Periodização	Número único: 8/12/1920
Periodicidade	
Administradores e Redatores	
Local administração e	

redação	
Tipografia e local impressão	
Existência na SMS	Existe na SMS
Notas	

Título	<i>Voz de Guimarães</i>
Ano	1921
Definição Caraterização	Semanário regionalista
Periodização	O primeiro número refere-se a 16 de outubro de 1921 e terminou, parece com o nº82 do 2º ano em 17 de agosto de 1923
Periodicidade	Semanal
Administradores e Redatores	Diretor: Artur Bivar
Local administração e redação	
Tipografia e local impressão	Tipografia do Diário do Minho
Existência na SMS	Na SMS faltam os nº 61 e 76
Notas	

Título	<i>Pro vimarane</i>
Ano	1922
Definição Caraterização	Quinzenário defensor dos interesses locais
Periodização	O primeiro número saiu a 1 de junho de 1922 e terminou com o número 18, em setembro de 1923; O primeiro número da 2ª série saiu em 1 de outubro de 1926 e terminou com o nº16 em 16 de agosto de 1927; O primeiro número da 3ª série 20 de março 1930 e terminou com o nº22 de 20 de dezembro de mesmo ano.
Periodicidade	Quinzenal
Administradores e Redatores	Diretor: J. Silva
Local administração e redação	Redação e administração: Rua Elias Garcia
Tipografia e local impressão	Tipografia Lusitânia
Existência na SMS	Na SMS as 3 séries estão completas
Notas	

Título	<i>Razão</i>
Ano	1923
Definição Caraterização	Semanário Republicano
Periodização	O primeiro número é referente a 1 de janeiro de 1923 e terminou com o

	nº4 do 4º ano , em 31 de janeiro de 1927
Periodicidade	Semanal
Administradores e Redatores	Diretor e editor: Dr. David de Oliveira
Local administração e redação	
Tipografia e local impressão	
Existência na SMS	Na SMS falta apenas o nº37 (Setembro de 1926) e existe um repetido nº13 6 de novembro de 1925.
Notas	

Título	<i>Lusitânia</i>
Ano	1923
Definição Caraterização	Jornal literário e de interesse locais
Periodização	Saiu o primeiro e único número em princípios de 1923, pelas Festas Gualterianas e Exposição Industrial e Agrícola
Periodicidade	
Administradores e Redatores	Diretor e proprietário e editor: João Pereira da Costa
Local administração e redação	
Tipografia e local impressão	
Existência na SMS	Existe na SMS
Notas	

Título	<i>Taralhão</i>
Ano	1924
Definição Caraterização	Quinzenário humorístico e literário
Periodização	Iniciou-se em 24 de agosto de 1924 e terminou em 23 de novembro do mesmo ano
Periodicidade	Quinzenal
Administradores e Redatores	Diretor e editor: David Braga
Local administração e redação	
Tipografia e local impressão	Tipografia Minerva Ribeiro
Existência na SMS	Existem todos os números na SMS
Notas	

Título	<i>Espectro</i>
---------------	------------------------

Ano	1924
Definição Caraterização	Jornal dos humildes e protector dos infelizes
Periodização	O primeiro número refere-se a 5 de dezembro de 1924 e terminou com o nº7 em 15 de fevereiro de 1925
Periodicidade	Publicava -se nos dias 5,15 e 25 de cada mês
Administradores e Redatores	Diretor: Albertino Moreira de Castro
Local administração e redação	
Tipografia e local impressão	
Existência na SMS	Na SMS existe o 7 números
Notas	

Título	<i>Gil Vicente</i>
Ano	1925
Definição Caraterização	Revista mensal literária e de cultura nacionalista
Periodização	Inicia-se em 1925 não existe informações sobre a data final
Periodicidade	
Administradores e Redatores	Diretores: D. José Ferrão e Manuel Alves de Oliveira
Local administração e redação	Redação e Administração: Rua de Francisco Agra
Tipografia e local impressão	Tipografia Minerva Famalicão
Existência na SMS	Não existe referência da sua existência na SMS
Notas	

Título	<i>Ortiga</i>
Ano	1925
Definição Caraterização	Crítica e humorismo, artes e literatura, desporto
Periodização	O primeiro número saiu a 15 de novembro de 1925 e terminou com o nº6 em 31 de janeiro de 1926
Periodicidade	
Administradores e Redatores	Diretor Salvador Dantas
Local administração e redação	
Tipografia e local impressão	Tipografia Minerva
Existência na SMS	Existem todos os números na SMS
Notas	

Título	<i>Conquistador</i>
Ano	1928
Definição Caraterização	Jornal literário, noticioso e de formação social; <i>Por Deus, Pela pátria, Por Guimarães, - Pela Igreja, Pela família, Pela Paz social</i>
Periodização	Saiu o primeiro número em 9 de fevereiro de 1928 e terminou com o nº41, em 23 de dezembro do mesmo ano
Periodicidade	Publicava-se semanalmente (às quintas-feiras);
Administradores e Redatores	
Local administração e redação	
Tipografia e local impressão	Tipografia Minerva Vimaranesa
Existência na SMS	Na SMS existem os 41 números
Notas	Encadernado em conjunto com o <i>Pro vimaranis</i>

Título	<i>A Penha</i>
Ano	1929
Definição Caraterização	Jornal de propaganda
Periodização	O primeiro 15 de junho de 1930 e terminou com nº4, em 14 de setembro do mesmo ano ,segundo Alberto Vieira Braga. Segundo o livro de registos o nº1 refere-se 8 de Setembro de 1929 e a último a 12 de outubro de 1930: saíram 4 jornais: 2 jornais em duas fases diferentes: a segunda fase inicia-se em 14 de Setembro de 1930
Periodicidade	Publicação mensal
Administradores e Redatores	Diretor: Antonino Dias Pinto
Local administração e redação	
Tipografia e local impressão	Tipografia Minerva
Existência na SMS	Existe na SMS
Notas	

Título	<i>Zezista</i>
Ano	1930
Definição Caraterização	Quinzénario humorístico- literário
Periodização	Saiu o primeiro número em 15 de junho de 1930 e terminou com o nº4, em 14 de setembro do mesmo
Periodicidade	Quinzenal
Administradores e	Diretor: Américo Alves Ferreira

Redatores	
Local administração e redação	
Tipografia e local impressão	Tipografia do Notícias de Fafe
Existência na SMS	Existe na SMS completo
Notas	

Título	<i>Povo de Guimarães</i>
Ano	1931
Definição Caraterização	Semanário Republicano
Periodização	O primeiro número em 11 de abril de 1931 e terminou com o nº21 em 29 de agosto do mesmo ano
Periodicidade	Semanal
Administradores e Redatores	Diretores: Dr. David de Oliveira, Dr. Eduardo de Almeida e Capitão Duarte Fraga
Local administração e redação	
Tipografia e local impressão	Tipografia Minerva, Famalicão
Existência na SMS	Existem todos os números na SMS
Notas	

Título	<i>Notícias de Guimarães</i>
Ano	1932
Definição Caraterização	Jornal defensor dos interesses do Concelho
Periodização	O primeiro número saiu em 11 de janeiro de 1932 e o último foi em 2012
Periodicidade	
Administradores e Redatores	Diretor: Antonino Dias Pinto de Castro
Local administração e redação	
Tipografia e local impressão	
Existência na SMS	Existem todos os números na SMS
Notas	

Título	<i>Boletim de Trabalhos Históricos</i>
Ano	1933
Definição Caraterização	Publicação do Arquivo Municipal de Guimarães
Periodização	Saiu o 1º fascículo em 9 de março de 1933 e é publicado atualmente
Periodicidade	

Administradores e Redatores	Diretor: Dr. Alfredo Pimenta
Local administração e redação	
Tipografia e local impressão	Tipografia Minerva Famalicão
Existência na SMS	Existe na SMS
Notas	

Título	<i>Berço da Nação</i>
Ano	1934
Definição Caraterização	
Periodização	Número único: 1 de agosto de 1934
Periodicidade	
Administradores e Redatores	
Local administração e redação	
Tipografia e local impressão	
Existência na SMS	Existe na SMS
Notas	

Título	<i>Berço da Grei</i>
Ano	1936
Definição Caraterização	Semanário Nacionalistas
Periodização	O primeiro número saiu em 11 de janeiro de 1936 e terminou com o nº35, em 12 de setembro do mesmo ano
Periodicidade	Semanal
Administradores e Redatores	Diretor: Hugo de Almeida
Local administração e redação	
Tipografia e local impressão	Tipografia Minerva, Famalicão
Existência na SMS	Existem todos os números da SMS
Notas	

Título	<i>Ressurgimento</i>
Ano	1939
Definição Caraterização	Semanário Nacionalista
Periodização	O primeiro número saiu a 2 de abril de 1939 e suspendeu com o nº53 do 2º ano em 6 de abril de 1940

Periodicidade	
Administradores e Redatores	
Local administração e redação	
Tipografia e local impressão	Tipografia Minerva Famalicão
Existência na SMS	Existe a coleção completa na SMS
Notas	

Título	<i>Berço da Pátria</i>
Ano	1949
Definição Caraterização	Nº de propaganda do grupo excursionista “Berço da Pátria”;
Periodização	Nº único: 20 de agosto de 1949
Periodicidade	
Administradores e Redatores	
Local administração e redação	
Tipografia e local impressão	
Existência na SMS	Não existe na SMS
Notas	

Título	<i>O conquistador</i>
Ano	1950
Definição Caraterização	Semanário católico e regionalista de Guimarães
Periodização	O primeiro número da 1ª série refere-se a 22 de fevereiro de 1950 não existindo referência do último número. Refere-se, provavelmente ao ano de 1962
Periodicidade	
Administradores e Redatores	
Local administração e redação	
Tipografia e local impressão	
Existência na SMS	Na SMS existem: o Ano 1 do nº1 a 52 (completo); ano2 do nº53 a 105 (completo); Ano 3 do nº106 a 157 (completo), Ano4 do nº158 a 205 (incompleto, falta nº197); Ano 5 do nº206 a 261 (Completo); Ano6 do nº262 a 313 (completo); Ano7 do nº314 a 366 (completo); ano8 do nº367 a 418 (incompleto, falta nº388), Ano9 do nº419 a 470 (completo); Ano10 do nº471 a 522 (completo); Ano 11 do nº523 a 574 (incompleto falta nº545); Ano12 do nº575 a 626 (completo);Ano13 do nº627 a 633 referente a 8/3/1962 (...)

Notas	Este foi substituído em 1962 pelo <i>Colina Sagrada</i>
--------------	---

Título	<i>O povo de Guimarães</i>
Ano	1978
Definição Caraterização	
Periodização	A primeira data refere-se a 2 de março de 1978 até 22/ de outubro de 10 quando suspendeu a sua publicação em formato de papel, continuando a ser publicado em versão digital. Volta às bancas a 4 de março de 2011 com o título “O Povo”. No mesmo ano volta a ser suspenso em formato de papel e é publicado até 2013 em formato online
Periodicidade	Publicava-se às sextas-feiras
Administradores e Redatores	Diretor: José Craveiro
Local administração e redação	
Tipografia e local impressão	
Existência na SMS	Existe na SMS.
Notas	

Título	<i>Conquistador</i>
Ano	1994
Definição Caraterização	Quinzenário regionalista de Guimarães
Periodização	Inicia-se novamente em 1994 e é ainda publicado online e também em suporte de papel, embora esta seja muito irregular
Periodicidade	Quinzenal
Administradores e Redatores	Diretor José Maria Lima de Carvalho
Local administração e redação	
Tipografia e local impressão	
Existência na SMS	Na SMS existe apenas do nº150 a 215 referente ao ano 5
Notas	

Título	<i>Vimaranis: Revista Municipal</i>
Ano	1994
Definição Caraterização	
Periodização	Número 1 refere-se a abril 1994 e o último a setembro de 2000
Periodicidade	Bimestral
Administradores e	

Redatores	
Local administração e redação	
Tipografia e local impressão	
Existência na SMS	A revista encontra-se completa na SMS
Notas	

Título	<i>Toural magazine</i>
Ano	1995
Definição Caraterização	
Periodização	Inicia-se em junho de 1995 e termina com o nº5 em outubro do mesmo ano
Periodicidade	Publicava-se mensalmente
Administradores e Redatores	Diretor José Eduardo Guimarães
Local administração e redação	
Tipografia e local impressão	
Existência na SMS	Na SMS falta apenas o nº1
Notas	

Título	<i>Poetas e trovadores</i>
Ano	1998
Definição Caraterização	Bimensenário informativo, literário, humorístico e burlesco
Periodização	Primeiro número refere-se a 1 de abril de 1998 e terá sido o último em outubro/dezembro de 2000
Periodicidade	Publicação irregular: Depois do nº8 (jan-fev. Bimensenário integrado no <i>Voz de Guimarães</i> , até Dezembro de 200, altura em que este terminou
Administradores e Redatores	Diretor: Barroso da Fonte
Local administração e redação	
Tipografia e local impressão	
Existência na SMS	Existe incompleto
Notas	Integrado em 2 volumes: o primeiro com 12 números e o 2º com 4 (?).

Título	<i>Semanário de Guimarães</i>
Ano	1999
Definição Caraterização	

Periodização	Saiu em 29 de outubro de 1999 e terminou em 11 de agosto de 2000;
Periodicidade	Publicava-se à quarta-feira
Administradores e Redatores	
Local administração e redação	
Tipografia e local impressão	
Existência na SMS	Na SMS existe a coleção completa, existindo a hipótese de ainda se estar a publicar na época que foi feito o livro de registos
Notas	

Título	<i>Voz de Guimarães</i>
Ano	1999
Definição Caraterização	Quinzenário informativo ao serviço de Guimarães
Periodização	Primeiro número referente a 12 de janeiro de 1999 e o último existente no livro de registos referente ao nº23 do ano2 21 de dezembro de 1999
Periodicidade	Quinzenal
Administradores e Redatores	Diretor: Barroso da Fonte;
Local administração e redação	
Tipografia e local impressão	
Existência na SMS	Existe na SMS
Notas	

Total de periódicos vimaranenses (séc. XX)	73
Total de periódicos vimaranenses na biblioteca da SMS (séc. XX)	69

2000:

Título	<i>Expresso do Ave</i>
Ano	2000
Definição Caraterização	Jornal semanal de expressão regional: Guimarães, Vizela, Famalicão, Póvoa de Lanhoso, Vieira do Minho
Periodização	Inicia-se com o nº532 do ano11 em 15 de setembro de 2000 e termina em 2013, já com a edição online
Periodicidade	

Administradores e Redatores	Diretor: José Eduardo Guimarães
Local administração e redação	
Tipografia e local impressão	
Existência na SMS	Existe na SMS
Notas	Continuação do jornal "Toural";

Título	<i>Bigger Magazine</i>
Ano	2008
Definição Caraterização	Revista mensal; Instrumento de comunicação e divulgação, inserido no Grupo Santiago
Periodização	Inicia-se em novembro de 2008 e é atualmente publicada
Periodicidade	
Administradores e Redatores	Diretor: Joaquim A. Fernandes
Local administração e redação	Redação e administração: Rua Dr. José Sampaio n.º 264, 4810-275 Guimarães
Tipografia e local impressão	
Existência na SMS	Existe na SMS
Notas	

Título	<i>Mais Guimarães</i>
Ano	2013
Definição Caraterização	Revista do Grupo Mais Guimarães
Periodização	Iniciou-se em novembro de 2013 e ainda é publicada
Periodicidade	Mensal
Administradores e Redatores	Diretor: Eliseu Sampaio;
Local administração e redação	
Tipografia e local impressão	
Existência na SMS	Existe na SMS
Notas	Existe em formato de papel e também digital

Título	<i>Mais Guimarães</i>
Ano	2015
Definição Caraterização	Órgão de comunicação do Grupo Mais Guimarães; Jornal atento à realidade

	e preocupações locais, rigoroso, independente, sem qualquer dependência de natureza política, económica ou ideológica, e pluralista, privilegiando a publicação de informação diversificada de âmbito local;
Periodização	O primeiro número é referente a 6 de outubro de 2015 e ainda é publicado
Periodicidade	
Administradores e Redatores	Diretor: Eliseu Sampaio
Local administração e redação	
Tipografia e local impressão	
Existência na SMS	Existe na SMS
Notas	

Total de periódicos vimaranenses (séc. XX)	4
Total de periódicos vimaranenses na biblioteca da SMS (séc. XX)	4

Notas gerais:

Em caso de falta de datas relacionadas com a periodização, justifica-se pela falta de informação existente na bibliografia;

Nomes de diretores, administradores, representantes de periódicos referem-se aos anos iniciais da sua existência;

Existência de nomes de periódicos que se repetem que por falta de informação de que seriam a continuação da inicial, foram inventariados em separado.

Braga, Alberto Vieira. (1940). O Quinquagésimo Aniversário da «Revista de Guimarães» e a Vida das Publicações Periódicas Vimaraneses. (Jan-jun.1940).*Revista de Guimarães*. N°50, p.10-73.

Livro de Registos de periódicos existentes na Sociedade Martins Sarmento.

